



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Gilberto Silva Palmares

Embratel em greve, 1987

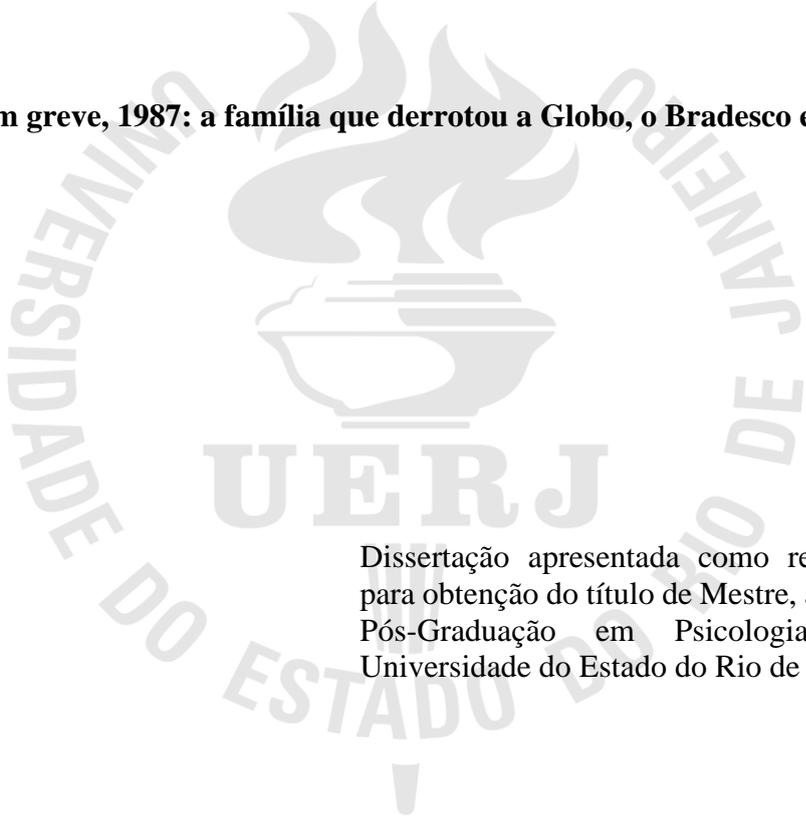
a família que derrotou a globo, o bradesco e o governo

Rio de Janeiro

2022

Gilberto Silva Palmares

Embratel em greve, 1987: a família que derrotou a Globo, o Bradesco e o governo



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P171 Palmares, Gilberto Silva
 Embratel em greve, 1987: a família que derrotou a Globo, o Bradesco e o
 governo / Gilberto Silva Palmares. – 2022.
 111 f.

 Orientador: Ricardo Vieiralves de Castro.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
 Instituto de Psicologia.

 1. Psicologia Social – Teses. 2. Embratel – Teses. 3. Greve – Teses. I.
 Castro, Ricardo Vieiralves de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
 Instituto de Psicologia. III. Título.

bs

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gilberto Silva Palmares

Embratel em greve, 1987: a família que derrotou a Globo, o Bradesco e o governo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 13 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro (Orientador)
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – UERJ

Prof. Dr^a. Iraneth Rodrigues Monteiro
Universidade Candido Mendes – UCAM

Prof.^a Dr^a. Maria Cristina Paulo Rodrigues
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Luiz Tura Rangel
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a Dr Marcelo Henrique da Costa
Universidade Veiga de Almeida – UVA

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

A meus pais, Margarida e Paulo.

À José Adolar, presidente do SINTELL em 1987.

AGRADECIMENTOS

O grande Maurice Halbwachs afirma: "O homem se caracteriza por seu grau de integração no tecido das relações sociais". Verdade. A construção dessa dissertação é uma prova disso.

Começo dizendo que minha antiga graduação em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) me levou a iniciar o processo para tentar o mestrado em História, também na UERJ.

Conversando com Prof. Marcelo Henrique da Costa, este ao saber que a ideia da pesquisa tinha a ver com lembranças de veteranos trabalhadores sobre uma greve original ocorrida há mais de 30 anos, argumentou, mostrando a existência de cumplicidade acadêmica entre história e psicologia social. Isso fez com que ele aguçasse meu interesse em mestrado nessa área.

O convencimento foi concluído nas aulas, que participei como ouvinte, do Prof. Dr. Ricardo Vielralves de Castro, que versava sobre o Pensamento Social de Brasileiros sobre o Brasil e sobre si mesmo. Pela primeira vez vi uma proposta de estudar o Brasil, a partir da nossa realidade e das nossas construções, pois penso que historicamente nossas orientações teóricas e metodológicas, normalmente vem de fora pra dentro. Ali vi que a Psicologia Social é área essencial para entender essa construção chamada Brasil.

Minha enorme gratidão aos dois, especialmente a generosidade do Prof. Dr. Ricardo, aceitando orientar um estudante "bissexto", sexagenário, fora há muito tempo da área acadêmica.

Minha gratidão também a várias instituições, entre elas a UERJ (ao povo da PPGPS) e ao SINTTEL Rio e DF.

Sem acesso orientado ao acervo histórico do Sinttel-RJ, cujos responsáveis centrais são o Dirigente Sindical Francisco Izidoro e a Historiadora Maria Claudia P. Silva, seria muito difícil a pesquisa.

No Sinttel o setor de comunicação através das profissionais Rosangela Fernandes, Camila Palmares e Alexandre Bersot, tem minha gratidão.

Assim como Mônica Paranhos, Jô Portilho, Vivian Xavier, Rodrigo Fampa e Jade Lemos.

A pesquisa mostra, como componente importante na greve estudada, o enorme sentimento de família entre os veteranos e veteranas da Embratel que responderam aos questionários e entrevistas: a eles meu agradecimento.

Grato também à minha família, simbolizada aqui em minha irmã Vilma Palmares e minha companheira Ana Espíndola.

Interações sociais sim, são essenciais a nossa construção como pessoas: gratidão a parceiros de jornada longa como Rosa Leal, Natalia Itanage, José Augusto Carneirinho, Henio Costadella, Marco Teles, Marco Porto, Sergio Basile, Telma Lilian, Adionson Farias e Bilie Joe (*in memorian*).

Quero finalmente agradecer aos milhares de trabalhadores da Embratel, que estavam lá em 1987, especialmente aos que participaram diretamente dos questionários, vídeos e entrevistas gravadas.

Finalizando: Os astrônomos chamam atenção de que a luminosidade que enxergamos à noite nos céus é construída também por muitas estrelas que já não mais existem, mas, cujo brilho sempre foi tão forte que ainda é visto. Minha gratidão por sua história, aos que já partiram, mas lá estavam em 1987, cujo brilho permanece: Edson, Lopes, Passarinho, Max, Pinheiro, Marcos Bittencourt (Telefonia, Arm 201-4), Peixoto (Costeira), Barreto (Sicram), Isnar (Sala rádio), Paulo Cesar- PC (Sicram), Vitor Pestre (Engenheiro).

RESUMO

PALMARES, Gilberto Silva. *Embratel em greve, 1987: a família que derrotou a Globo*. 2022. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

1987, outubro, 22. Cerca de três mil trabalhadores da Embratel, reunidos em assembleia em frente à sede da empresa, no Centro do Rio de Janeiro, paralisam a Avenida Presidente Vargas e decidem entrar em greve nacional. Desde maio de 1978 o Brasil voltará a conviver com milhares de greves. Mas, esta, foi extremamente original e distinta nas suas características das demais. A Embratel, então empresa de economia mista ligada ao Ministério das Comunicações (MCom), detinha legalmente o monopólio de todos os serviços interurbanos e internacionais de telecomunicações. Essa greve, que ficou conhecida como a Greve da VICOM e foi batizada pela Revista Veja, contrária aos grevistas, como *Soviete da Embratel*, não tinha qualquer reivindicação salarial, de emprego, de condições de trabalho. Não estava em jogo nenhuma reivindicação trabalhista ou sindical. Os grevistas, coordenados pelo sindicato, federação e associações de empregados exigiam o cancelamento de um contrato recém assinado entre a direção da Embratel e a empresa VICOM Comunicações, dentro da qual havia participação do Banco Bradesco e do Sistema Globo de Comunicações. Contrato esse que permitia à VICOM explorar serviços de comunicação de dados via satélite, usando os satélites recém-lançados pela Embratel. O contrato feria o monopólio legal da Embratel sobre esses serviços. A greve foi vitoriosa, cancelando o contrato. Entretanto, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, retaliou fortemente: de imediato demitiu praticamente toda a diretoria da empresa, menos um. E, em menos de dois meses depois, durante a campanha salarial, demitiu dezenas de trabalhadores da Embratel, TELERJ e demais empresas do Sistema Telebrás. Demitiu, também, trabalhadores dos Correios. O trabalho busca, a partir de pesquisas de memória oral, junto a antigos(as) trabalhadores(as) da Embratel, e a partir de conceitos caros à Psicologia Social, como memória social e identificação social, levantar como trabalhadores de uma empresa instituída já no período do regime autoritário (1964-1965) e com baixíssima tradição sindical conseguiram realizar uma greve tão original, com características nacionais. Subsidiariamente, também busca levantar como um evento tão marcante, fartamente registrado pela imprensa, pode ser ignorado em todos os registros que apontam, em detalhes, o histórico da Embratel e do Sistema Telebrás.

Palavras-chave: Embratel. Telecomunicações. Greve. Família. Satélite.

ABSTRACT

PALMARES, Gilberto Silva. *Embratel on strike, 1987: the family that defeated Globo*. 2022. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

1987, October 22. About three thousand Embratel workers, gathered in an assembly in front of the company's headquarters in downtown Rio de Janeiro, paralyze President Vargas Avenue and decide to go on a national strike. Since May 1978 Brazil had once again experienced thousands of strikes. But this one was extremely original and different in its characteristics from the others. Embratel, then a mixed economy company linked to the Ministry of Communications (MCom), legally held the monopoly of all long-distance and international telecommunications services. This strike, which became known as the VICOM Strike and was baptized by *Veja* magazine, contrary to the strikers, as the Embratel Soviet, had no demands for salary, employment, or working conditions. No labor or union demands were at stake. The strikers, coordinated by the union, federation and employees' associations, demanded the cancellation of a contract recently signed between Embratel's management and the company VICOM Communications, in which bank Bradesco and System Globo de Comunicações had a stake. The contract allowed VICOM to provide satellite data communication services using Embratel's newly launched satellites. The contract violated Embratel's legal monopoly on these services. The strike was victorious, canceling the contract. However, the Minister of Communications, Antonio Carlos Magalhães, retaliated strongly: He immediately fired practically the entire board of directors of the company, except one. And, in less than two months, during the salary campaign, he fired dozens of workers from Embratel, TELERJ and other companies of the Telebrás System. It also fired workers from the Post Office. This work seeks, based on research of oral memory, with former Embratel workers, and based on concepts dear to Social Psychology, such as social memory and social identification, to raise how the workers of a company established during the authoritarian regime (1964-1965) and with very little union tradition managed to strike in such an original way, with national characteristics. Subsidiarily, it also seeks to raise how such a remarkable event, abundantly registered by the press, can be ignored in all the records that point, in detail, the history of Embratel and the Telebrás System.

Keywords: Embratel. Telecommunications. Strike. Family. Satellite.

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|---|----|
| Tabela 1 - | Primeiro ciclo de greves, período de 1978 a 1984 | 26 |
| Tabela 2 - | A evolução das greves na segunda metade dos anos de 1980 | 27 |
| Tabela 3 - | Dado dos 11 (onze) entrevistados oralmente, de forma presencial | 64 |
| Tabela 4 - | Distribuição (em intervalos de 05 anos) do ano de ingresso na embratel dos sujeitos da pesquisa | 65 |
| Tabela 5 - | Distribuição dos sujeitos da pesquisa por idade, considerando a idade atual e no momento da greve da VICOM | 65 |
| Tabela 6 - | Distribuição dos sujeitos da pesquisa por gênero, n e % | 66 |
| Tabela 7 - | Distribuição dos sujeitos por cor/raça | 66 |
| Tabela 8 - | Distribuição dos sujeitos da pesquisa por posicionamento político/ideológico (n x %) | 66 |
| Tabela 9 - | Distribuição dos sujeitos da pesquisa por escolaridade (n - %) | 68 |
| Tabela 10 - | Período de saída da Embratel (n - %) | 69 |
| Tabela 11 - | Distribuição dos motivos de saída da empresa (n - %) | 69 |
| Tabela 12 - | Distribuição dos sujeitos por sindicalização e por sindicatos (n / %) | 75 |
| Tabela 13 - | Distribuição dos sujeitos por manutenção de contato pessoal – (n -%) | 76 |
| Tabela 14 - | Distribuição dos sujeitos por modos de contato interpessoal (n -%) | 76 |
| Tabela 15 - | Distribuição das palavras destacando a qualidade da empresa | 81 |
| Tabela 16 - | Distribuição das palavras destacando o caráter nacional da Embratel | 81 |
| Tabela 17 - | Distribuição de palavras classificadas como expressões afetivas para qualificar a Embratel | 82 |
| Tabela 18 - | Distribuição de palavras para caracterização do ambiente organizacional da empresa considerando relacionamentos interpessoais | 84 |
| Tabela 19 - | Distribuição de palavras por caracterização do ambiente da Embratel por atividades organizacionais | 86 |
| Tabela 20 - | Distribuição dos sujeitos por motivos apresentados para deflagração da greve da VICOM (n) | 97 |
| Tabela 21 - | Distribuição dos sujeitos por relação entre lembranças e significância (n) .. | 98 |
| Tabela 22 - | Distribuição dos fatos e acontecimentos atribuídos pelos sujeitos na lembrança da greve da VICOM (n) | 99 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Mudança posicionamento político/ideológico em % (v0= 1987) | 67 |
| Gráfico 2 - Distribuição do posicionamento político/ideológico de brasileiros segundo o Datafolha (2022/2013) em % | 67 |
| Gráfico 3 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa por ter religião em % | 68 |
| Gráfico 4 - Distribuição por trabalho pós Embratel em % | 70 |
| Gráfico 5 - Distribuição por trabalho na mesma área (em %) | 70 |
| Gráfico 6 - Distribuição dos sujeitos por renda posterior a saída da Embratel (em %) ... | 71 |
| Gráfico 7 - Distribuição por atividades e locais de convívio social dos servidores da Embratel (n) | 78 |
| Gráfico 8 - Respostas dadas sobre a significação da Embratel | 83 |
| Gráfico 9 - Respostas sobre o ambiente da Embratel até a greve da VICOM de 1987 ... | 87 |
| Gráfico 10 - Distribuição da importância comparada entre Embratel e empresas estatais do período (n) | 87 |
| Gráfico 11 - Distribuição da importância comparada entre Embratel e demais empresas do sistema Telebrás do período (n) | 88 |
| Gráfico 12 - Distribuição dos sujeitos por razões da melhor performance da Embratel em importância no sistema Telebrás (n) | 89 |
| Gráfico 13 - Distribuição dos sujeitos por lembrança da greve da VICOM (n) | 89 |
| Gráfico 14 - Distribuição dos sujeitos por participação na greve da VICOM (%) | 97 |
| Gráfico 15 - Avaliação geral da greve da VICOM pelos entrevistados (n) | 101 |
| Gráfico 16 - Avaliação (+) detalhada da greve da VICOM pelos entrevistados (n) | 101 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-------------|--|-----|
| Figura 1 - | Comício das Diretas já, Rio de Janeiro, 1984 | 21 |
| Figura 2 - | Linha Do Tempo Até O Ano De 1987 (Greve Da Vicom): Leis e decretos que interferiram em salários e nas Greves | 29 |
| Figura 3 - | História da Embratel (alguns dados) | 40 |
| Figura 4 - | Tirem as mãos da Embratel | 42 |
| Figura 5- | Estatais estão demitindo por motivos ideológicos | 43 |
| Figura 6 - | CBA denuncia demissões políticas do governo | 44 |
| Figura 7- | Almoço de confraternização da Embratel em 2019 | 77 |
| Figura 8 - | Assembleia da Greve Da VICOM | 92 |
| Figura 9 - | O telegrama | 94 |
| Figura 10 - | Cópia do termo de adesão ao novo Plano de Contribuição Definida (PCD) enviado pela Embratel/Telos aos empregados | 102 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------|---|
| AEBT-RJ – | Associação de Empregados da Embratel do Rio de Janeiro |
| BIRD – | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CETEL – | Companhia de Telefones do Estado da Guanabara |
| CGT – | Central Geral dos Trabalhadores |
| CONCLAT – | Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras |
| CONTTEL – | Congresso Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações |
| CRT – | Companhia Riograndense de Telecomunicações |
| CTB – | Companhia Telefônica Brasileira |
| CUT – | Central Única dos Trabalhadores |
| DDI – | Discagem Direta Internacional |
| DIEESE – | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| FGTS – | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| IBM – | Internacional Bureau de Máquinas |
| INPC – | Índice Nacional de Preços ao Consumidor |
| INSS – | Instituto Nacional de Seguridade Social |
| INTELSAT – | Internacional de Satélites |
| ITA – | Instituto Tecnológico da Aeronáutica |
| ITT – | International Telegraph Telephone |
| PDV – | Programa de Demissão Voluntária |
| RENEC – | Rede Nacional de Estações Costeiras |
| SINTTEL-RJ – | Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro |
| TELERJ – | Telecomunicações do Rio de Janeiro |
| VICOM – | Victori Comunicações |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----|
| | INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 | SOBRE O CONTEXTO DOS ANOS 80: O BRASIL NA REDEMOCRATIZAÇÃO | 19 |
| 1.1 | Que país é esse? | 20 |
| 1.2 | ACM, Globo e Bradesco e os satélites da Embratel | 30 |
| 1.3 | A criação da Embratel e o histórico das Telecomunicações | 31 |
| 1.4 | Embratel - 1987: o caminho percorrido e as lutas sindicais no país | 34 |
| 1.5 | O soviete da Embratel: ações sindicais na empresa | 41 |
| 2 | MEMÓRIA SOCIAL | 48 |
| 3 | A FAMÍLIA QUE DERROTOU A GLOBO, O BRADESCO E O GOVERNO | 63 |
| 3.1 | Caracterizando os sujeitos da pesquisa | 64 |
| 3.2 | Dos modos de entrevista | 71 |
| 3.3 | Embratel: pouca tradição na luta sindical | 75 |
| 3.3.1 | <u>Compartilhando dados</u> | 76 |
| 3.4 | As representações sobre a Embratel | 79 |
| 3.5 | Que família era essa? | 84 |
| 3.5.1 | <u>Das lembranças da greve da VICOM</u> | 89 |
| 3.5.2 | <u>Dos processos de deflagração da greve da VICOM</u> | 90 |
| 3.5.3 | <u>Primeiro semestre: luta na Constituinte e o embrião da Greve</u> | 91 |
| 3.6 | Explode a Greve | 93 |
| 3.6.1 | <u>Da avaliação da greve e suas consequências</u> | 101 |
| 3.6.2 | <u>Repressão na Telos e a Retirada Plano de Saúde</u> | 102 |
| 3.6.3 | <u>Uma greve justa, vitoriosa, que evitou a privatização e defendeu a Embratel</u> | 104 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS | 105 |
| | REFERÊNCIAS | 108 |
| | ANEXO A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido | 112 |
| | ANEXO B – Cópia do Termo de Consentimento Livre Esclarecido | 113 |

INTRODUÇÃO

Na introdução de sua obra, *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, Ecléa Bosi afirma: “Este é um estudo sobre memórias de velhos. Para obtê-las entrevistei longamente pessoas que tinham em comum a idade superior a 70 anos e um espaço dominante de suas vidas: a cidade de São Paulo” (BOSI, 2009, p. 37). Não é integralmente o caso da presente pesquisa. Os 74 (setenta e quatro) entrevistados - pessoalmente, em entrevistas gravadas ou via questionário -, não são, pelos critérios atualmente vigentes, considerados velhos. A maioria, com idades entre 61 (sessenta e um) e 70 (setenta) anos, permanece em plena atividade. Ademais, um detalhe díspar a citação é que a presente pesquisa não dispõe de uma cidade como referência identitária.

Isso, contudo, não inviabiliza a orientação que Bosi (2009) pode nos dar. Afinal, nossa pesquisa é sobre lembranças de veteranos trabalhadores e trabalhadoras, todos com suas identidades de vida – profissional, social e até familiar – profundamente marcadas pelas relações entre si e com os outros, como pessoas, como coletivo e com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). Torna-se importante destacar que esta empresa, parte relevante desta pesquisa, até os anos de 1998, era de economia mista (pública) e detentora legal do monopólio dos serviços de telecomunicações de longa distância – condição garantida pela Lei 4117, de 1962.

Que sentimentos, razões ou motivações me conduziram à iniciativa de propor essa pesquisa? O pesquisador, caso queira contribuir racional e cientificamente, sobretudo em um trabalho nas Ciências Humanas e Sociais, deve, desde o início, admitir que não é isento de interesse ou motivação pessoal. Desse modo, parece adequado revelar que fui, eu mesmo, desde 1974, trabalhador da área técnico-operacional da Embratel. Participei do sindicato da categoria e, ao lado de outros empregados, em 1981, também fui alvo de demissão por participar de atividade sindical, ainda sob regime militar. E, principalmente, até hoje, grande parte de minhas maiores e mais intensas amizades permanecem sendo com antigos empregados e empregadas do setor da Embratel.

Meus sentimentos, correndo o risco de escorregar para algum grau de pieguice, como lembra um trecho de música do cantor Roberto Carlos – “Se chorei ou se sorri, o importante é que emoções eu vivi”. Vivi a emoção de uma greve, uma dentre 996 (novecentas e noventa e seis) registradas pelo cadastro do DIEESE (1) para o ano de 1987. Essa tratava-se de uma greve diferente, extremamente original na sua formação: não havia, como o usual, nenhum pleito salarial de emprego ou condições de trabalho. Existia, no entanto, a defesa direta da integridade

da empresa, buscando cancelar um contrato ilegal entre a direção da Embratel com a Victori Comunicações, que tinha em seu corpo acionário a Globo e o Bradesco. O contrato previa a privatização de parte do satélite lançado dois anos antes pela Embratel. Com isso, a Victori poderia fazer uso compartilhado do satélite, comercializando e prestando serviços de comunicação de dados.

Parto do pressuposto de que motivações ou sentimentos pessoais podem conviver com motivações e interesses mais amplos e gerais. Por isso, podem conviver também com o rigor científico. Sigo com Manoel Bomfim (2008) que, em seu livro *América Latina: Males de Origem*, nos diz que um livro pode ser marcado, animado, alimentado pelo sentimento e que paixão nem sempre é cegueira, nem sempre impede o rigor da lógica.

No debate atual sobre o Brasil, a temática e a polêmica sobre a privatização permanecem evidente, estabelecendo divisões na sociedade. Em entrevista recente para o jornal O Globo, o atual ministro das Comunicações, Fábio Faria, nitidamente fugindo do tema da entrevista, defendeu com ardor a privatização da Empresa de Correios e Telégrafos. Fábio Faria alega a necessidade de modernizar e da impossibilidade de o país conviver com uma empresa que faz greve todo ano. Lilia Schwarcz, por sua vez, em sua apresentação da obra de Marc Bloch, *Apologia da História: ou o ofício do historiador*, aponta a importância do método regressivo em História: “Temas do presente condicionam e delimitam o retorno possível ao passado” (SCHWARCZ In BLOCH, 2001, p. 7).

Esse debate não é novo. Já estava lá, no início do governo da chamada Nova República (1985-1990), inclusive no interior do referido Ministério das Comunicações. A discussão sobre a privatização tem estado sempre presente, seja na fala de governantes e nos debates eleitorais, seja no cotidiano das matérias e nos debates jornalísticos sobre economia. Para todos que viveram no Brasil no ano da pandemia de COVID-19, em 2021 – mesmo com versões diferenciadas, quando não antagônicas, mas que consideram que o Estado permanece tendo, direta ou indiretamente, peso e importância na economia –, faz-se necessário revisitar o passado recente. A presente pesquisa, portanto, oferece uma apresentação desse passado ao evidenciar momentos intensos desse persistente debate, dando voz a segmentos usualmente não ouvidos pela imprensa ou pela história oficial desde a redemocratização. Aqui, os silenciados terão a voz que lhes foi negada.

Seguramente, a greve nacional dos aproximadamente 12.000 (doze mil) trabalhadores e trabalhadoras da Embratel, de 1987, que obrigou a direção da empresa e o Ministério das Comunicações a cancelar o contrato de conteúdo privatizante – como descrito acima, assinado com a VICOM – constituiu um processo ímpar e intenso. Aqui vale uma comparação que ajuda

a mostrar a força da greve: em 1954 o presidente democraticamente eleito, Getúlio Vargas, cometeu suicídio. Sob sua administração, mesmo enfrentando poderosa resistência, criou a Petrobrás. A gigantesca carga político-afetiva de seu gesto, muitos acreditam, pode ter contribuído para adiar por dez anos o golpe civil-militar que teria lugar em 1964 que instituiu um regime autoritário no Brasil.

Analogamente, mas em um contexto muito diverso, a greve da VICOM, pelo seu simbolismo e pelas energias que desencadeou, pode ter sido decisiva para que no ano seguinte de 1988, a Constituição não apenas anistiasse os demitidos pela greve, como também consagrar o monopólio estatal sobre as telecomunicações. Teria, a partir de então, retardado por 11 (onze) anos a privatização do setor, finalmente sacramentada em 1998, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, em um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho daquele mesmo ano. Nesse dia, a área entre os prédios da Bolsa de Valores e a Assembleia Legislativa, tornou-se uma praça de guerra.

A Psicologia Social, com sua aposta no método interdisciplinar nas Ciências Sociais e Humanas, permite que o conceito de memória social se constitua em saber para compreender e explicar todo esse processo - mesmo que não em sua totalidade, ambição desejada, mas nunca alcançada. O conceito de memória social nos ajuda a olhar essa greve de 1987, não como uma fotografia do passado, mas através das memórias comuns aos veteranos e veteranas, cuja identificação entre si e com a empresa permaneceu até hoje tão forte. Estes trabalhadores ao serem provocados a dizer uma palavra que recordasse destas relações, a palavra “família” e seu derivativo “familiar” foi a mais citada. Isso nos ajuda a explicar e entender o protagonismo social que os trabalhadores muitas vezes insistem em exercer, mesmo contra todo tipo de barreiras. Protagonismo esse pelo qual os registros e a historiografia oficial buscam, não raro, apagar; o que significa que o esquecer, como diz Castro (2005), tem intencionalidade.

É praticamente inexistente qualquer citação a uma greve que, quando ocorreu, pautou a imprensa. Em *Psicologia das Multidões* (1895), Gustave Le Bon reserva grande espaço para discutir greves. O autor enxerga nestas, papel nocivo e antissocial. Afirma que na grande maioria das vezes os trabalhadores fazem greves “às cegas”, sem entender nenhum motivador direto, guiados por líderes com força messiânica, que são ouvidos sem contestação, denominados por Le Bon como “condutores”.

Nos contrapomos ao dito por Le Bon (1895). Quando escutamos as lembranças, ainda vivas, dos trabalhadores e trabalhadoras da Embratel, nelas compreendemos algo de muito importante, do qual aponta para a singularidade e potencial das greves, são estes os compartilhamentos, à consciência e as motivações que produziram um movimento vitorioso,

pelo qual quase a totalidade dos ex-empregados declarou ter muito orgulho de ter participado. Essa dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro, contextualiza o tempo e o espaço, o *Zeitgeist* como dizem os alemães. Neste capítulo será abordado o contexto da época, dos tempos da ditadura militar até os primeiros anos do governo de transição. A greve da VICOM, como assim foi denominado o movimento de 1987, que protestava contra a privatização do uso dos satélites nacionais por oligopólios empresariais, ocorreu em uma cena de muitas tensões e conflitos derivados de vinte anos de governo autoritário e excludente.

No segundo capítulo serão apresentados os estudos sobre memória social e uma melhor definição desse conceito/objeto. Serão também estabelecidas as relações entre os estudos de memória social, especialmente aqueles desenvolvidos por Halbwachs (2003), Jedlowsky (2005), Bosi (1994), Sá (2005) e Castro (2005), e os movimentos sociais, em especial a greve da VICOM.

No terceiro e último capítulo foi apresentada a metodologia da pesquisa que entrevistou 74 (setenta e quatro) pessoas que, na época da greve de 1987, eram empregados da Embratel. Foi utilizado *surveys* com questões abertas e fechadas e entrevistas não diretas com roteiro para a constituição do campo. Elas foram categorizadas de maneira temática e foram empregadas as chaves interpretativas da análise de conteúdo, assim como definiu Bardin (2016).

Noberto Bobbio (1997), em *O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*, produz reflexões sobre o envelhecimento e, inevitavelmente, as lembranças daquilo que se viveu. Em um texto de 1971, atribui um título curioso: “Ainda estou aqui”. E com os seus 87 (oitenta e sete) anos de vida naquele momento escreve:

Do próprio destino, que é em essência ignorado, e está, portanto, envolto em mistério um dos muitos temas sobre os quais os filósofos travaram discussões intermináveis só podemos falar com absoluta certeza quando está cumprido (BOBBIO, 1997, p. 36)

As duas afirmativas de Bobbio são metáforas dessa dissertação: nós trabalhadores e trabalhadoras da Embratel estamos aqui, nas nossas lembranças e nos legados que deixamos; e não podemos falar com absoluta certeza porque nosso destino, o da igualdade entre os brasileiros e brasileiras, ainda não foi cumprido.

1 SOBRE O CONTEXTO DOS ANOS 80: O BRASIL NA REDEMOCRATIZAÇÃO¹

O último livro do grande historiador Jacques Le Goff (2014), falecido em 2014, tem como título uma indagação: *A história pode ser partida em pedaços?* Exponente da Escola de Annales, com sua história das mentalidades, Le Goff não responde afirmativamente a essa pergunta. Entretanto, considera o recurso a periodização como importante e necessário. De acordo com o autor,

O termo “periodização” será o fio condutor do presente ensaio. Ele indica uma ação humana sobre o tempo e sublinha que seu recorte não é neutro. (...) Essa divisão não é um mero fato cronológico, mas expressa também a ideia de passagem, de ponte de viragem ou até mesmo de retratação em relação à sociedade e aos valores de período precedente (LE GOFF, 2014, p. 12)

Le Goff (2014) nos estimula a olhar os anos de 1980 com foco, momento compreendido como a virada entre o período autoritário e a perspectiva democrática e pluralista.

Os estudos sobre memória social, desde quando estabelecidos por Halbwachs (2003) na primeira metade do século XX, se referem a lembranças e esquecimentos de acontecimentos não necessariamente reais como um fato tratado pela história. As lembranças e os esquecimentos servem aos humanos para atribuir sentido ao presente e desdobrar o futuro, assim como diz Le Goff (2000):

A memória, à qual a história chega, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado apenas para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para libertar e não para escravizar os homens (LE GOFF, 2003, p. 59)

Especialmente na atualidade, onde os acontecimentos e valores do passado se situam em uma disputa semiótica como diz Schwarcz: “De uma forma ou de outra, a narrativa histórica produz sempre batalhas pelo monopólio da verdade” (SCHWARCZ, 2019, p. 21), e ainda, de acordo com a autora, em momentos de mudança de governo ou regime e também de crise econômica são “particularmente férteis” (Ibid., p. 21), pois costumam desaguar em disputas pela melhor versão do passado, condicionadas pelas questões do presente. Deste modo, os estudos de memória se fazem urgentes e necessários para que se evite um *ethos* próximo ao “duplipensar”, presente na distopia de Orwell (2020) chamada *1984*.

Halbwachs (2003) afirma que a memória exige contexto e, mesmo que seja uma descrição com viés, seu reconhecimento é fundamental para o estabelecimento das lembranças e das situações vividas socialmente por indivíduos. Assim afirma o autor,

Podemos verdadeiramente distinguir, por um lado uma memória sem contextos, ou que só disporia da linguagem e algumas ideias tiradas da vida prática para classificar suas lembranças e, por outro lado, um panorama histórico ou coletivo, sem memória,

¹ Torna-se necessário destacar que o Brasil dos anos 1980 não tinha internet.

ou seja, que absolutamente não seria construído, reconstruído e conservado nas memórias individuais? Não acreditamos nisso (HALBWACHS, 2003, p.81)

Uma breve contextualização sobre os anos de 1980 quando o Brasil se redemocratizou, depois de duas décadas de ditadura militar, se faz imperativa para que os estudos de memória social dialoguem com os acontecimentos e que, principalmente, se façam capazes de produzir sentidos sobre o presente.

1.1 Que país é esse?

A música brasileira mais tocada no Brasil em 1987 foi “Que País é esse”, de Renato Russo, da banda Legião Urbana, segundo o *site* “Mais Tocadas”². O título refletia um olhar sobre um Brasil depois de duas décadas de ditadura militar.

O ano de 1987 foi um período com muitas particularidades e acontecimentos sociais e políticos no Brasil. Havia-se instalado em fevereiro daquele ano a Assembleia Nacional Constituinte, composta de representantes eleitos, embora, não exclusivamente, para o debate e elaboração da nova Constituição. Segundo o verbete *Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988*³, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV),

No dia 1º de fevereiro de 1987, os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reuniram-se, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Composta por 559 constituintes, a ANC foi convocada em meio ao processo de transição democrática do país, sendo parte de um compromisso assumido pelas forças políticas que chegaram ao poder em 1985. Em 5 de outubro de 1988, após intensos debates, conflitos, impasses e negociações, foi promulgada, em sessão solene, a sétima Constituição do Brasil (ARAÚJO; BRONDI, CPDOC – FGV, s/d)

Presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, a Assembleia Nacional Constituinte foi o efeito do pacto de transição estabelecido para o fim da ditadura.

No dia 1º de fevereiro de 1987, sob a presidência do ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, instalou-se, em sessão solene, a Assembleia Nacional Constituinte. A distribuição dos 559 constituintes pelos 13 partidos era a seguinte: Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) — 303; Partido da Frente Liberal (PFL) — 135; PDS — 38; Partido Democrático Trabalhista (PDT) — 26; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) — 18; Partido dos Trabalhadores (PT) — 16; Partido Liberal (PL) — sete; Partido Democrata Cristão (PDC) — seis; Partido Comunista Brasileiro (PCB) — três; Partido Comunista do Brasil (PCdoB) — três; Partido Socialista Brasileiro (PSB) — dois; Partido Social Cristão (PSC) — um e Partido Municipalista Brasileiro (PMB) — um (ARAÚJO; BRONDI, CPDOC- FGV, s/d)

² Disponível em: <https://maistocadas.mus.br/1987/#:~:text=O%20Top%20100%20das%20m%C3%BAasicas%20mais%20tocadas%20de,7.%20Tit%C3%A3s%208.%20Ritchie%209.%20Legi%C3%A3o%20Urbana%2010.>

³ O verbete pode ser encontrado disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>

A hegemonia do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), herdeiro do partido de oposição consentida na ditadura militar, também se manifestou nas eleições para os governos estaduais onde conquistou vinte e dois dos vinte e três governos estaduais. O ano de 1987, foi o terceiro ano do governo de José Sarney. O mandato de Sarney durou cinco anos e foi considerado o governo de transição entre o regime autoritário e o Estado Democrático de Direito, consolidado com a promulgação da Constituição em 1988 com eleições diretas para presidência da República, em 1989.

Luiz Felipe Miguel (2019), ao analisar esse período, considera que houve controle dos militares na transição entre o regime; afirma ainda que a população brasileira não teve força o suficiente para "colapsar" a ditadura militar.

A ditadura militar não entrou em colapso (como ocorreu, por exemplo, na Argentina). Ao contrário, foi capaz de negociar a transição com enormes recursos políticos. Do início da “distensão” política até a devolução da presidência da república a um civil, passaram-se mais de dez anos, o que mostrou que o ritmo da retirada do poder foi controlado pelos militares (MIGUEL, 2019, p. 43)

Gigantescas mobilizações populares sucederam-se para o retorno das eleições diretas para a presidência no ano de 1984. As mobilizações foram apoiadas pela proposta de emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, deputado pelo PMDB do Mato Grosso, que instituiu as eleições por sufrágio universal e direito à Presidência da República. Em 25 de abril de 1984 a proposta de emenda constitucional recebeu 298 (duzentos e noventa e oito) votos a favor, 65 (sessenta e cinco) contra, contando com 113 (cento e treze) ausências e 3 (três) abstenções. Para a emenda ser aprovada, eram necessários 320 (trezentos e vinte) votos, por ser uma emenda constitucional. Assim terminou a mobilização causada pela campanha das Diretas.

Figura 1 - Comício das Diretas já, Rio de Janeiro, 1984



No verbete do CPDOC/FGV há uma análise em que o movimento foi frustrado pelas eleições diretas para a presidência da república. Embora malgrado, proporcionou um novo pacto de transição que se desdobrava na instalação de uma Constituinte soberana que teve como objetivo a elaboração de uma nova Constituição e a destituição das legislações autoritárias estabelecidas pela ditadura militar.

A derrota da emenda de Dante de Oliveira manteve o que era disposto na legislação autoritária da ditadura militar. Determinava, por meio de uma legislação austera, que as eleições para a presidência da república deveriam ser feitas de maneira indireta pelo Congresso Nacional através de um colégio eleitoral. A transição ficou a cargo desse colégio eleitoral, instituído pelo autoritarismo para eleger os presidentes militares. O candidato civil Paulo Maluf, apoiado pelos parlamentares ligados à ditadura militar, foi derrotado e Tancredo Neves, que havia sido ministro chefe da Casa Civil de Getúlio Vargas, foi eleito. Nesse período, Tancredo se alia a José Sarney e vence, com cerca de 72% (setenta e dois por cento) dos votos do colégio eleitoral

- composto pelos parlamentares do Congresso Nacional e pelos delegados das Assembleias Legislativas estaduais.

Tancredo Neves, embora eleito, não assumiu a presidência da República, pois faleceu antes da assunção do cargo por motivos de doença. Ironicamente, sua morte eleva a presidência seu vice-presidente José Sarney. O mesmo Sarney que durante os anos da ditadura militar foi acumpliciado.

O primeiro governo de transição pós-ditadura militar registrou um elemento recorrente em períodos de mudanças na história brasileira, a chamada transição pelo alto. Eli Diniz (1986), no texto intitulado *A Transição Política do Brasil: Perspectivas para a Democracia*, faz referência a expressão “transição pelo alto”:

Um dos aspectos que nos permite diferenciar processos de regimes autoritários para uma ordem democrática, diz respeito a forma, profundidade e “timing” da mudança política. O caso brasileiro tem sido tratado como típico de “transição pelo alto”. *Trata-se de um modelo caracterizado pelo ritmo lento das reformas desencadeadas, pelo papel decisivo das elites do regime autoritário e pelo caráter moderado das mudanças* (DINIZ, 1986, s/p, grifo nosso)

Nesses duzentos anos da independência do Brasil, esse processo é recorrente. O primeiro governante, o imperador Pedro I., foi também herdeiro do trono português e manteve práticas coloniais e a escravidão; no golpe civil militar que instituiu a República, negros e negras libertos institucionalmente da escravidão, continuaram marginalizados e sem usufruir de políticas de inclusão de Estado; no primeiro período do presidente Getúlio Vargas (1930- 1945), se instituiu o controle estatal sobre sindicatos, e, diversos decretos como o 3688 (1941) mantinham o

controle policial sobre desempregados e negros na noção de ociosidade (SCHWARCZ, 2011; 2014).

Diniz (1986) afirma que o processo de transição da ditadura foi controlado pelos militares e se estabeleceu por meio de um pacto das elites dominantes no governo de Geisel “(...) em 1974, deslanchou - e o longo percurso culminou com a instauração da Nova República através da eleição de um presidente civil” (DINIZ, 1986, s.p.). Nobre (2013) ressalta este lento processo de transição e acrescenta à discussão o acaso da morte de Tancredo Neves que recoloca no centro do processo um colaborador da ditadura militar, José Sarney.

Tancredo Neves foi eleito presidente. Morto em abril do mesmo ano sem ter sido empossado, deixou no cargo seu vice, quadro histórico de sustentação da ditadura militar, indicado pelo PFL - em 2007 a sigla mudou o nome para DEM (NOBRE, 2013, p. 11).

As transições mudam e também se mantêm. Durante o governo Sarney, Antônio Carlos Magalhães⁴ (ACM), uma personalidade civil proeminente da ditadura militar, assumiu o Ministério das Comunicações. ACM era um aliado importante de Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, uma corporação comercial e industrial com significativo poder no setor das telecomunicações⁵, pela qual tinha defensores poderosos dentro do governo da nova República. O interesse das empresas Globo na Embratel é muito claro, porém disto trataremos mais adiante.

Sobre a influência das Organizações Globo na política brasileira, Vianna (1993) aponta a proximidade entre ambas:

Após algumas conversas com sua base de sustentação política, mas muito em especial com o Sr. Roberto Marinho, o dono da Rede Globo, o ainda ministro das comunicações inverteu suas convicções (VIANNA, 1993, p. 280).

No ano de 1987 há ainda muitas ocorrências significativas: o governo decreta moratória do pagamento dos juros da dívida externa.

O impasse se configurou por completo já em fevereiro de 1987, com a declaração da moratória do pagamento da dívida externa, anunciada pelo então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, substituído no cargo, pouco tempo depois, maio do mesmo ano, por Luiz Carlos Bresser Pereira (NOBRE, 2013, p.38).

instaura um pacote econômico que foi denominado “Plano Bresser”, congelando temporariamente salários e preços para reduzir a inflação. Esta, em junho daquele ano, havia ultrapassado 26% (vinte e seis por cento) ao mês e o “Plano Bresser” expurgou esse índice

⁴ Que inclusive foi chamado de *Governador biônico*.

⁵ No ano de 1985 a novela Roque Santeiro alcançou uma média de 78% de audiência, sendo que o último capítulo ficou em quase 100% (cem por cento) (Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/>).

inflacionário do reajuste dos salários. Essa medida, impopular e injusta, provocou uma reação dos sindicatos. Com a “bandeira” de recuperação dessa elevada perda salarial, os sindicatos recorrem, inclusive, à justiça sendo um dos principais motivadores da greve geral de 20 de agosto de 1987.

O modelo econômico adotado pelos governos militares (1964-1985) foi sustentado por forte endividamento externo. O chamado “milagre econômico” cobrou seu preço, especialmente no início dos anos 1980, quando aparecem com força as ideias neoliberais, tendo como representantes mais destacados Margareth Thatcher (1979, Reino Unido) e Ronald Reagan (1980, EUA).

O neoliberalismo, por sua vez, tem como princípio central o atrofiamento das atividades do Estado com seu afastamento da atividade econômica direta, inclusive em atividade econômica direta e nos serviços essenciais a toda população. Isso é desastroso em um país como o Brasil, com enormes desigualdades somos derivados do processo histórico colonial e escravocrata. Essa tradição, ao contrário do corolário neoliberal exige um nível de investimento em áreas que apenas o Estado é capaz de fazer. O neoliberalismo tem ainda a noção do sindicalismo como setor inimigo a ser derrotado.

Uma estranha neutralidade ideológica permite ao neoliberalismo encaixar-se nestes diversos disfarces. O grupo de políticas que o caracterizam - desregulamentação, privatização, macroeconomia monetarista, legislação anti-sindicalista - agora se justifica com o imperativo modernização (WAINWRIGHT, 1998, p. 9).

De acordo com as influências políticas e econômicas externas, o Brasil submete-se às políticas de “austeridade” do Fundo Monetário Internacional (FMI), assinando em acordo com o próprio FMI em 1982.

Em 1979, o preço médio do barril vai a quarenta dólares, permanecendo nesse patamar até meados da década de 1980. Em segundo lugar, é nesse período que ocorre também o chamado choque Volcker, segundo nome do diretor-presidente do Federal Reserve dos Estados Unidos, que elevou as taxas de juros de maneira abrupta e significativa (de uma média de 11,2% ao ano, em 1979, para até 20% ao ano em junho de 1981) (NOBRE, 2013, p.3 2)

Para Nobre (2013),

Os resultados foram a recessão (em 1981, o PIB retraiu 4,25%), mini desvalorizações da moeda, moratórias (ou recurso ao FMI), deterioração fiscal e altas e crescentes taxas de inflação (NOBRE, 2013, p. 35)

As crises econômicas no Brasil e no mundo ocidental obrigaram que reformas políticas fossem feitas. A ditadura militar, editou o que se denominou "Pacote de Abril" em 1977. Nesse

sentido, “o Pacote de Abril foi anunciado dia 14 de abril (...) [que] tornou indireta as eleições para governadores e alterou a composição do colégio eleitoral” (GASPARI, 2004, p. 364-365).

Às oito da manhã de 1º de abril, décimo terceiro aniversário da Revolução Redentora de 31 de março de 1964, Geisel reuniu o conselho de segurança nacional. Valendo-se dos poderes do AI-5, fechou o Congresso por tempo indeterminado (GASPARI, 2004, p. 361)

Instituiu-se assim, a excrescência democrática de governadores e senadores biônicos (sem qualquer espécie de sufrágio direto e universal), manteve a vigência do AI-5 (vigente desde 13 de dezembro de 1968 e extinto em outubro de 1978) e elegeu o general João Figueiredo através do Colégio Eleitoral.

O general Figueiredo assumiu seu mandato sem poder mais utilizar o AI-5, revogado em outubro de 1978, que vigorou por cerca de dez anos. As condições políticas e econômicas distintas de seus antecessores - com o Brasil e o mundo ocidental em crise econômica -, fez com que Figueiredo experimentasse uma reação e renovação sindical com trabalhadores e sindicatos que promoviam atos de protesto e greves reivindicatórias.

A greve dos metalúrgicos da Scania, em São Bernardo do Campo, em 1978, por sua adesão e intensidade estabeleceu um novo sindicalismo, que ao romper os limites impostos pela ditadura militar "contaminou", a partir de então, diversas categorias de trabalhadores pelo Brasil. Nos arquivos do DIEESE, vide tabelas 1 e 2, são registradas 112 greves (cento e doze) em 1978, crescendo para 430 (quatrocentos e trinta) em 1979.

O movimento pela Anistia ampla, geral e irrestrita, vai às ruas, recuperando atos políticos de enfrentamento à ditadura em 1978. O fim da ditadura e o retorno ao Estado de Direito passa a instituir as “bandeiras” unificadoras da oposição à ditadura. A volta dos exilados e o fortalecimento dos comitês pela anistia, os movimentos sindicais e as ações de movimentos sociais obrigam a ditadura a aprovar a Lei 6653 de 1979, a Lei da Anistia – que anistiou os opositores da ditadura e também anistiou os agentes da repressão, incluindo torturadores e assassinos de Estado. Essa lei impediu que o processo de transição democrática no Brasil identificasse como crime as violações executadas pelo Estado impedindo que houvesse uma condenação clara e evidente do regime ditatorial.

A crise econômica, com o exponencial crescimento da dívida externa - com credores cobrando os juros e a incapacidade da atividade econômica no país para superá-la -, fizeram com que Figueiredo assinasse, em 1982, um acordo com o FMI. Esse acordo exigia cortes de custeio e restrições nas estatais junto ao “arrocho nos salários”, impedindo até a reposição dos índices da inflação.

Em 1979, objetivando controlar e reduzir o ímpeto das greves, Figueiredo aprovou no Congresso Nacional a Lei 6708 que ditava sobre reajuste semestral de salários dando ganho real à grande parcela dos assalariados, principalmente na faixa até três salários mínimos.

Para tentar retomar a iniciativa e conter a onda de greves, o governo de Figueiredo tratou de aprovar no Congresso Nacional a Lei 6708, com vigência a partir de 1º de novembro de 1979. Com essa lei, o reajuste salarial passava a ser automático e semestral, baseado na evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), recém-criado, com ganhos reais para salários até 11,5 SM (OLIVEIRA, 2019, p.9).

Segundo Oliveira (2019) essa lei pode ter contribuído para a redução do número de greves, comparando 1980 e 1979. O DIEESE registra, em 1980, 190 greves.

Tabela 1 - Primeiro ciclo de greves, período de 1978 a 1984

| ANO | VARIAÇÃO DO PIB (%) | INFLAÇÃO (INPC-IBGE) (%) | TAXA DE DESEMPREGO NA RMSP (%) | NÚMERO DE GREVES |
|------|---------------------|--------------------------|--------------------------------|------------------|
| 1978 | 4,97 | n.d. | n.d. | 112 |
| 1979 | 6,76 | n.d. | n.d. | 430 |
| 1980 | 9,20 | 99,70 | n.d. | 190 |
| 1981 | -4,25 | 93,51 | n.d. | 105 |
| 1982 | 0,83 | 100,31 | n.d. | 125 |
| 1983 | -2,93 | 177,97 | n.d. | 250 |
| 1984 | 5,40 | 209,12 | n.d. | 408 |

Fonte: Retirado de Oliveira, C. Greves no Brasil, de 1978 a 2018: Grandes ciclos, configurações diversas. 2019. Bahia: 16º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Trabalho.

Após a assinatura do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional uma série de atos foram derivados desta atividade. A Lei 6708 que promovia uma recomposição salarial foi, na prática, revogada através da edição de decretos leis que também passaram a controlar a atuação das empresas estatais. O Decreto 2036 de 1983, por exemplo, conhecido na época como Pacote das Estatais, promovia o corte de benefícios para trabalhadores de estatais e exigia redução significativa no custeio dessas empresas. Já os decretos 2045 e 2065, estabeleceram reajustes às faixas acima de três mínimos inferiores à inflação e com reajustes de somente 80% (oitenta por cento) do INPC.

Esse conjunto de medidas motivou a primeira greve geral, antes da criação das centrais sindicais que aconteceu no dia 21 de julho de 1983. De acordo com Tomaz Jr (2013), “a Greve Geral de 1983 levou, em plena ditadura militar, três milhões de trabalhadores às ruas. Contou com a adesão de 35 entidades sindicais e de associações de funcionários públicos (TOMAZ, 2013). Diversos setores da sociedade (estudantes, partidos de esquerda, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outros) se solidarizaram com os trabalhadores, manifestando publicamente suas posições.

Em 1984, em novo acordo com FMI, o Congresso aprovou a Lei 7238, mantendo a tônica do arrocho nos salários e com correções inferiores à inflação. Se a Lei 6708, de 1979,

produziu o efeito de reduzir temporariamente a quantidade de greves; os anos de 1980, com o aumento da inflação no governo do general Figueiredo, com a perda de poder de compra e aquisição da população, estimula, por outro lado, o incremento de greves. Nesse momento, a ditadura militar aumenta a atividade de repressão, intervindo em sindicatos, destituindo dirigentes e líderes sindicais de suas organizações e os levando ao cárcere.

A tabela (2) abaixo demonstra a evolução das greves na segunda metade dos anos 80 do século passado.

Tabela 2 - A evolução das greves na segunda metade dos anos de 1980

| ANO | VARIAÇÃO DO PIB (%) | INFLAÇÃO (INPC-IBGE) (%) | TAXA DE DESEMPREGO NA RMSP (%) | NÚMERO DE GREVES |
|------|---------------------|--------------------------|--------------------------------|------------------|
| 1985 | 7,85 | 239,05 | 12,2 | 621 |
| 1986 | 7,49 | 59,20 | 9,6 | 1.014 |
| 1987 | 3,53 | 394,60 | 9,2 | 996 |
| 1988 | -0,06 | 993,28 | 9,7 | 877 |
| 1989 | 3,16 | 1.863,56 | 8,7 | 1.962 |

Fonte: OLIVEIRA, C. Greves no Brasil, de 1978 a 2018: Grandes ciclos, configurações diversas. 2019. Bahia: 16º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Trabalho.

A pretensão dos regimes autoritários em instituir o pensamento único e de inibir totalmente conflitos não ocorre integralmente como ato. Os países nacionais não estão “ilhados” no planeta e nem as consequências de natureza econômica deixam de surtir efeito na vida cotidiana. No final da década de 70 e nos inícios dos anos 80 do século passado, a ditadura militar teve oposições cada vez mais efetivas e concretas. Estas respondiam com repressão, com leis que retiram direitos e benefícios de trabalhadores, com censura e perseguições de toda a ordem. Contudo, como afirma Hannah Arendt (2013) em seu texto clássico sobre o totalitarismo:

De um lado, o poder arbitrário, sem o freio das leis, exercido no interesse do governante e contra os interesses dos governados; e, de outro, o medo da ação, ou seja, o medo que o povo tem pelo governante e o medo do governante pelo povo — eis as marcas registradas da tirania no decorrer de toda a nossa tradição (ARENDR, 2013, p. 513).

Rolleberg (2010) estabelece ainda, de maneira muito precisa, que as ditaduras e os regimes autoritários “(...) não se sustentam exclusivamente por meio de repressão. São produtos da própria sociedade e, portanto, não lhe são estranhos. Legitimam-se em expressivos segmentos sociais. Ou ainda, se sustentam na zona cinzenta, o espaço entre apoio e rejeição, o lugar no qual é possível atuar nos dois sentidos” (ROLLEMBERG, 2010, p. 130).

Neste aspecto, o que ocorreu no final dos anos de 1970 e na primeira metade de 1980 foi uma espécie de deslocamento dos apoios para a rejeição, determinante para que a ditadura terminasse. Houve uma interpretação, assim como definiu Ricoeur (2016), de que a resistência

à ditadura foi o tom daquele momento, mitigando o ato colaborativo da população brasileira ao regime autoritário. Rollemberg (2010) alerta que:

Recuperar essa história, desconstruir a memória unipolar, sem ambivalências, é romper com as versões entrincheiradas, muradas em campos bem definidos. É superar as confortáveis dicotomias, os fáceis maniqueísmos. É refletir por que a lenda se tornou realidade. É explicar sua capacidade mobilizadora e impulsionadora da ação política concreta. É, enfim, compreender culturas políticas que explicam os 21 (vinte e um) anos de ditadura, a lenta transição de 11 anos, sempre sob o controle dos militares e/ou dos antigos políticos da Arena (ROLLEMBERG, 2010, p. 133).

A situação econômica do Brasil veio ao encontro de processos reivindicatórios para compensações salariais e/ou aumentos reais. Em 1979, o segundo choque de aumento do preço do petróleo e o aumento dos juros nos Estados Unidos da América colocou em xeque a política econômica do governo brasileiro. Nesse momento, o governo passa a criar instrumentos e órgãos centralizados de controle e cerceia investimentos - mesmo feitos com receitas próprias das empresas estatais, restrição também imposta pelo decreto 2036.

Em 1983, no governo do general Figueiredo são editados os decretos de cortes de custeio atingindo diretamente as estatais: bloqueia investimentos, impede correção dos salários, corta benefícios. Com as restrições impostas pelo decreto 2036, exige redução de custeio, impede contratação de pessoal, inclusive a contratação de técnicos. Nesse mesmo ano de 1983, o Rio de Janeiro assiste a manifestações fortes e unitárias de trabalhadores das diversas empresas públicas, como presente nas lembranças de vários entrevistados.

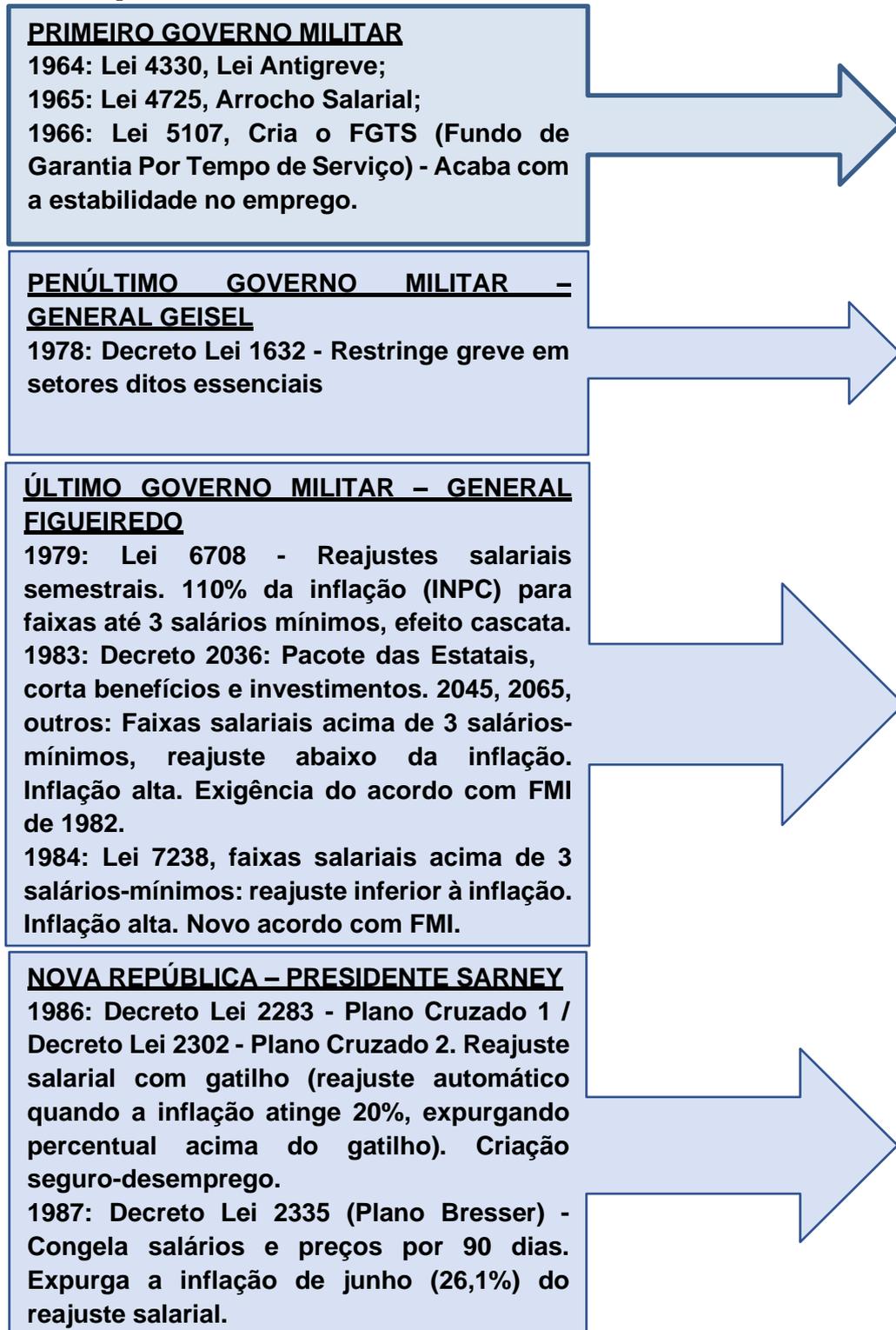
Em 1985, Sarney assume o primeiro governo da Nova República, com seus vários planos econômicos: Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão – basicamente medidas desesperadas de controle da inflação, então em altíssimos níveis (vide tabelas 1 e 2). O Estado do Rio de Janeiro sediou algumas das maiores e mais importantes empresas estatais como a Petrobrás, a Eletrobrás e a própria Embratel, tendo, portanto, sido atingido diretamente por medidas de restrições aplicadas a estatais.

O governo de transição do presidente José Sarney viveu sempre grandes contradições internas. Os planos econômicos de combate à inflação e efeitos de dívida externa seguem (ou seguiram) lógicas diferentes. Durante o Ministério da Fazenda de Dílson Funaro a população brasileira passou pelo Plano Cruzado, que congelou salários e preços, como também decretou moratória da dívida externa, contrariando a lógica e o receituário do FMI. Já iniciativas como o Plano Bresser, no tocante aos salários, acompanhavam a cartilha dos credores⁶ ao expurgar do reajuste dos salários a alta inflação do mês de junho de 26,1 % (vinte e seis vírgula um por cento);

⁶ Exigências desse tipo estavam presentes nos acordos assinados pelo governo com o FMI em 1982 e 1984

Apresentaremos uma linha do tempo considerando até 1987, ano da greve da VICOM (marco definidor do objeto dessa dissertação), registros das principais leis e decretos que objetivavam limitar salários e greves.

Figura 2 - Linha Do Tempo Até O Ano De 1987 (Greve Da Vicom): Leis e decretos que interferiram em salários e nas Greves



1.2 ACM, Globo e Bradesco e os satélites da Embratel

Havia uma concepção estratégica na ditadura formulada especialmente na Escola Superior de Guerra (ESG) de que era importante que o Estado nacional possuísse empresas estatais e públicas em áreas consideradas vitais para a manutenção da soberania e defesa nacional. Durante o governo de transição, as mídias formais, as empresas e os liberais produziram críticas à existência dessas empresas sob o argumento de que extrapolavam a função de Estado, que empregavam excessivamente, o que significa uma intervenção indevida do Estado na economia.

É nesse contexto que grandes grupos econômicos como a Rede Globo e o Bradesco, aliados ao ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ACM), propõem para a Embratel a efetivação de um contrato com a Victori Comunicações⁷. Este contrato permitiria à empresa privada, Victori Comunicações, explorar serviços de comunicação de dados via satélite, contrariando a Lei 4117 de 1962, em vigor. Essa lei apontava a prestação desses serviços exclusivamente pela Embratel. O Estado brasileiro, contando com a capacidade técnica dos trabalhadores, das instituições de pesquisa e do forte investimento, havia construído e lançado em fevereiro de 1985, o *Brasilsatt a1*, o primeiro satélite doméstico integralmente mantido e operado pelo Brasil. Em março do ano seguinte, lançaria o *Brasilsatt a2*.

A Rede Globo e o Bradesco, a partir de suas particularidades, dependiam dos satélites da Embratel para os seus negócios. A primeira, respectivamente, contou para a expansão de sua rede pelo Brasil da Embratel e de seus satélites; já o segundo, como uma megaempresa do sistema financeiro que vivia um processo intenso de automação, sob o imperativo econômico e gerencial, de serviços e de expansão de sua rede de dados nacionalmente, também dependeu da Embratel. Desta forma, se associou à estatal a Rede Globo e o Bradesco, com o apoio do ministro Antônio Carlos Magalhães (ACM), ao enxergar a partir do lançamento dos satélites uma nova oportunidade de negócio. Estas empresas, portanto, buscavam com essa aliança comercializar e prestar serviços de comunicação de dados através do uso dos satélites da Embratel. Gaspar Vianna (1993) em seu livro *Privatização das telecomunicações*, se refere ao período do governo Sarney da seguinte maneira:

Naquele governo, articularam-se as primeiras providências ousadas e explícitas no sentido de dismantelar o modelo brasileiro de telecomunicações. A atuação nesse sentido foi desenvolvida pelo então secretário geral do Ministério das Comunicações,

⁷ De acordo com Vianna (1993), a Victori Comunicações é uma empresa nacional de uma associação entre o Grupo Roberto Marinho (Globopar), somado a Digilab (grupo Bradesco), a Victori Internacional de Telecomunicações e o grupo italiano Stet (Telespazio e Itacable).

Rômulo Vilar Furtado, a primeira voz a defender abertamente dentro do próprio governo a privatização do setor (VIANNA, 1993, p. 252-253)

Gaspar Vianna (1993), que havia sido chefe do departamento jurídico da Embratel, afirma:

Em agosto de 1987, Antônio Carlos Magalhães e Romulo Vilar Furtado tentaram impor à Embratel um contrato que, a um só tempo, era lesivo aos interesses daquela empresa e ilegal, pois instituiu uma empresa privada, a Victori Comunicações (VICOM) como “atravessadora” entre aquela tradicional empresa prestadora de serviços e os seus usuários (Ibid., p. 253)

Também esclarece a composição da Victori Comunicações:

A Victori é uma associação entre a Globopar (Grupo Roberto Marinho), Digilab (Grupo Bradesco), Victori Internacional Engenharia de Telecomunicações e o grupo italiano Stet (Telespazio e Italcable). Consta que o controle da empresa é nacional (VIANNA, 1993, p. 253)

Nos primeiros momentos da ditadura militar, ministros ultraliberais como Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões e Juraci Magalhães haviam tentado, sem sucesso, impor a gigante americana *International Telephone Telegraph* (ITT) como a primeira prestadora de serviços via satélite pela Intelsat, como mostram Araújo e Brondi (s/d) em publicação digitalizada, apresentada no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). A proposta de privatização das telecomunicações foi reapresentada no governo Sarney com outra espécie de associação entre empresas nacionais ligadas às comunicações, associadas a parceiros estrangeiros.

1.3 A criação da Embratel e o histórico das Telecomunicações

Terceiro mundo se for, Piada no exterior,
Mas o Brasil vai ficar rico Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão

(*Legião Urbana*)

A Embratel teve sua criação como empresa pública proposta pela Lei 4117 e sancionada em agosto de 1962, pelo então primeiro ministro Tancredo Neves, na única e breve experiência parlamentarista na República brasileira. De acordo com Renato Archer (1993), “O ano de 1962 - durante o governo parlamentar do gabinete Tancredo Neves - representa o marco definitivo das telecomunicações no Brasil, através da Lei 4117, de 27 de agosto” (ARCHER,

1993, p. 32). Por que essa decisão foi tomada? Durante anos os serviços de telecomunicações eram regionalizados e pulverizados, e nas regiões mais desenvolvidas (sudeste e sul) explorados por grandes empresas estrangeiras (VIANNA, 1993). Porque houve essa mudança?

Por décadas, os serviços de telecomunicações interurbanos e de longa distância foram privatizados. Algumas empresas gigantes, como as estrangeiras Companhia Telefônica Brasileira (CTB) e a *International Telephone Telegraph* (ITT), imperavam nas regiões mais desenvolvidas economicamente. De acordo com Vianna (1993), a primeira operava na atual região Sudeste (RJ, MG, SP, ES), e a segunda na região Sul (RS/Paraná).

O domínio das grandes empresas internacionais e a pulverização de concessões pela União, Estados e municípios, veio desde a formação da República. No livro *Perspectivas para o Setor de Telecomunicações* (1993), organizado pela operadora Telerj e pelo Sinttel-RJ a partir do seminário de mesmo nome, há uma conferência de Renato Archer, presidente da Embratel naquele ano, afirma:

O marco inicial da história das telecomunicações situa-se em 1852, em decorrência da assinatura pelo Brasil, em 1850, de um tratado internacional que visava impedir o tráfico de escravos. Para tanto - dada a longa extensão do nosso litoral ao longo da costa, era necessário um serviço telegráfico ao longo. (...) Em 1877, instala-se o primeiro serviço telefônico no Brasil (...) em 1889, na proclamação da República, ela já atingia 11000 quilômetros, contando com 182 estações públicas e 1300 funcionários. Segundo a União Telegráfica Internacional, a rede telegráfica no Brasil, era a segunda maior do mundo em extensão” (ARCHER, 1993, p. 31-32).

Em 1962, o ano de criação da Embratel, o país tinha 1,2 (um vírgula dois) telefones por 100 (cem) habitantes (ARCHER, 1993). O Brasil do início dos anos de 1960, havia construído Brasília com sofisticada arquitetura e com a exigência de logística significativa para que a capital do país fosse transferida da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central do país. Entretanto, em mais uma das contradições, vivia o caos nas telecomunicações.

O Engenheiro e especialista do setor Luiz Flavio Maia Machado, testemunha em *Memórias de Nossas Vidas* (2013) sobre a Embratel:

Me recordo que ainda no início dos anos 60, morando no Rio de Janeiro e querendo falar com familiares em São Paulo, as duas maiores cidades do país, tinha-se que pedir o estabelecimento manual da ligação a telefonista local, a qual informava a previsão do tempo de espera de três, quatro ou cinco horas em decorrência das filas de congestionamento e reduzido número de troncos, e, as ligações interurbanas (...) que não existiam para todas as cidades eram caríssimas e de péssima qualidade (MACHADO et al, 2013, p.361- 362)

O advogado Gaspar Vianna (1993) concorda:

Era de se imaginar, portanto, que esse modelo irrestritamente privado, implantado após a constituição de 1891, e, desenvolvido ao longo de sete décadas, tivesse um nível de excelência compatível com os melhores do mundo. Ledo engano! Esse modelo privado foi se deteriorando progressivamente até chegar à falência.

Ingressamos na década de sessenta com o caos implantado em nossas telecomunicações. Praticamente ninguém conseguia se comunicar nos horários de maior movimento (VIANNA, 1993, p.42-43)

O ano de 1962, estabeleceu um ponto de mudança significativa no cenário das telecomunicações do Brasil. Com a aprovação da Lei 4177, de 27 de agosto de 1962, conhecida como *Código Nacional de Telecomunicações*, foi estabelecido o Código de Telecomunicações do Brasil e criou-se a Embratel. Estudiosos diversos como Renato Archer (1993) e João Celso Neto (2013) apontam essa lei como um divisor de águas no campo das Telecomunicações do Brasil. A partir de sua instituição, o Estado e a sociedade brasileira passam a ter instrumentos concretos para interromper a desordem deixada pelo sistema vigente desde o início da República, caracterizada pela enorme pulverização de um lado e, de outro, o controle de grandes grupos estrangeiros. Em contramão a este controle, a Lei 4117 define a estatização das Telecomunicações como premissa central para interligar um país de grandes limites territoriais como o Brasil.

Foram três os pilares básicos da Lei 4117, 1) a criação de uma empresa integralmente pública, responsável pelas comunicações interestaduais e internacionais, que seria a Embratel;

2) a criação do Fundo Nacional das Telecomunicações (FNT), para garantia dos recursos financeiros necessários; e 3) a criação do Conselho Nacional das Telecomunicações (Contel), para dispor de um instrumento de governo capaz de estabelecer a política para o setor (ARCHER, 1993). De acordo com o autor,

O ano de 1962, durante o governo parlamentar do gabinete Tancredo Neves, representa um marco definitivo das Telecomunicações no Brasil, quando se aprovou o código de telecomunicações no país, através da Lei 4117, de 27 de agosto. Esta mesma lei cria a Embratel (ARCHER, 1993, p. 32)

É nesse contexto que se cria a lei 4117, e, através dela, o Conttel, a FNT e a Embratel. Coube a Embratel, a partir de 1966, assumir o controle acionário da Companhia Telefônica Brasileira (CTB),

A situação brasileira começa a mudar com a aprovação do código brasileiro de Telecomunicações, em 1962, que demorou ainda alguns anos para produzir resultados. Aquele CBT (Lei 4117/62) instituiu a criação de um fundo (sobretaxando os serviços existentes), para arrecadar pelo prazo de dez anos e pondo esses recursos a disposição de uma entidade autônoma, a ser criada sob a forma de uma empresa pública (CELSO NETO, 2013, p. 21)

O caos e a imensa desigualdade no cenário das telecomunicações no Brasil do início dos anos de 1960 criou uma configuração política pela qual posições ideológicas foram relativizadas para que a solução encontrada pela estatização ocorresse e resolvesse esse impedimento para o desenvolvimento do Brasil.

Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul na época, estatizou a americana ITT, criando a Cia. Riograndense de Telecomunicações (CRT). Carlos Lacerda, governador do então estado da Guanabara, impedido pelo governo federal de estatizar a CTB, criou a estatal Cia de Telefones da Guanabara (CETEL), para permitir que a telefonia alcançasse as Ilhas (Governador e Paquetá), as regiões suburbanas e oeste, sem interesse de expansão pela CTB. Assim, o presidente João Goulart estatizou a CTB. Em 1966, já criada, a Embratel assumiu o controle acionário da CTB (VIANNA, 1993).

O propósito fundamental dessas medidas objetivou a melhoria da qualidade dos serviços de telefonia e das telecomunicações ao promover uma rede que integrasse, inclusive, a região amazônica. Em 1972, esse controle passou para a Telebrás, como a holding de todo o sistema.

1.4 Embratel - 1987: o caminho percorrido e as lutas sindicais no país

Nas favelas, no Senado, sujeira pra todo lado,
ninguém respeita a Constituição,
mas todos acreditam no futuro da Nação

(Legião Urbana)

O movimento sindical foi barbaramente perseguido pela ditadura militar de 1964. Dirigentes sindicais foram presos, torturados e desaparecidos. Diretores legitimamente eleitos foram impedidos de assumir. Os sindicatos sofreram intervenções e as greves foram proibidas (estas informações podem ser vistas na Linha do tempo sobre greves e reajustes salariais).

No então estado do Rio de Janeiro, a repressão aos sindicatos não foi menor, conforme aponta o Relatório da Comissão da Verdade (2015), presidido pelo advogado Wadih Damous:

O Sindicato dos Bancários, por exemplo, sofreu com a repressão desde o primeiro dia da ditadura e foi submetido a uma intervenção que durou dois anos. Prisões e demissões foram efetuadas e os membros da então diretoria tiveram seus mandatos cassados (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE, 2015, p. 99)

Mesmo com estas condições adversas, em 1978 já havia registros de greve em Osasco (SP) e Contagem (MG), como relata Ennio Seabra (2015) em seu depoimento para o livro *Greves no Brasil: de 1968 aos dias atuais*. Contudo, de acordo com Rainho e Bargas (1983) o retorno dos movimentos grevistas no Brasil teve como marco a greve dos metalúrgicos da Scania, na cidade de São Bernardo do Campo em São Paulo, em maio de 1978:

Às 7 horas da manhã do dia 12 de maio de 1978, os três mil de duzentos trabalhadores da Saab Scania do Brasil S.A entraram na fábrica. Bateram o cartão de ponto, trocaram de roupa, vestindo seus macacões, foram para os seus locais de trabalho diante das máquinas, mas não as ligaram: cruzaram os braços. Neste momento, aparecia como justificativa exposta o reajuste salarial (20 vinte por cento) (RAINHO & BARGAS, 1983 p. 66)

No ano seguinte, as greves espalharam-se em São Paulo e no Brasil. No Rio de Janeiro, várias categorias como bancários, metalúrgicos e fumageiros realizaram greves. Estas estavam relacionadas a reivindicações por melhorias de salários e condições de trabalho, cobrando também autonomia sindical.

Um marco dessa luta foi o ano de 1977 com a campanha do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo pela reposição aos salários de 34,1% (trinta e quatro vírgula um por cento). O Sindicato, com auxílio do DIEESE, descobriu que o governo militar havia manipulado o índice de inflação do ano de 1973. Ao analisar o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), a partir de notas publicadas na Folha de São Paulo, o DIEESE apontou algo “estranho”:

Em julho, a Folha de São Paulo publicou um relatório sigiloso do Banco Mundial, que em um de seus temas dissertou sobre salários dos trabalhadores. Lá, duas tabelas afirmavam que para o banco a inflação havia sido 22,5%. Nada a ver com os 15,5% “do delfinato” (GASPARI, 2004, p. 458)

E ainda,

Se a inflação fora 22,5%, os aumentos salariais calculados com base no índice de 15,5% haviam subtraído parte do dinheiro devido aos trabalhadores. Nas contas do DIEESE, deviam 34,1% sobre os salários de 1976." Reposição": esse foi o ponto de partida que trouxe os operários de volta à vida política nacional (GASPARI, 2004, p. 458)

Essa “descoberta” conduziu o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista a lançar uma campanha pela reposição de 34,1% (trinta e quatro vírgula um por cento), com a finalidade de recuperar as perdas de 1973. Houveram ainda greves em solidariedade como a dos metalúrgicos do ABC, em 1983 em solidariedade aos petroleiros, cujos sindicatos haviam sofrido intervenção.

Lutas e greves como essa, certamente, chegavam aos trabalhadores da Embratel. Em uma empresa com salários acima da média, as lutas contra decretos do governo que impediam reposição plena do INPC a salários superiores a três salários-mínimos, tinham a simpatia dos mesmos. Entretanto, essas pautas reivindicatórias sozinhas não motivariam e nem definiriam uma greve como a da VICOM.

Até a Greve da VICOM foram dez anos consecutivos, com picos maiores e menores. Greves por empresa e por categorias, locais e nacionais, no setor privado, nas estatais e setor

público, nas áreas urbanas e no campo. Em todos, as greves passaram a fazer parte do cenário do Brasil, sem jamais deixarem de sofrer repressões.

Ocorre que, também nos anos 1980, os trabalhadores redescobrem na prática as chamadas Greves Gerais. E, em um salto organizativo, os trabalhadores unem-se através das centrais sindicais, criando em 1983 a primeira e maior delas: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1986, seria criada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Foram três as greves gerais até 1987: 1) a 21 de julho de 1983; 2) a 12 de dezembro de 1986; e, 3) a 20 de agosto de 1987.

A primeira delas ocorreu ainda no período do regime militar, enfrentando os decretos leis do presidente Figueiredo, feitos por exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI). Decretos sucessivos, que arrochavam salários, impondo regras de reajuste inferiores aos níveis altíssimos de inflação, como o de 2045. Outros que cortavam direitos e benefícios de trabalhadores de estatais e serviço público, como o decreto 2036. Esse mesmo decreto restringia o funcionamento das estatais, impondo redução de gastos de custeio.

A segunda ocorre já na chamada Nova República, governada pelo presidente Sarney. Iniciada a temporada de planos econômicos que objetivavam reduzir e controlar os enormes índices de inflação, mas que, em sua receita, continham expurgos e arrochos nos salários. A greve, então, ocorreu após a edição do chamado Plano Cruzado II, em um cenário de crise de abastecimento de produtos essenciais. Segundo o CPDOC- FGV, essa greve envolveu quinze milhões de trabalhadores.

A terceira ocorre após mais um plano econômico, chamado de Plano Bresser. Este plano expurgou do reajuste dos salários a inflação de junho, de 26,1% (vinte e seis vírgula um por cento). O acompanhamento na imprensa e, mesmo a participação em parte nas greves, serviu como escola de luta reivindicatória e de defesa das estatais para trabalhadores em telecomunicações e outras categorias. Entretanto, as greves gerais não surgem espontaneamente, como resposta às políticas econômico-salariais, seja do último presidente militar (general Figueiredo) ou do governo da Nova República (Sarney). As greves refletem - e o ambiente de alargamento democrático contribui - o amadurecimento e o crescimento do nível de organização do movimento sindical.

A convocação e a organização da primeira Greve Geral em 1983 acompanharam o processo de organização e criação da CUT, previsto desde a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), ocorrida em 1981, quando foi criada, unitariamente, a Comissão Nacional Pró-CUT. A referida comissão teve papel central na construção da primeira greve geral.

A Comissão Nacional Pró-CUT refletia uma composição unitária do movimento sindical, situação alterada no período de realização do I Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Neste congresso, em agosto de 1983, é criada a maior central sindical do Brasil: a CUT. Desde então, a CUT ao lado de outras centrais que viriam a ser criadas, como a CGT, criada em 1986, passou a ter papel decisivo nas lutas e reivindicações mais amplas do movimento sindical, como na organização das Greves Gerais.

Nesse quadro, em outubro de 1987, cerca de doze mil trabalhadores da Embratel (quase seis mil na cidade do Rio de Janeiro) realizaram uma greve nacional exigindo o cancelamento de um contrato com a empresa Victori Comunicações (VICOM), cujo controle acionário tinha a participação da Globo e do Bradesco. Este contrato, contrariando a legislação vigente, permitia à VICOM comercializar serviços de comunicação de dados via satélite, privatizando na prática o que havia sido estatizado.

A Embratel foi instituída em 16 de setembro de 1965, já no período do regime autoritário, mas sua constituição foi determinada pela Lei 4117, de agosto de 1962, conhecida como Código Nacional de Telecomunicações, ainda sob a presidência de João Goulart, eleito democraticamente, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro.

Além de determinar a criação da Embratel como empresa autônoma e integralmente pública, a Lei 4117 também apontou a constituição do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que assumiria a tarefa de definir uma política para o setor. Em 1967, o CONTEL foi extinto, seguido da criação do Ministério das Telecomunicações. Foi criado ainda o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT), destinado inicialmente a financiar exclusivamente ações da Embratel. Esse fundo foi formado através de sobretaxa nos serviços locais e de longa distância, variando de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), funcionando como algo próximo a um subsídio cruzado: quem já estava incluído no sistema financiou a constituição da Rede Nacional e melhoria dos serviços.

O livro intitulado *Memórias de nossas vidas na Embratel* (2013), descreve a situação com mais detalhes:

A Embratel foi constituída em setembro de 1965, como empresa pública com 100% de seu capital do governo (além da União, eram “sócios” o Banco do Brasil, o então BNDE, a então paraestatal CVRD, a Petrobrás e a Eletrobrás), sem mudar de sócios, foi transformada em economia mista em 1972, meses antes de passar a subsidiar a Telebrás, com a criação da holding (CELSO et al., 2013, p. 167)

Por pelo menos vinte anos, desde sua criação, a empresa teve em sua alta direção quadros oriundos das Forças Armadas, prática comum em outras estatais durante a ditadura militar. Neto (2013) descreve os tempos iniciais da Embratel:

A Embratel estava no rumo de sua estruturação. Contava com pouco mais de dois anos de sua criação, se muito tinha 200 empregados, e era dirigida, praticamente em vários níveis, por oficiais do Exército e uns poucos vindos da Aeronáutica (Ibid., p. 156).

Não custa lembrar que, mesmo prevista em lei, a criação da Embratel foi combatida por figuras influentes do governo militar instituído em 1964. O verbete do CPDOC- FGV de autoria de Rejane Araújo e Paulo Brondi, mostra isso:

A mudança do regime político em abril de 1964 retardou em certa medida o processo de constituição da Embratel. A criação da empresa foi combatida por personalidades influentes do governo do General Humberto Castelo Branco (1964-1967), sobretudo o ministro do planejamento Roberto Campos (ARAÚJO; BRONDI, CPDOC-FGV, s/d).

Contudo, prevaleceu a Lei 4117 e diante de todo o debate acumulado, concluiu-se pela continuação do projeto.

O presidente Castelo Branco formou posição em favor da Embratel, endossando o ponto de vista dos principais chefes militares e de vários elementos das Forças Armadas com formação técnica no setor, entre os quais, o comandante Euclides Quandt de Oliveira (Ibid.)

A Embratel, tinha como principal missão contribuir na constituição de uma rede moderna de telecomunicações em país com dimensões continentais e com regiões de acesso mais complexo e ermo, como a Região Amazônica. A empresa se ocupou, desde o primeiro momento, com as comunicações via satélite.

Decididos a prestar, tanto quanto possível, serviços que em nada ficasse a dever aos países de primeiro mundo, a Embratel e não o governo ou o Ministério das Comunicações, tornou-se sócio do consórcio Intelsat, aliás um dos maiores sócios (CELSO et. al, 2013, p. 23).

Já em 1969, a Embratel inaugurou sua primeira estação terrena de comunicações via satélite, no hoje município de Tanguá. Contudo, não sem enfrentar resistência de grupos Internacionais e seus aliados nacionais, como a gigante companhia *International Telephone & Telegraph* (ITT):

O Brasil se associou ao consórcio Intelsat em fevereiro de 1965. No ano seguinte a ITT dispôs-se a construir com recursos próprios a estação terrena para a operação das transmissões via satélite, em troca da exploração comercial dos serviços internacionais por um prazo de dez anos (ARAÚJO; BRONDI, CPDOC-FGV, s/d.).

Ainda segundo esses autores:

O presidente Castelo Branco reuniu o ministério para deliberar sobre a matéria e, contrariando os votos de Roberto Campos e de seus colegas Otávio Gouveia de Bulhões (Fazenda) e Juraci Magalhães (Relações Externas), tomou decisão favorável à Embratel (Ibid., s/d)

Em 1975, a Embratel passa a usar com exclusividade um canal da Intelsat para ligações nacionais, permitindo transmissões de televisão para a região amazônica. Nesse ano ainda, inaugurou o Discagem Direta Internacional (DDI), para transmissões diretas internacionais, antes só efetuadas com o auxílio de operadoras (telefonistas). Em 1972, no mesmo ano em que se torna subsidiária da holding Telebrás, através da Lei 5792, a empresa absorve os serviços de operadoras de serviços internacionais como Radiobrás, Italcable e da ITT. Em 1973, com o encerramento das ações da Western, a Embratel tornou-se a única operadora de serviços internacionais no Brasil.

Em 1972, a Embratel absorveu os serviços da Radiobrás, da Italcable e da ITT Comunicaciones Mundiais S.A., tornando-se no ano seguinte a única operadora de serviços internacionais como encerramento das atividades da Western (ARAÚJO; BRONDI, CPDOC – FGV, s/d).

Em 1978, a Embratel inaugurou a Rede Nacional de Estações Costeiras (RENEC) para prestar serviço móvel marítimo. Na dinâmica de “subsídios cruzados”, a Embratel estabelecia uma espécie de compensação econômica, os serviços mais lucrativos permitiam manter serviços essenciais não lucrativos.

O Sistema Telebrás prestou serviços de natureza deficitária, mas de longo alcance social, como o serviço móvel marítimo, através da Embratel. Ele é considerado indispensável para salvar a vida humana em alto mar (VIANNA, 1993, p.73).

Em 1985, a saga das transmissões via satélite deu um novo e importante salto. O Brasil, via Embratel, lança seu pequeno satélite doméstico denominado Brasilsat 1.

A Embratel contratou duas empresas, a norte-americana Hughes e a canadense SPAR, para o fornecimento de seus primeiros satélites, confiando a operação de lançamento à empresa Arianespace, com base em Kourou, na Guiana Francesa. Com o lançamento do Brasilsat A1, em fevereiro de 1985, e do Brasilsat A2, em março do ano seguinte, o Brasil passou a dispor de um canal autônomo para tráfego doméstico (ARAÚJO; BRANDI, s.d., edição digital não paginada).

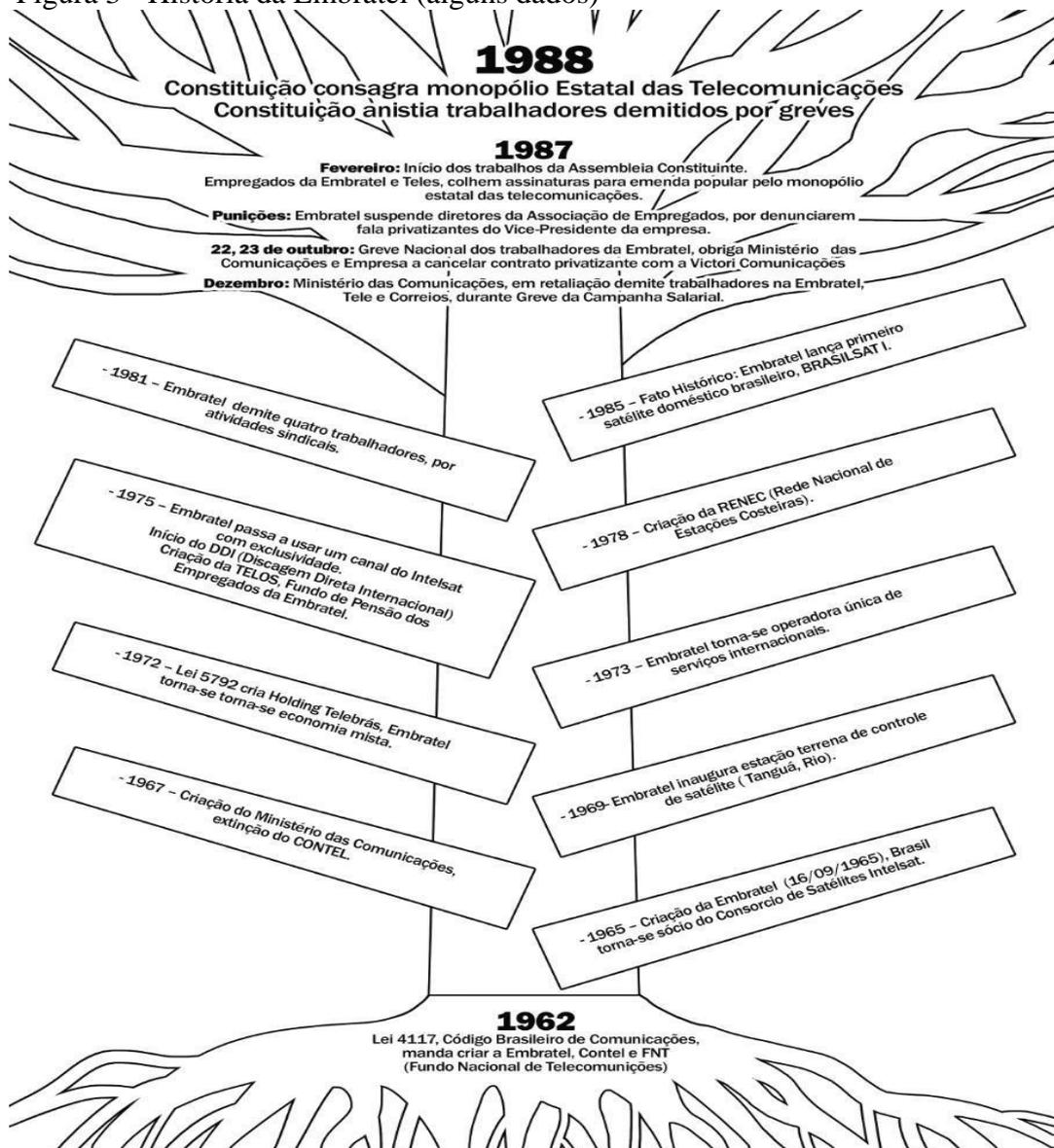
A Embratel instalou em Guaratiba, localizada no Estado do Rio de Janeiro, a estação terrena de controle do satélite Brasilsat.

O centro de operações do Sistema Brasilsat foi instalado em Guaratiba, no município do Rio de Janeiro, onde enormes antenas e sofisticados equipamentos de controle monitoram as transmissões (ARAÚJO; BRONDI, s.d, não paginada).

De acordo com Araújo e Brondi (s/d), a existência de satélites domésticos facultou o lançamento do programa de popularização e internacionalização das telecomunicações no ano de 1988. Todavia, a greve da VICOM ocorreu em contestação à abertura dos serviços de comunicações de dados via satélite pertencentes à Embratel, por empresas de controle privado.

O Gráfico-Árvore abaixo, fruto do talento do artista Alexandre Bersot, estabelece acontecimentos dimensionados no tempo, desde as raízes (Lei 4117, 1962) que propiciaram a criação da Embratel, como empresa pública monopolística nas telecomunicações interurbanas e internacionais até a consagração desse mesmo monopólio na Constituição de 1988⁸. Este também apresenta a evolução da política de uso de satélites, essenciais em um país de dimensões continentais com especificidades como as da região Amazônica. Essa evolução é assinalada desde o “aluguel” de espaços em satélites internacionais no consórcio Intelsat (1965) até a conquista de Lançamento de satélites próprios (1985).

Figura 3 - História da Embratel (alguns dados)



Fonte: Arquivo Pessoal. Arte: Alexandre Bersot, 2021

⁸ O presente gráfico indica momentos de repressão aos trabalhadores da empresa e a proximidade entre a Greve da VICOM (1987) e a consagração do monopólio estatal na Constituição (1988).

O Gráfico-Árvore, subsidiariamente, mostra também momentos de repressão aos trabalhadores da empresa e a proximidade entre a Greve da VICOM (1987) e a consagração do monopólio estatal na Constituição de 1988.

1.5 O soviete da Embratel: ações sindicais na empresa

Mas todos acreditam no futuro da nação

(Legião Urbana)

Em 22 de outubro de 1987, milhares de trabalhadores da Embratel interromperam a Avenida Presidente Vargas, via central do Rio de Janeiro, e nela, em assembleia, decidiram entrar em greve. Nenhuma reivindicação trabalhista, econômica ou de condições de trabalho na empresa estava em pauta. A greve, no entanto, “explode” quando, com o conhecimento através de gerentes da empresa e pelo jornal Tribuna da Imprensa, segundo o engenheiro Alexandre Avelar, em uma entrevista de vídeo chamada *VICOM FINAL*⁹, a diretoria da Embratel, pressionada pelo Ministério das Comunicações, assina um contrato com a Victori Comunicações - cuja participação acionária participavam as Organizações Globo e o Bradesco -, estabelecendo que esta empresa seria autorizada a prestar serviços de transmissão de dados, usando os satélites da Embratel.

A pressão e a pressa do governo eram grandes, tanto que o presidente da Embratel, Jorge Castelo Branco, que iria assumir uma função nos Estados Unidos, teve que assinar antes de despedir-se do cargo e viajar¹⁰:

A diretoria da Embratel assinou o contrato em 14 de outubro de 1987, às vésperas do Presidente da empresa Pedro Jorge Castello Branco deixar o cargo e viajar para os Estados Unidos, onde assumiria outro posto no Ministério das Comunicações (SANTOS, 2012, v.d.)

Dois órgãos da imprensa, com posturas diferentes, possuíram papel significativo na cobertura do contrato e da greve. Com postura contrária ao movimento, a revista *Veja*, principalmente em suas edições de número 999, 1000 e 1002, produziu matérias das quais abordavam a referida greve. Nesta última matéria, a de número 1002, a revista batiza a paralisação de *O Soviete da Embratel*, estimulando a repressão aos empregados, de acordo com Santos (2012). Como retratado na referida edição, a matéria evidenciava que se dependesse do

⁹ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cz4y9duaJ50>

¹⁰ O general Castelo Branco, primeiro presidente do regime autoritário, contra a visão de ministros importantes de seu governo, recusa-se a dar a operação dos satélites para a gigante americana ITT, em 1965. Um outro Castelo Branco, do primeiro governo da Nova República, atendendo ao ministro ACM, assinou um contrato privatizante, contrário à legislação.

até então ministro da comunicação, Antônio Carlos, o soviete surgido dentro da própria Embratel, estaria com seus dias contados.

Com posição de apoio ao movimento, a Tribuna da Imprensa, ligada ao jornalista Hélio Fernandes, fez uma grande cobertura através da jornalista Juçara Braga. A edição da Tribuna da Imprensa, de 23 de outubro de 1987, estampou uma matéria com o título *Tirem as Mãos da Embratel*. Com a intensa repercussão, a greve durou dois dias, levando o Ministério da Comunicações e a direção da empresa a ceder, resultando no cancelamento do contrato.

Figura 4 - Tirem as mãos da Embratel



Fonte: Jornal (digitalizado), Tribuna da Imprensa, 1987.

Como medida de retaliação, o ministro ACM demitiu toda a diretoria da empresa, à exceção de um. Menos de dois meses depois, em dezembro, por ocasião da greve de renovação do acordo coletivo, foram demitidos trabalhadores da Embratel, da Telerj, em outras Teles, como também dos Correios.

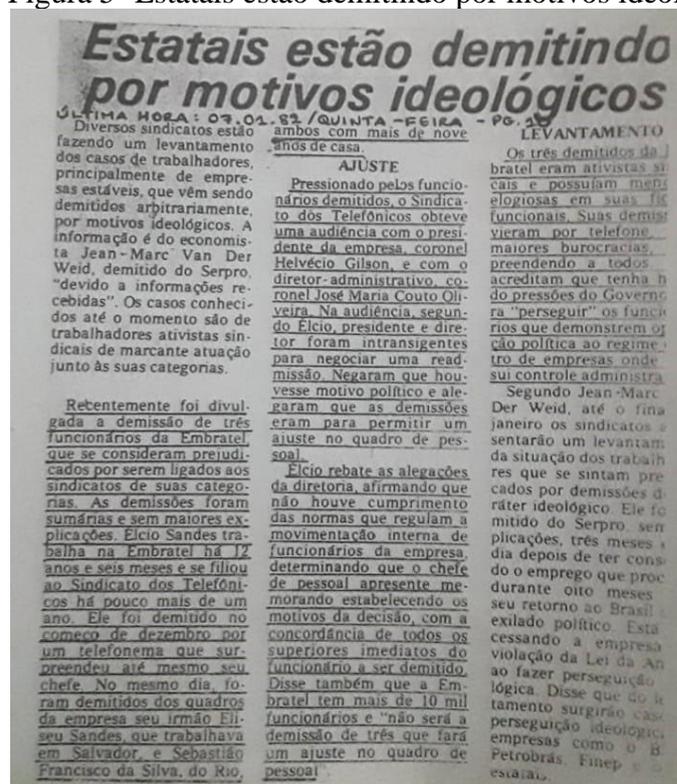
Na Telerj, operadora local no estado do Rio de Janeiro e sucessora da antiga Companhia Telefônica Brasileira (CTB), existia uma tradição sindical, inclusive, antes de 1964. Na Embratel, ao contrário, criada já durante a ditadura militar, em um quadro de repressão e restrição legal às greves e reivindicações coletivas, a tradição sindical era quase inexistente.

Em 1981, a empresa demitiu sumariamente quatro trabalhadores, sendo três no Rio de Janeiro e um na Bahia; todos trabalhadores demitidos dispunham de boa ficha funcional, excelente relação com colegas e com chefias. No entanto, as demissões ocorreram porque, dos demitidos, três participaram ativamente das eleições sindicais daquele ano para o SINTTEL-MRJ (Sindicato dos trabalhadores em Telecomunicações do Município do Rio); sendo dois deles como candidatos e outro como apoio. A chapa concebida por eles perdeu as eleições no geral, mas obteve a maioria de votos na Embratel

Recentemente foi divulgada a demissão de três funcionários da Embratel que se consideram prejudicados por serem ligados aos sindicatos de suas categorias. As demissões foram sumárias e sem maiores explicações. Elcio Sandes trabalha na Embratel há 12 anos e seis meses e se filiou ao Sindicato dos Telefônicos há pouco mais de um ano. Ele foi demitido no começo de dezembro por um telefonema que surpreendeu até mesmo seu chefe. No mesmo dia, foram demitidos dos quadros da empresa seu irmão Eliseu Sandes, que trabalhava em Salvador, e Sebastião Francisco da Silva, do Rio, ambos com mais de nove anos de casa (ÚLTIMA HORA, 1982, p. 10)

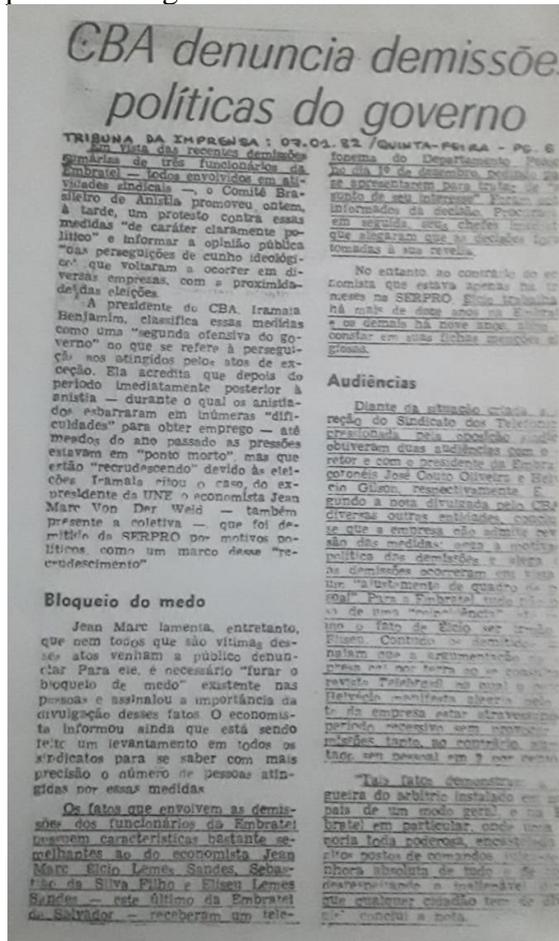
A presidente do CBA, Iramaia Benjamin, classifica essas medidas como uma “segunda ofensiva do governo” no que se refere à perseguição. Ela acredita que depois do período imediatamente posterior à anistia – durante o qual os anistiados esbarraram em inúmeras “dificuldades” para obter emprego – até meados do ano passado as pressões estavam em “ponto morto”, mas que estão “recrudescendo” devido às eleições. Iramaia citou o caso do ex-presidente da UNE, o economista Jean Marc Von Der Weid – também presente à coletiva – que foi demitido da SERPRO por motivos políticos como um marco desse “recrudescimento” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1982)

Figura 5- Estatais estão demitindo por motivos ideológicos



Fonte: Jornal impresso, Última Hora, 1982.

Figura 6 - CBA denuncia demissões políticas do governo



Fonte: Jornal impresso, Tribuna da imprensa, 1982.

As demissões supracitadas, ocorreram à revelia e sem consulta dos chefes imediatos. Um deles foi readmitido dias depois, quando colegas fizeram um abaixo-assinado, especificamente, por ser membro eleito da CIPA, o que pela legislação da época impedia sua demissão sem justa-causa. Este trabalhador que foi demitido buscou denunciar judicialmente a empresa com apoio e suporte jurídico do Sindicato dos Engenheiros, então presidido por Jorge Bittar, engenheiro da Embratel. O outro só foi readmitido muitos anos depois, em função da anistia prevista na Constituição de 1988, que contemplava perseguidos por atividades sindicais.

A única greve comandada pelo SINTTEL-MRJ havia ocorrido um ano antes, em novembro de 1986, com duração de um dia, por ocasião da renovação do Acordo Coletivo.

No Rio de Janeiro, às entidades sindicais e associativas que representavam os empregados da Embratel, só em anos bem recentes passariam a dirigir-se efetivamente aos empregados e a buscar mobilizá-los - entre estas, destacamos o SINTTEL- MRJ, o SINTTEL-ERJ e a AEBT- RJ.

O SINTTEL-MRJ (Sindicato dos trabalhadores em Telecomunicações do município do Rio) e o SINTTEL-ERJ (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Rio) haviam comandado uma única greve de um dia, em novembro de 1986, durante negociação do acordo coletivo. Estes sindicatos, desde 1984, vinham encaminhando várias reivindicações e mobilizações específicas em diversas áreas. Dentre estas exigências, os trabalhadores reclamavam pedindo pleitos como auxílio creche para mães e pais, melhoria de jornadas e escalas de trabalho, adicional de periculosidade por risco elétrico e outras. Recorriam à justiça e às paralisações localizadas. Ensaivavam paralisações mais amplas, cobrando reposições de perdas salariais para todas as faixas e redução do tempo entre correções salariais.

A AEBT-RJ (Associação de Empregados da Embratel no Rio), criada em 1985, tinha protagonismo nas mobilizações conjuntas com o sindicato, nas portas dos principais prédios¹¹ da Embratel e também nas denúncias às medidas privatizantes. Assim como em 1981, a empresa havia feito demissões por atividades sindicais; em 1987, a AEBT-RJ foi alvo de repressão. Em abril, seus cinco diretores foram suspensos por criticar publicamente a fala privatizante do então vice-presidente da empresa, como mostra o Jornal do SINTTEL, em sua edição de número 45. Vários sindicatos de trabalhadores em telecomunicações, inclusive os do Rio de Janeiro, haviam criado recentemente uma federação interestadual, denominada Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL), que passou a organizar campanhas de caráter nacional. Exatamente no fim de semana anterior à greve da VICOM, a FITTEL havia realizado seu primeiro congresso, em Barra de São João, no Estado do Rio. Um dos propósitos do congresso era organizar de forma conjunta e articulada a campanha salarial, juntamente a mobilização, para inclusão na nova constituição o monopólio estatal das telecomunicações.

Quanto a uma das principais lutas específicas da época, pelo adicional de periculosidade por risco elétrico há registros, inclusive de altos gerentes da empresa, reconhecendo o papel dos sindicatos:

Adicional de periculosidade a que faziam jus aos empregados foi instituída pela lei 7369/85 com o objetivo de favorecer os trabalhadores que exercem atividades em área de risco proveniente de energia elétrica (CELSO et. al, 2013, p. 140).

E, continua ao abordar que “(...) os Sindicatos de empregados em empresas de telecomunicações, em todo o país, comandaram em massa diversas ações trabalhistas” (SILVA, 2013, p. 141). Como também exemplifica a cultura interna contrária e repressiva às greves, no depoimento de um gerente:

¹¹ O chamado novo sindicalismo, surgido a partir das greves dos metalúrgicos do ABC Paulista, tinha como uma das bandeiras o sindicalismo de base, presente e organizado no interior das empresas. Estatais como a Embratel, criada dentro de uma cultura dirigente resistente e mesmo contrária a ação sindical mais reivindicatória não propiciavam ações sindicais nas dependências da empresa. A estratégia era então estreitar os laços com as relações cotidianas dos sindicatos com os empregados, o que foi nomeado de sindicalismo de porta de empresa. Essa denominação confere ao trabalho sindical a distribuição de boletins e jornais na entrada dos prédios, prática feita nos turnos de almoço e na entrada.

A função de chefe tem suas benesses e agruras. Por ocasião de uma greve tipicamente política, pois nosso dissídio salarial já tinha ocorrido, a orientação recebida da direção da empresa foi de considerar a greve inoportuna e penalizar quem participasse da mesma até com punição (MORAES, 2013, p. 80).

Importante o registro de que, até 1987, a “cultura sindical” da Embratel era recente e pequena. Entretanto, nos anos anteriores já existiam trabalhadores sindicalizados – concentrando-se na sindicalização, de início, nos prédios operacionais, e em trabalhadores oriundos de antigas empresas estrangeiras cujos serviços foram encampados pela Embratel, como *Radional*, *Western*, *Italcable* e outras, que vieram destas já com a cultura da sindicalização.

Lembramos o operador Edson Barreto, que foi diretor do SINTREL-MRJ, e do rádio telegrafista José Peixoto de Araújo, que liderou a exigência de acordo de jornada de trabalho de doze horas de trabalho por trinta e seis horas de repouso para os trabalhadores da Estação Costeira. Ambos chegaram à Embratel, vindos de empresas estrangeiras. Um registro histórico também quanto ao antigo presidente do Sindicato dos Telegrafistas, Wilson Reis, cassado pelo regime militar.

Ou seja, em uma cultura ainda muito recente de mobilização dos empregados, entidades como o Sinttel, a AEBT e a Fittel tiveram papel de destaque na preparação de um clima propício à greve. Dirigentes de outros estados, como Brígido Roland Ramos (SINTELL-DF), haviam estado no Rio de Janeiro dias antes da greve, vindos do congresso da Fittel voltando imediatamente a seus Estados para coordenar as greves.

A presente pesquisa defende, no entanto, que dado ao caráter não reivindicatório do ponto trabalhista da greve da VICOM, o quadro descrito não justifica sozinho a ocorrência dessa greve. A originalidade dessa greve foi expressa de várias formas, dentro e fora do movimento sindical. O então presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, participou em uma das principais assembleias dessa greve realizada na rua. Ele, oriundo da forte cultura grevista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, presente à assembleia da greve da VICOM, como lembram vários entrevistados, testemunhou que aquela era a primeira greve de natureza política em defesa de uma empresa da qual participava.

Como também o ex-chefe do Departamento Jurídico da Embratel, Gaspar Vianna, testemunha em seu livro: “(...) com relação a isso, os empregados da empresa realizaram a primeira greve da história da Embratel e, talvez, a primeira greve cívica do Brasil” (VIANNA, 1993, p. 253).

A Greve da VICOM teve sua vitória “definitiva”¹² quando na Constituição de 1988, no artigo nº 21 aponta a manutenção do monopólio estatal das telecomunicações. Como também na conquista da anistia aos grevistas demitidos.

No momento em que se redigia a nova Constituição houve por parte dos que tinham sido opositores à ditadura militar e pelos novos movimentos sociais que tinham se originado depois, uma ação organizada para influenciar o texto da Constituição.

Nos setores organizados da sociedade civil, a luta por uma constituinte livre e soberana herdou a mobilização deflagrada pelo movimento das “Diretas”. No final de janeiro, em Duque de Caxias (RJ), um conjunto de entidades populares lançou o Movimento Nacional pela Constituinte. Na mesma época, em São Paulo, estruturava-se um Plenário Popular. As experiências disseminaram-se pelo país, culminando na organização, em setembro de 1985, do Plenário Pró-participação popular na Constituinte, que participaria ativamente dos trabalhos da Assembleia.

A greve da VICOM foi um evento importante para a manutenção do monopólio das telecomunicações com o Estado. Os estudos de memória social se fazem necessários para conferir sentido aos acontecimentos ocorridos e reutilizá-los. Esta importante greve é, na análise dos dados dos servidores da Embratel que participaram, lembrança viva e orgulhosa. Provavelmente não encontraremos essa mesma lembrança na população brasileira: a Embratel foi privatizada, as operadoras de telefonia se especializaram em novas tecnologias móveis e de transmissão de dados, os satélites brasileiros ficaram obsoletos e a estratégia adotada foi alugá-los para suprir as novas demandas. Será esperado que a população brasileira tenha se esquecido, não somente da greve da VICOM, mas da própria história da Embratel como empresa estatal.

De acordo com Genova (2021),

A memória é a soma daquilo que lembramos e daquilo que esquecemos, e há uma arte e uma ciência para as duas coisas. Amanhã você irá esquecer o que vivencia e aprende agora, ou irá lembrar desses detalhes e lições por décadas? Seja como for, sua memória é milagrosamente poderosa, altamente falível e está fazendo o trabalho dela (GENOVA, 2021, p. 15)

Essa dissertação trará as lembranças dos que participaram do movimento de 1987, reconhecido como Greve da VICOM. Nessas lembranças poderemos reconhecer e identificar representações, estruturas e práticas organizacionais, conjunturas históricas, afetos e identidades. Os estudos de memória são transversais e permitem essa profundidade e pluralidade de temas intrinsecamente relacionados ao ato de lembrar e esquecer.

¹² A greve foi realizada em 1987. A utilização do termo definitivo entre aspas se deve ao fato de que, somente em 1988, ano em que a constituição consagrou o monopólio. Em 1998, o setor já foi privatizado

2 MEMÓRIA SOCIAL

Como incentivo teórico inicial, haja visto que para a utilização das entrevistas escritas e entrevistas orais gravadas, faremos uma referência a autora Ecléa Bosi, em seu livro chamado *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*, a autora assinala:

Feliz o pesquisador que pode se amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões explícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido (...) (BOSI, 2003, p. 16-17)

A pesquisa realizada para essa dissertação tem essa característica. Esta investigação possibilitou que trabalhadores e trabalhadoras, que tiveram participação em um evento de significância para a Embratel e para o Brasil pudessem dissertar sobre suas lembranças permitindo ao pesquisador uma reinterpretação do acontecido a partir de memórias, afetos e análises.

Os estudos de memória social permitem esse tipo de inserção, do qual o tempo pode ser reconstruído e reinterpretado através de um trabalho de pesquisa. A greve da VICOM, batizada pela Revista Veja, na edição de nº 1002, como *Soviete da Embratel*, foi intensa e vitoriosa visto que impediu a Embratel, naquele momento, cedesse o uso dos satélites para grandes conglomerados empresariais.

Escutar os participantes deste movimento e suas lembranças é também um ato de reconhecimento. Dito isso, é importante ressaltar que os sujeitos da pesquisa, aposentados em sua maioria, mantêm relações entre si e continuam compartilhando, como grupo, vivências comuns. Neles, existe ainda interesse coletivo pelo tema, a maioria dos ex-trabalhadores encontra-se vinculada ao fundo de pensão ativo Telos¹³, criado para a Embratel estatal.

Castro (2005), no texto intitulado *O Quarto de Getúlio: Representações e Memória na Política Brasileira*, nos alerta que um estudo de memória social desenvolvido a partir dos paradigmas estabelecidos pela psicologia social devem ser acompanhados de uma postura dialógica com as distintas ciências sociais,

Se a teoria psicológica, seus constructos teóricos e empíricos nos são, para os pensadores em psicologia social, referência básica para a construção do nosso objeto e metodologia, considerarmos essa fonte como exclusiva nos matará de sede. Somos a possibilidade desse deslocamento de sentidos e, assim, o terreno que possibilita a interface e o diálogo entre a psicologia e as ciências sociais. Se formos na direção da disciplinaridade, estaremos nos condenando a nada dizer ou a repetirmos o óbvio

¹³ Em 1975, a Embratel, mesmo integrando o sistema Telebrás, constituiu um fundo de previdência próprio, denominado Telos. Este fundo propunha-se a complementar valores de aposentadoria e manter aos aposentados e dependentes diretos do plano de saúde.

pobrememente. Na melhor das hipóteses estaremos fazendo uma péssima ciência social ou uma psicologia menor (CASTRO, 2005, p. 207)

O autor orienta em *Cotidiano e Psicologia Social: Sobre os Desafios da Pesquisa e da Teoria em Psicologia Social*, ser fundamental para um pesquisador “(...) em psicologia social se desloque mais para as bordas da teoria psicológica, e, desta maneira, seja também um estudioso das outras ciências humanas e sociais” (CASTRO et COSTA, 2018, p. 29).

Os estudos de memória social são privilegiados para a relação dialógica entre as ciências humanas e sociais. As lembranças e esquecimentos transcendem o indivíduo, que em relação, as utiliza para valorar o presente, o tempo e o espaço cotidiano. Como diz Kelley, “However different their narratives, the members of this discursive community shared the conviction that the past had the power to shape the present”¹⁴ (KELLEY, M. 1999, p. 229).

Halbwachs (1994; 2003), deportado e assassinado pelos nazistas, fez parte da escola francesa de sociologia inaugurada por Durkheim, sendo um protagonista dos estudos de memória em um viés social. No seu texto clássico sobre memória coletiva, Halbwachs evidencia a “força” de lembranças quando compartilhadas:

Claro, se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas (HALBWACHS, 2003, p. 29).

Halbwachs reafirma a inexorável condição social do sujeito onde,

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Esse compartilhamento e pertencimento social não se caracteriza com o imperativo da presença física¹⁵.

Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos, no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível. Aliás, eles não seriam suficientes. Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de tudo isso (HALBWACHS, 2003, p. 31)

¹⁴ Por mais diferentes que sejam suas narrativas, os membros desta comunidade discursiva compartilharam a convicção de que o passado tinha o poder de moldar o presente (tradução nossa).

¹⁵ A atualidade de Halbwachs quando estabelece um conceito de compartilhamento sem necessariamente presença física, permite que seja aplicado na produção de sentidos sobre o cotidiano e o tempo presente, em que as relações são múltiplas e diversas.

O autor diferenciou a memória social da história, em dois aspectos que podem ser considerados centrais, “(...) é comum que imagens desse tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida” (HALBWACHS, 2003, p. 32). Nesse caso, afirma que o passado é interpretado pelo presente e que quando se recorda, se interpreta,

Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, o elemento ou a parcela de lembrança que antes havia em nosso espírito talvez seja uma expressão mais exata do fato a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias (HALBWACHS, 2003, p. 32)

Nesta passagem o autor afirma que o ato de lembrar não é uma descrição objetiva do acontecido, como uma espécie de relato jornalístico factual, mas uma expressão para as atribuições de sentido. Utilizando-se de um exemplo de alunos e professores, o autor disserta sobre a duração e permanência de lembranças vividas, afirmando que “(...) por força das circunstâncias, a duração de uma memória desse tipo [estão limitadas] à duração do grupo” (HALBWACHS, 2003, p. 35). O que nos permite afirmar em consequência, que a manutenção dos vínculos entre os sujeitos da pesquisa pode ser uma das razões para que as lembranças de um acontecimento intenso, como a greve da VICOM, se atualizem e permaneçam. O que vai ao encontro de Halbwachs quando,

Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança nos faça recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2003, p. 39)

Sob a influência do conceito de representações coletivas de Durkheim (2001), Halbwachs (2003) introduz a noção de conformidade para a estruturação de uma lembrança coletiva, que vai ao encontro das conformidades lógicas e morais da sociedade em que vivemos. De maneira singular, define que o ato de lembrar acontece em compartilhamento e por isso, é necessariamente social. Entretanto, isso não é simples, é necessário considerar a complexidade desse fenômeno psicossocial no todo.

A “proximidade” com o que aconteceu e é lembrado é, para o autor, como um vetor para a lembrança. Da mesma maneira o “distanciamento” com o acontecido é vetor para o esquecimento. Essa proximidade é estabelecida por um conjunto de variáveis, uma delas é a preservação da lembrança em um determinado grupo de pertença do sujeito, o que afeta a sua intensidade afetiva e social.

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. As relacionadas a um número muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória, passam para o segundo plano (HALBWACHS, 2003, p. 51)

Esta leitura de Halbwachs (2003) nos auxilia para a compreensão das lembranças dos sujeitos entrevistados na pesquisa sobre a greve da VICOM. O estudo empírico pode permitir a compreensão do esquecimento da sociedade brasileira em geral e dessa greve, até mesmo de que a Embratel foi uma empresa pública e do Estado.

A partir dos textos de Maurice Halbwachs (2003) houve uma aproximação entre determinados historiadores que qualificaram o movimento denominado história social e a psicologia social. Schwarcz (2002), na apresentação que faz da edição brasileira do texto clássico de Marc Bloch (2002) aponta a coincidência do destino trágico entre ele e Maurice Halbwachs, vítimas do cárcere, assassinados pela barbárie nazista. O período em que Bloch foi professor da Universidade de Estrasburgo, possibilitou ao autor conhecer diversos estudiosos, entre eles Halbwachs cujas pesquisas sobre memória social o influenciaram. Essa influência permitiu um encontro intelectual novo para a história e para as ciências humanas e sociais, considerada como psicologia social.

É nesse contexto intelectual também que conhece uma série de colegas, cujas obras serão decisivas em sua carreira (...) e o sociólogo Maurice Halbwachs cujo estudo sobre a estrutura da memória social teve grande impacto no pensamento de Marc Bloch (SCHWARCZ, 2002, p. 8)

(...) Ela [a memória individual] não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (Ibid, p. 72)

Bloch, também encarcerado e assassinado nos cárceres nazistas, fez do estudo da história um ato acadêmico complexo, e, assim, retirando o caráter positivista da história, a aproxima e estabelece diálogos com as ciências humanas e sociais, especialmente com as ciências do comportamento.

Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pois será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?) , uma grande finesse de linguagem, (uma cor correta no tom verbal) são necessárias. Onde calcular é impossível, impõem-se sugerir. Entre as expressões das realidades do mundo físico e as realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do luthier: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos (BLOCH, 2001, p. 54-55)

A aproximação da história com as ciências sociais e humanas permitiu que Le Goff (2002) afirmasse que “Bloch recusa uma história que mutila o homem. A verdadeira história interessa-se pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, suas mentalidades, e não apenas suas ideias e atos” (LE GOFF, 2002, p. 20).

Le Goff (2002) confere dinamismo ao “estudo do passado”, refutando a condição estática de que se pode “descrever” de maneira definitiva acontecimentos que já ocorreram. Os estudos do passado são realizados a partir da referência do tempo presente, e por isso, passíveis de interpretação e análise.

Se “o passado” é, por definição, um dado que nada mais modificará (...) o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que se transforma e aperfeiçoa incessantemente (LE GOFF, 2002, p. 20)

Dessa maneira, o autor segue os pressupostos epistemológicos estabelecidos por Bloch, na configuração de que o “estudo do passado” é, necessariamente, um ato complexo que exige diversas articulações conceituais, sobretudo, com os estudos de memória.

Que objeto atualmente sustenta mais a investigação e a reflexão dos historiadores, em colaboração com outros especialistas em ciências, humanas e sociais, que a investigação da memória coletiva, base da busca da identidade (LE GOFF, 2002, p. 28)

Bloch (2002) e Le Goff (2002) rompem com os paradigmas positivistas estabelecidos em história que compreendem que a memória é considerada arriscada pois é capaz de falsificar a realidade e o fato ocorrido. Os novos paradigmas estabelecidos pelos autores sobre o que veio a ser denominado como história social introduzem a interpretação como método e o imperativo do diálogo com outros saberes.

Ao escutarmos as vozes dos veteranos da Embratel, reconstruindo suas lembranças e reconhecendo seus feitos, estamos revisitando eventos intensos da história recente do Brasil e nos aproximando de suas histórias de vida. Próximo ao “homem integral” descrito por Le Goff (2002).

Ressaltamos, a princípio, que uma das grandes contribuições de Celso Sá (2015) foi a consolidação da Psicologia Social como disciplina autônoma, cúmplice acadêmica de outras áreas das ciências sociais, capaz de propor um mapeamento, considerando diversos tipos de memória agasalhadas na Memória Social.

Como uma disciplina autônoma por ter objeto específico próprio, a interação social, mas não por isso podendo prescindir das contribuições de outras disciplinas do domínio social humano que temos buscado (...) desenvolver uma sistematização conceitual, teórica e metodológica para a pesquisa social da memória (SÁ, 2015 p. 343)

A primeira e importante observação é de que o estudo da Memória Social, se beneficia da contribuição de diversos estudiosos, dentro de diversas disciplinas e áreas de saber, sobretudo, as da psicologia social:

Desde duas décadas atrás, tem ocorrido uma renovação do interesse pela memória e uma efetiva retomada de seus estudos em termos sociais, por várias disciplinas - sociologia, história, antropologia - às quais não muito tempo depois, veio se associar a psicologia social (SÁ, 2015, p. 315)

Sá (2015) estabelece ainda quatro pressupostos que orientam os estudos de memória, do qual organizou em proposições. O primeiro refere-se a ordem “não psicologista”, ou seja, distante da tradição da psicologia social psicológica,

A memória não é uma reprodução das experiências passadas das pessoas, e sim uma construção, feita, por certo, a partir delas, mas em função de necessidades e interesses atuais e com os recursos proporcionados pela sociedade e pela cultura (SÁ, 2015 p. 344)

O segundo pressuposto vai também estabelecer limites para uma redução sociológica, assim caracterizada de ordem “não sociologista”:

Embora a memória seja social, histórica e culturalmente condicionada, quem de fato se lembra e se esquece de algo são as pessoas que participam de uma dada sociedade, um dado período histórico ou uma dada configuração cultural (SÁ, 2015, p. 344)

O terceiro pressuposto, o autor o situou na ordem “da articulação dos processos psicológicos da vida cotidiana” (SÁ, 2015, p. 344), onde,

(A) a memória e pensamento são associados, pois o que e de fato lembrado do passado está sempre mesclado com o que sabe sobre ele, e (B), de que a emoção, afeto e motivação são sempre parte integrante das versões do passado construídas pela memória (SÁ, 2015. p. 344-345)

No quarto e último pressuposto definido, o pesquisador o estabelece na ordem “da inclusão da memória na psicologia social” (SÁ, 2015, p. 345), e justifica tal afirmativa,

Pela ênfase dada ao objeto próprio dessa disciplina a interação social como sendo o âmbito de origem e desenvolvimento dos fenômenos da memória social, o que se revela na proposição de que ‘a construção, a manutenção e a transmissão da memória dependem sempre da interação e da comunicação sociais (SÁ, 2015, p. 345)

Sá (2015) construiu uma espécie de taxinomia das memórias, que de maneira resumida são: 1) Memórias Pessoais: atos de recordação, tomam como objeto a história de vida de cada um. Pessoa como locus de construção da memória; 2) Memórias Comuns: lembranças compartilhadas, sem que as pessoas elaborem coletivamente e sem interação entre si. Mídia Unidirecional (TV, Rádio, Jornal) como grande difusora; 3) Memórias Coletivas: lembranças construídas/reconstruídas por grupos com comunicação e interatividade entre si. Dispõe de

flexibilidade na conceituação de grupo; 4) Memórias Históricas: A) Oraís: fronteira com história oral. Preocupa-se com processo e circunstâncias nas quais as memórias são construídas por conjuntos sociais; e, B) Documentais: bibliotecas, arquivos, manuais escolares, imagens de TV; 5) Memórias Práticas: não discursivas, entre elas, os rituais e as práticas de incorporação (hábitos). Estas conservam e reiteram. 6) Memórias Públicas: confronto entre distintas memórias coletivas. São influenciadas pelas relações de poder, pela qual as crenças dos cidadãos sobre assuntos políticos são debatidas e mediadas pelos meios de comunicação de massa.

Esse sistema não configura categorias excludentes, isso seria desconsiderar a complexidade das memórias sociais. Assim, uma determinada lembrança pode ser inscrita em várias dessas “categorias” de memória. A lembrança da greve da VICOM e os sujeitos de pesquisa identificados para esse estudo, somado às manutenções de vínculos e de convivência, podem, por exemplo, ser classificadas em várias dessas categorias. Os processos históricos e de mudança social são também decisivos para a configuração de lembranças e esquecimentos:

(...) Novas informações e mudanças, mas também a emergência de novos interesses e a acentuação circunstancial de diferentes sentimentos são grandemente responsáveis pelo conteúdo que a memória social exhibe num e noutro lugar e num e noutro dado momento (Sá, 2005, p. 323)

O autor Paolo Jedlowski (2005), em consonância com Sá (2015), em um texto sobre memória e mídia, aponta a complexidade do estudo da memória, e, a alteração de sua conceituação com o avanço dos estudos:

Durante o século XX, a memória foi assunto de considerável assiduidade tanto no campo das artes e filosofia, quanto no campo das ciências, o nosso conceito de memória mudou: o modelo de memória como armazenagem de traços do passado - um modelo que remonta a Santo Agostinho - foi desconstruído e reformulado" (JEDLOWSKI, 2005, p. 87).

Para Jedlowski (2005) o passado é construído pelo tempo presente e pelas relações estabelecidas no cotidiano:

O que chamamos de memória é uma rede complexa de atividades, cujo estudo mostra que o passado nunca permanece uno e idêntico a si, mas é constantemente selecionado, filtrado e reestruturado por questões e necessidades do presente, tanto no nível individual, quanto no social (JEDLOWSKI, 2005, p. 87)

Promovendo uma articulação entre lembranças, identidade e poder político, Jedlowski (2005) determina que as lembranças têm papel substancial em gerar coesão grupal. Essa aglutinação não é simétrica na sociedade. Isso significa que esses diferentes grupos sociais e

suas construções identitárias também se encontram inseridos de maneira distinta na sociedade, cumprindo os pressupostos dos interesses de classe, de conformação social e de assimetria.

O elo entre memória e relações de poder é um dos pontos que a pesquisa sociológica tem visitado com mais frequência. A função primordial da memória coletiva é, na verdade, dar coesão a um grupo social e manter sua identidade. Entretanto, as identidades não podem ser tomadas como dado imutável no mundo moderno, a determinação do conteúdo da memória coletiva é um processo conflitivo. As representações do passado social objetivam dar legitimidade às crenças sociais e inspirar os projetos de grupos, assim legitimando as elites que os representam (JEDLOWSKI, 2005, p. 88)

Ao analisar o enorme efeito dos grandes meios unidirecionais de comunicação de massa, sendo estes a televisão, o rádio, o cinema, os jornais e etc, Jedlowski (2005) também marca sua distinção entre os conceitos de memórias coletivas e memórias comuns. Enquanto as primeiras referem-se à construção e reconstrução de memórias pela interação e comunicação intragrupos, muitos com vivências coletivas, as memórias comuns, por sua vez, são distintas, pois “(...) o impacto que os meios de comunicação de massa têm sobre a constituição de memórias é de outra natureza, precisamente relacionada à produção de um amplo aspecto de memórias comuns” (JEDLOWSKI, 2005, p. 91)

A greve da VICOM em 1987, acontecimento central para a presente pesquisa, teve impacto na mídia e, provavelmente, para além do evento exitoso, pode ter influenciado deliberações importantes na Constituição de 1988, assim como afirma Miguel (2002):

É necessário, em primeiro lugar, o reconhecimento de que a mídia é um fator central da vida política contemporânea e que não é possível mudar este fato. Ou seja, é ocioso alimentar a nostalgia de “tempos áureos” da política, quando imperava o verdadeiro debate de idéias, sem a preocupação com a imagem ou a contaminação pelas técnicas da publicidade comercial. Em primeiro lugar, porque um retorno ao passado é implausível. Mas também porque tal época de ouro nunca existiu. Antes do advento da televisão, outros fatores “viciavam” o discurso político. Se hoje é importante que o candidato tenha um rosto atraente, antes pesavam mais a técnica retórica, o timbre de voz ou mesmo o talhe do corpo, já que indivíduos altos e corpulentos se destacavam mais em meio à multidão ou no palanque. Em suma, mesmo que se possa lamentar a atual banalização do discurso político, nunca houve nada parecido a um debate “puro” de ideias, desligadas daqueles que as enunciam (MIGUEL, 2002, p. 158)

Nos anos seguintes, a greve da VICOM desaparece da mídia, dos debates públicos e dos compartilhamentos “fora da Embratel”. Esse movimento vai ao encontro do que Castro (2005) estabeleceu quando considerou o esquecimento social com um vetor político e de interesses. Ou como afirma Jedlowski “(...) a memória não pode ser concebida sem o esquecimento, seu lado sombrio” (JEDLOWSKI, 2005, p.93)

O objeto deflagrador do movimento paredista foi a privatização do uso dos satélites brasileiros pertencentes à Embratel. Essa questão se atualiza e permanece a cada novo governo

do país, onde a privatização de empresas estatais é parte constante da agenda política nacional. Entretanto, se as lembranças dos empregados que estavam na Embratel no período da greve da VICOM são vivas, não se pode dizer o mesmo no debate político contemporâneo, nem na sociedade brasileira.

Jedlowski (2005) permite modos de interpretação desse esquecimento, quando se refere a memória pública:

A memória pública é a memória da esfera pública, definida como o campo de vida nas sociedades modernas democráticas em que as crenças dos cidadãos acerca dos assuntos políticos são debatidas (JEDLOWSKI, 2005, p. 93)

A memória pública possuiria, portanto, para Jedlowski (2005), duas funções primárias:

A memória pública tem pelo menos duas funções primárias. Em primeiro lugar ela é o domínio da discussão das diversas memórias coletivas existentes dentro de uma sociedade. A partir dessa discussão um grupo específico pode prevalecer sobre outro, e frequentemente acontece. Entretanto a esfera pública, enquanto existir como tal, ela sustenta o reconhecimento e a possibilidade de se representar o passado diferentemente (JEDLOWSKI, 2005, p. 94)

Jovchelovitch (2000) ao afirmar sobre as limitações da esfera pública brasileira apresenta que estes limites reduzem a condição de cidadania, e, por decorrência, estimulam mais esquecimentos que lembranças sociais.

As limitações da esfera pública brasileira são explícitas e visíveis. De fato, mais do que observar suas limitações, poderíamos quase dizer que o Brasil ainda não foi capaz de desenvolver plenamente uma esfera pública. A possibilidade de reconhecimento no espaço público, que é garantida por um estado de direito, declarada em uma constituição e funciona plenamente nas instituições sociais, está longe de ser uma realidade no Brasil (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 185)

José Francisco Valencia (2005) em *Representações Sociais e Memória Social: Vicissitudes de um Objeto em Busca de Uma Teoria*, ao encontro das compreensões contemporâneas sobre memória, mantém a desvinculação das lembranças com relatos objetivos do acontecido e do conceito memória em uma abordagem não cognitivista.

Poder-se-ia dizer que os estudos sobre a memória em geral se têm baseado no modelo proposto pela psicologia. Geralmente os psicólogos em seus estudos (tanto de corte clínico como Freud, como de corte experimental como Ebbinghaus) têm visto o ato de memória como um processo psicológico ou artifício cognitivo, que ajuda a retomar o passado tal como foi. Nesse sentido, desde os estudos de memória providos pela psicologia, se pensando que este reproduzia os eventos da maneira como tinham ocorrido, desde teóricos como Freud ou Ebbinghaus, por exemplo, propunha-se a ideia de precisão da memória e sua força evocativa: instrumento preciso de evocação (VALENCIA, 2005, p. 101).

Em contraponto a visão estática, assumindo uma visão construtivista da memória, Valência (2005), aponta:

A tomada de consciência sobre os lucros dos trabalhos de Bartlett, Halbwachs (1941,1992) e Vygotsky, por exemplo, propôs que a memória era um tipo de atividade construtivista, declarando que se reclamava o passado através de marcos compartilhados para sua compreensão, questionando a precisão do passado na atualização do presente (VALENCIA, 2005, p. 101)

Ademais, o autor considera a importância de diversos saberes para o estudo da memória:

O estudo da memória coletiva durante as últimas três décadas do século XX nesse tipo de problema, estabelecendo-se um acordo consensual cada vez maior para entender a memória como uma atividade social realizada não privadamente, mas por meio da consciência compartilhada com outros (VALENCIA, 2005, p. 101)

Valencia (2005) sugere a categoria de epistemologia dinâmica para a abordagem de estudos em memória social. Essa epistemologia em vista das visões estruturalistas,

(...) ultrapassa a psicologia, encontrando a antropologia, a sociologia, história, a literatura, a comunicação entre outras, de modo que seu estudo rompe as barreiras interdisciplinares, por outra parte origem das modernas ciências sociais (VALENCIA, 2005, p. 99)

Valencia (2005) aponta para esse rumo quando sugere a categoria de epistemologia dinâmica para a abordagem de estudos em memória social. Essa epistemologia das visões estruturalistas,

Algum autor esboçou a necessidade de ter um corte nas epistemologias dinâmicas em lugar de epistemologias estáticas que permeiam as ciências sociais. O estudo sobre a memória social e coletiva, assim como o marco das representações sociais tem posto em questão a visão estática da dinâmica social (VALENCIA, 2005, p. 99)

Houve na greve da VICOM uma disputa sobre distintas concepções de Estado e de suas finalidades e estrutura. Disputas que permanecem, mas que, ao mesmo tempo, parecem no caso brasileiro “começar” sempre de novo. Os esquecimentos dos processos brasileiros é uma constante e isso constitui uma expressão de conflitos onde são sempre hodiernos e sem qualquer referência sobre o passado. A pesquisa sobre a greve da VICOM ao escutar os empregados da Embratel que a vivenciaram em 1987, permite distinguir as relações e disputas de projetos e de poder. Os servidores da Embratel entrevistados relatam o choque entre visões distintas do papel do Estado.

O compartilhamento entre os ex-trabalhadores da Embratel foi também se alterando; outras formas de comunicação passaram a ser utilizadas, principalmente as de meio remoto¹⁶. Jedlowski (2005), na crítica aos meios de comunicação, atribui intencionalidade ao processo de

¹⁶ A recente pandemia da COVID-19 que assolou o planeta, obrigando mudanças comportamentais e afetando todos os níveis da vida social, será analisada considerando a grande mudança na interação social que foi transportada radicalmente do face a face para o meio remoto. Além disso, o uso intenso das novas tecnologias de informação pode permitir que as memórias coletivas, que necessitam de integração inter e intra grupal, tenham reforço com os contatos por vídeo.

esquecimento, no caso das sociedades autocráticas a censura e nas democracias liberais. A mídia, nesse sentido, opera de modo tendencioso, como observa-se no fragmento destacado:

Há processos intencionais destinados à produção do esquecimento. A censura, como tal, está banida das sociedades democráticas modernas, *mas a mídia, como um sistema totalizante, pode facilmente transmitir informações deliberadamente enganosas ao grande público ou até gerar omissões propositais* (JEDLOWSKI, 2005, p. 93, grifo nosso)

O autor estabelece um diálogo com Noelle-Neumann (1980) ao associar o esquecimento de fatos e de acontecimentos ao conceito de *espiral do silêncio*:

O conceito de Espiral do Silêncio (Noelle-Neumann, 1980), bem pode ser utilizado para analisar como alguns aspectos do passado podem ser ocultados da atenção pública. Se o sistema de mídia omite deliberadamente algum evento ou uma interpretação específica deste, quem quer que porte sua memória é encorajado, pela aparente voz da maioria, a se manter em silêncio (JEDLOWSKI, 2005, p. 95)

O conceito de Espiral do Silêncio (1980) se estabelece a partir das relações entre maiorias e minorias; nessa relação os grupos majoritários tendem a silenciar os grupos minoritários. O conceito confere que existe uma tendência humana de temer a rejeição pelos outros que são próximos, o que obriga o sujeito a monitorar os comportamentos, observando e discriminando quais são aprovados e quais são rejeitados socialmente. Caso a opinião não seja aceita socialmente, a tendência é expressá-la com convicção e quando há possibilidade de rejeição ou objeção a tendência é silenciar. A autora discorre que a mídia tem capacidade de influenciar de maneira profunda o processo de silêncio das minorias quando estas assumem posições públicas.

Jedlowski (2005) considera uma disputa na memória pública que transforma o esquecimento e a lembrança em uma arena de valores e de interpretação de mundo. A condição assimétrica da vida social define a ação de grupos dominantes nas memórias, o que deve ser lembrado, ou esquecido e como deve ser lembrado.

Como Habermas (1962) apontou, a esfera pública pode ser colonizada pelas esferas das ações políticas e do mercado: o mesmo risco existe para a memória pública. (...) A colonização da esfera pública significa que a sociedade perde a possibilidade de limitar e criticar o perseguimento arbitrário de interesses particulares. Da mesma forma, a sujeição da memória pública a este ou aquele lobby pode impedir a sociedade de refletir livremente sobre seu passado e de aprender com a experiência prévia (JEDLOWSKI, 2005, p. 95)

O peso da mídia é tão relevante, que sugere: “(...) na medida em que a memória pública nos dias de hoje é constituída principalmente na arena da mídia, o controle democrático das

instituições da mídia é a condição de manutenção e sobrevivência dos próprios regimes democráticos” (JEDLOWSKI, 2005, p. 95).

Por outro lado, em contraponto a Espiral do Silêncio, Moscovici (2011) afirma o conceito de minorias ativas. Na apresentação da edição brasileira de *Psicologia das Minorias Ativas*, vemos:

Conforme seus argumentos, o poder das minorias está na definição de uma luta, na construção de um espaço de participação, representação e negociação, em sua capacidade de influência social. (...) Uma das teses centrais da Psicologia das Minorias Ativas é que os processos de influência estão intimamente ligados à produção e reabsorção de conflitos, na apresentação de contradições, que muitas vezes, estão silenciadas pelas maiorias dominantes (...) e uma luta cultural que coloca cosmovisões em oposição é uma luta por modos diferentes de pensar (ACCORSI *apud* MOSCOVICI, 2011, p. 8)

Segundo Jedlowski (2005), a mídia também é influenciada pelas minorias ativas. Nesse sentido, dentro da sociedade civil elas têm a capacidade de mobilizar as representações do passado, contrárias às sugeridas pelas autoridades públicas. As minorias ativas, assim como concebidas por Moscovici, significa, para os estudos de memória, um processo de conflito que resiste ao silêncio imposto, ao apagamento e ao esquecimento social, para na situação de tensão social manter essas lembranças vivas e presentes. No livro intitulado *Psicologia das Minorias Ativas* (2011), Accorsi junto aos tradutores referem-se diretamente à Moscovici como quem “(...) se preocupa com uma ciência do desenvolvimento e da mudança, em contraponto a uma ciência da conformidade, da estabilidade (MOSCOVICI, 2011, p. 9).

Barboza e Camino (2014) apresentam um estudo sobre essa importante contribuição de Moscovici. As autoras retratam este estudo como uma pesquisa complementar ao das representações sociais ao introduzir uma afirmação que é um dos panos de fundo nas investigações de Moscovici: “Os aspectos psicológicos individuais devem ser investigados à luz da inserção dos sujeitos ou grupos nos contextos sociais” (Barboza e Camino, 2014, s/p). Mostram que os setores dominantes podem muito, mas não podem tudo e que os sujeitos e os grupos sociais não se submetem mecanicamente aos projetos econômicos. As autoras afirmam que “Moscovici identifica que as normas são impostas pela maioria, contudo as pessoas apresentam diferentes graus de adesão a elas, gerando conflitos entre os grupos (majoritários, minoritários)” (BARBOZA; CAMINO, 2014, s/p).

Para além da simples resistência, estes conflitos geram novas resultantes sociais, provocando alterações nos próprios setores majoritários:

Uma vez gerado o conflito, cria-se uma predisposição para a mudança, a inovação. (...) A situação de conflito evidencia que, mesmo apresentando resistência à mudança, a maioria é induzida a ser mais tolerante com o que antes era excluído ou proibido (BARBOZA; CAMINO, 2014, s/p)

Segundo as autoras, a relevância dos estudos de Moscovici, sendo ele próprio minoritário, ao iniciar seus estudos frente ao paradigma dominante da psicologia, com hegemonia dos psicólogos sociais norte-americanos, aponta que “(...) diferente do que foi proposto pelos precursores americanos, Moscovici afirma que o processo de influência é caracteristicamente bilateral, no qual estão implicados ação e reação tanto do alvo, quanto da fonte de influência” (BARBOZA; CAMINO, 2014, v.d). Nesse sentido, o acontecimento ter se sucedido ou pensado como ocorrido é decisivo para que memórias ocorram.

Como argumentado por Halbwachs, o mero conhecimento de que certos fatos aconteceram- ou a conclusão lógica de que eles têm que ter acontecido- mesmo se nenhuma lembrança foi guardada deles, é suficiente para sua incorporação a memória individual ou grupal (BARBOZA; CAMINO, 2014, v.d)

Pierre Nora (1993), em *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*, contribui à premissa para nos ajudar a entender as diversas e fortes lembranças dos entrevistados. Através do conceito denominado como Lugares de Memória, Nora (1993) auxilia a compreensão de lugares que fizeram parte da vivência dos entrevistados,

Os Lugares de Memória pertencem a dois domínios que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidas a mais sensível experiência, e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional (NORA, 1983, p. 21, grifo nosso).

Há um juízo de valor e uma intenção no conceito de Nora (1993). Um que associa a um sentimento (ou representação) de que não há memória espontânea entre humanos e que é preciso marcar simbolicamente e estruturar meios físicos para que haja lembrança; e outra, em que o ato de lembrar poderia ser considerado como uma estratégia humana para impedir a inexorabilidade do tempo.

Conforme Nora (1993), os chamados Lugares de Memória se originam e vivem do sentimento de que não há memória verdadeira, no sentido organizável; os Lugares de Memória, sobretudo, são espaços de resistência ao cancelamento e ao esquecimento. Nesse sentido, “a razão fundamental de ser um Lugar de Memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento” (NORA, 1993, p. 22). Todavia, para Nora (1993), o esforço em bloquear o trabalho do esquecimento não consegue “parar o tempo”. Os lugares de memória têm uma “aptidão para a metamorfose” e são significados de acordo com o espírito do tempo¹⁷. Assim,

¹⁷ Os movimentos de reparação histórica que têm por efeito a destruição de estátuas vêm ao encontro dessa definição. Em contraponto, reparos como a inauguração em 2008 do busto de João Cândido na Praça Quinze, no Rio de Janeiro.

(...) Prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os Lugares de Memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22)

A greve da VICOM não necessariamente produziu Lugares de Memória, de acordo com a conceituação de Nora (1993). Provavelmente por ter sido uma vitória circunscrita no tempo, a fim de impedir a privatização da Embratel, que depois foi modificada e definitivamente privatizada. Os Lugares de Memória para a greve da VICOM deveriam estar associados, provavelmente, ao debate da privatização e da manutenção de empresas sob controle do Estado. Isso não tem validade definida nas representações e valores entre brasileiros e se estabelece como um valor e representação em disputa. Os Lugares de Memória só poderiam ser constituídos, nesse caso, nos territórios de ocupação de uma fração ou outra.

Castro (2005), sobre o quarto de Getúlio Vargas exposto no Palácio do Catete/Museu da República, refere-se a intensa visitação ao lugar que recorda o suicídio do presidente. O autor reformula o texto da carta-testamento para “saio da vida para entrar na memória”, e, nesse aspecto, afirma que, para além da lembrança, os Lugares de Memória podem permitir uma espécie de reconstituição dos fatos ocorridos, mesmo quando não correspondam ao dito pela história.

Mas, afinal, o que tem de atração o quarto de Getúlio, diante do contraste com a majestade do palácio? Porque ali, naquele ambiente, o presidente de maior tempo de governo na trajetória republicana brasileira se matou com um tiro no peito, no dia 24 de agosto de 1954. Um cenário de fato dramático, singular na história mundial, e que permite ao mesmo tempo o exercício da memória e a possibilidade de co-participar como testemunha ocular - mesmo que décadas depois - dos dramáticos acontecimentos daquele agosto de 1954 (CASTRO, 2005, p. 204)

O vídeo produzido pelo deputado Gilberto Palmares e pelo SINTTEL em dezembro de 2017, trinta anos depois do ocorrido, disponível na plataforma Youtube, foi um esforço de registro para não esquecer da greve da VICOM. A baixa visualização, cerca de cento e sessenta e quatro visualizações contadas até 20 de maio de 2022, aponta para o apagamento do ocorrido, mesmo que ainda em lembrança por aqueles que viveram aquele momento.

A importância estratégica da Embratel, especialmente no momento da greve da VICOM, onde possuir satélites era um recurso cobiçado e a proposta de transferência para domínio privado deixaram de ser um tema de interesse social. Isso se justifica pois atualmente há uma série de satélites lançados por empreendimentos privados. Em reportagem de maio de 2022 da Folha de São Paulo, são listados mais de 2200 (dois mil e duzentos) satélites pertencentes ao mega empresário Elon Musk. Nesse sentido, ocorreu um deslocamento na relevância do objeto

motivador da greve de 1987, devido às profundas mudanças tecnológicas e sociais encontradas nos dias atuais.

Os estudos de memória social, assim como dispostos pelos autores aqui ressaltados, permitem múltiplas interseções e derivações. Podem, em um dos aspectos, significar e estimular um *ethos* existencial e de reconhecimento, onde lembrar é conferir sentido à existência, e, a partir das lembranças compartilhadas, introduzi-las em um lócus comunitário e social, que anula a experiência solitária.

(...) A Embratel é uma vida, né? E uma vida boa. Como sou católica, eu tenho aquela coisa de ‘eu faço parte de um universo, faço parte de uma luz’. Então eu tenho muito essa coisa de gratidão, tudo o que eu tenho de material eu consegui na Embratel. E tem aquela coisa como se fossem castas, né? Eu vim de uma casta mais baixa (*sic.*) (E3M)

De outra maneira permite o entendimento da cultura organizacional da empresa, como nos revela a entrevistada 3M:

O que o nome da Embratel te lembra? *Uma empresa séria, de bons técnicos, um corpo de empregados forte (sic.)*

Os relacionamentos afetivos e as redes sociais também podem ser identificados pelos estudos de memória social:

Tinha um barzinho que era na Mackenzie. O nome era perigoso. E, tinha um relacionamento familiar porque a gente foi crescendo ali dentro, um era padrinho do outro (*sic.*) (E4M)

E também sobre a construção do pertencimento, onde:

Em 1971, me formei engenheiro pelo ITA. Faço, agora, 50 anos de formado. As grandes empresas como IBM, Embratel e outras iam buscar engenheiros no ITA. Fiquei na dúvida entre trabalhar e fazer mestrado – fui aceito na COPPE. Vim ao 1012, fui entrevistado, fui encaminhado para a área de comutação. (...) Todo mundo desejava trabalhar na Embratel, empresa de excelência (*sic.*) (E9H)

Dessa maneira, os estudos de memória social, não se reduzem de maneira restrita a lembranças e aos esquecimentos. Inseridos em um contexto do pensamento social, são variáveis significativas para o entendimento das representações de mundo, do entendimento dos lugares simbólicos e do pertencimento, dos contextos sociais e das valorações que atribuímos aos acontecimentos. As lembranças da greve da VICOM estarão situadas nessa abordagem.

3 A FAMÍLIA QUE DERROTOU A GLOBO, O BRADESCO E O GOVERNO

Há uma tendência de estudos relacionados à memória social e as análises sobre o pensamento social adotarem plurimetodologias (RAUSKI, 2015; QUEIROZ, 2011; CASTRO & COSTA, 2018)

O objetivo central desta dissertação foi identificar e analisar as memórias sociais de ex-trabalhadores da Embratel no período da greve contra a VICOM, em 1987. A importância desta análise apresenta-se através do motivo singular pelo qual se deflagrou o movimento paredista: a defesa, por parte dos trabalhadores, contra a privatização da empresa Embratel, que, diferentemente das outras greves do mesmo ano, foram motivadas por questões econômicas. Nesse sentido, a greve da VICOM foi uma luta fomentada pela preservação da natureza estatal da Embratel contra a exploração do comércio dos serviços de comunicação de dados através dos satélites para empresas dos oligopólios constituídos pela Globo e pelo Bradesco.

A presente pesquisa teve como objetivos secundários: a análise do contexto sócio-político do período em que a greve da VICOM ocorreu; a análise das relações interpessoais na organização da empresa Embratel; o estabelecimento de estudos de memória social e psicologia social e a identificação das mudanças e continuidades das representações sociais sobre o fato ocorrido.

Foram 74 (setenta e quatro) sujeitos da pesquisa, sem considerar qualquer diferença de gênero. Os entrevistados eram trabalhadores e trabalhadoras na Embratel no período da greve da VICOM. A identificação e seleção dos sujeitos foram feitas a partir de contatos pessoais com as(os) profissionais que trabalhavam na Embratel naquele período. É importante destacar que o autor dessa dissertação era, no período de análise, dirigente do Sindicato dos trabalhadores em telecomunicações do município do Rio de Janeiro (SINTTEL-MRJ), funcionário da Embratel ocupando o cargo de Técnico Sênior de Telecomunicações (TST) e um dos coordenadores do movimento paredista. A história pessoal do autor facilitou o contato e as entrevistas realizadas. Houve também sugestões de pessoas a serem entrevistadas, feitas pelos entrevistados, que foram acolhidas.

O projeto de pesquisa foi inscrito na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética. A coleta de dados foi realizada de forma individual por meio eletrônico. A pesquisa de campo ocorreu durante a pandemia de COVID-19, o que dificultou o contato presencial com os entrevistados. As entrevistas com roteiro foram realizadas com 11 (onze) sujeitos e foram todas presenciais. Os sujeitos da pesquisa foram informados do objetivo da investigação e das regras de participação, e aqueles que concordaram em participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A e B) como condição para fazer parte da amostra.

3.1 Caracterizando os sujeitos da pesquisa

Houve uma série de perguntas com o objetivo de caracterizar os sujeitos da pesquisa para que, em relação com outras questões abertas ou fechadas, pudessem produzir dados para a melhor aproximação com o objetivo central desta dissertação. A caracterização dos sujeitos será apresentada em tabelas e gráficos.

A tabela mostra que, todos os empregados ouvidos, inseridos na empresa em cargos de nível básico ou médio, tiveram ascensão profissional, com as respectivas mudanças de cargo. Destes todos, no ano de 2021, são aposentados pelo INSS, tendo 9 (nove) pessoas complementação de aposentadoria pelo Fundo de Pensão Telos.

Tabela 3 - Dado dos 11 (onze) entrevistados oralmente, de forma presencial

| ENTREVISTADOS | ANO INGRESSO EMBRATEL | SIGLA CARGO INICIAL | SIGLA CARGO FINAL | 2021 APOSENTADO DO INSS | 2021 APOSENTADO TELOS |
|---------------|-----------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|-----------------------|
| 1M (Mulher) | 1976 | AJA | AGC | SIM | SIM |
| 2M | 1976 | AJA | TST | SIM | SIM |
| 3M | 1976 | ATL | ANL REDE | SIM | SIM |
| 4M | 1976 | AJA | ENG | SIM | SIM |
| 5M | 1975 | AJA | PGA | SIM | SIM |
| 6H (Homem) | 1975 | OPERADOR | TST | SIM | SIM |
| 7H | 1978 | TEC SEG TRAB | GERENTE DE CONTA | SIM | SIM |
| 8H | 1982 | TTC | TST | SIM | SIM |
| 9H | 1972 | ENG | ENG | SIM | NÃO |
| 10H | 1977 | ANL SIST | ANAL SIST | SIM | SIM |
| 11H | 1976 | AJA | AGT | SIM | NÃO |

*Nomenclatura de Cargos: AJA (Ajudante Adm), ASA (Assist.Adm), AGT (Agente Adm), AGC (Agente Comercial), ATL (Aux.Tec), TTC (Tec. Telecom) TST (Tec. Senior Telecom), PGA (Programador) e ENG° (Engenheiro).

A tabela, embora sucinta, é rica em informações. Separamos em partes as análises feitas, sendo estas, 1) a primeira análise da tabela indica diferenças de gênero no ingresso: das cinco mulheres, apenas uma não teve seu ingresso na área administrativa, de menor salário e menor exigência de qualificação. Diferente dos homens, onde todos, menos um, já ingressaram em cargos técnicos e especializados; 2) ainda sobre o gênero, todas as mulheres ao longo do tempo conquistaram reclassificação para áreas técnicas; 3) todos, homens e mulheres, ascenderam a cargos melhor remunerados e de maior especialização. Os dois únicos que não mudaram de cargos foram os que já ingressaram em cargos de nível superior; 4) estes trabalhadores, em média, permaneceram na empresa por mais de 30 (trinta) anos; 5) todos estão hoje aposentados, sendo nove com complementação de aposentadoria pelo fundo de pensão Telos. Podemos

inferir que os dados acima, bem como as falas dos entrevistados abaixo, apontam para contribuir na sensação de pertencimento dos empregados e das empregadas.

A **Tabela 4** apresenta a distribuição dos sujeitos da pesquisa por ano de ingresso na Embratel.

Tabela 4 - Distribuição (em intervalos de 05 anos) do ano de ingresso na embratel dos sujeitos da pesquisa

| Ano de Ingresso (em intervalos de 05 anos) | N | % do total de entrevistados |
|---|----|-----------------------------|
| 1965-1970 | 4 | 5,4 |
| 1971-1975 | 21 | 28,4% |
| 1976-1980 | 25 | 33,8% |
| 1981-1985 | 16 | 21,6 |
| 1986 | 8 | 10,8 |
| total | 74 | 100,0 |

Considerando 1987 como ano/referência por ter sido o ano do acontecimento da greve da VICOM, objeto da pesquisa dessa dissertação, podemos identificar nos sujeitos da pesquisa que 33,8% (trinta e três vírgula oito por cento) dos entrevistados estavam há mais de dez anos como funcionários da Embratel, o que significa que estavam bem inseridos na cultura organizacional da empresa. A maior parte dos entrevistados (66,2% - sessenta e seis vírgula dois por cento) possuíam menos de dez anos na Embratel.

Na próxima tabela, os sujeitos serão caracterizados por idade atual e na época da greve da VICOM em 1987

Tabela 5 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa por idade, considerando a idade atual e no momento da greve da VICOM

| Idade na época da greve VICOM | | Idade Atual | |
|--------------------------------------|----------|---------------------------|----------|
| Intervalo de idade | N | Intervalo de Idade | N |
| 16-21 | 3 | 50-55 | 3 |
| 22-26 | 7 | 56-60 | 7 |
| 27-32 | 25 | 61-65 | 25 |
| 33-39 | 20 | 66-70 | 20 |
| + 40 | 19 | + de 70 | 19 |
| Total | 74 | | 74 |

A distribuição dos sujeitos por idade demonstra que na época da greve da VICOM, em 1987, a maior parte dos sujeitos (74,5% - setenta e quatro vírgula cinco por cento) tinham menos de 40 (quarenta) anos, o que caracteriza que eram jovens ou jovens adultos naquele período. A idade atual caracteriza a maior parte dos sujeitos (86,5% - oitenta e seis vírgula cinco por cento) acima de 60 (sessenta) anos.

A **Tabela 6** caracteriza os sujeitos por gênero.

Tabela 6 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa por gênero, n e %

| Masculino | | Feminino | |
|------------------|--------------|-----------------|--------------|
| N | % | N | % |
| 45 | 60,8% | 29 | 39,2% |

A maior parte de entrevistados homens é correspondente à maior presença masculina na área tecnológica, escopo da ação da Embratel¹⁸.

Na próxima Tabela 7, a desigualdade por cor/raça também é representada entre os entrevistados. A caracterização dos sujeitos da pesquisa por cor seguiu o procedimento de autoidentificação.

Tabela 7 - Distribuição dos sujeitos por cor/raça

| Cor | N | % |
|------------|----------|----------|
| Branca | 50 | 67,6% |
| Preta | 6 | 8,1% |
| Parda | 18 | 24,3% |

Segundo os dados do censo universitário¹⁹ (INEP, 2020) a distribuição de matrículas no sistema universitário público (considerando todas as unidades da federação) e privado por cor/raça corresponde a 52% (cinquenta e dois por cento) de brancos, 8,6% (oito vírgula seis por cento) de pretos e 37,1% (trinta e sete vírgula um por cento) de pardos. É importante considerar que essa distribuição em 2020 deve levar em conta a promoção de ações afirmativas por cotas nas Universidades Públicas. Em 1987²⁰, ano da greve da VICOM, a distribuição por cor provavelmente deveria ser mais desigual, tanto que essa situação foi a motivadora dos procedimentos de ações afirmativas nas Universidades públicas brasileiras.

A caracterização de posicionamento político/ideológico dos sujeitos da pesquisa será demonstrada na **Tabela 8** abaixo:

Tabela 8 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa por posicionamento político/ideológico (n x %)

| Posicionamento Ideológico | N | % |
|----------------------------------|----------|----------|
| Direita | 4 | 5,4 |
| Centro direita | 2 | 2,7 |
| Centro | 1 | 1,3 |
| Centro esquerda | 13 | 17,8 |
| Esquerda | 41 | 56,2 |
| Sem posicionamento | 12 | 16,4 |
| Não respondeu | 1 | 1,3 |
| Total | 74 | 100,0 |

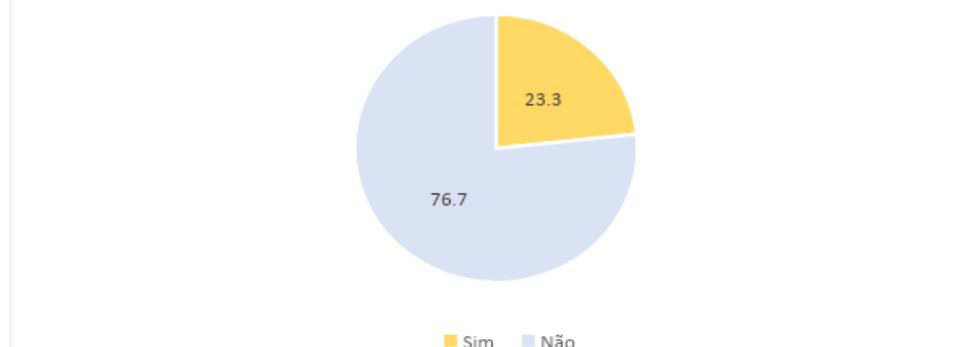
¹⁸ Esses dados podem ser encontrados em: <http://portal.sbpcnet.org.br/publicacoes/ciencia-e-mulher/>

¹⁹ Esses dados podem ser encontrados em: <https://www.gov.br/inep>

²⁰ Os censos universitários foram realizados somente a partir de 1995, logo não é possível identificar os percentuais de matrículas por cor/raça no ano de 1987, da greve da VICOM.

No gráfico abaixo (**Gráfico 1**) identifica se houve uma mudança de posicionamento político/ideológico depois da greve da VICOM em 1987.

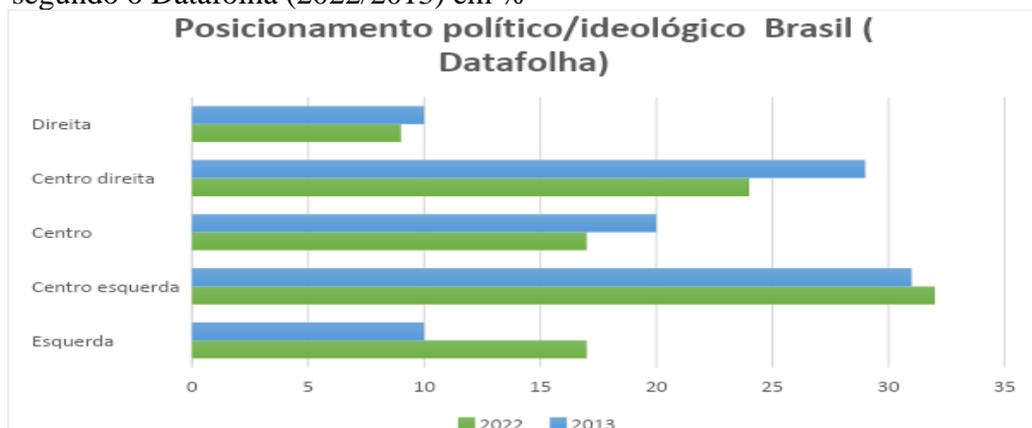
Gráfico 1 - Mudança posicionamento político/ideológico em % (v0= 1987)



O que se observa na amostra dos sujeitos da pesquisa é uma significativa maioria que se atribui o posicionamento de esquerda (56,2% - cinquenta e seis vírgula dois por cento); se associados com a auto identificação de centro-esquerda (17,8% - dezessete vírgula oito por cento) encontraremos uma expressiva maioria (74%). O perfil de direita (5,4%) associado ao de centro direita (2,7% - dois vírgula sete por cento) totalizam 8,1% (oito vírgula um por cento) sendo inferior (próximo a metade) aos que autodeclararam sem posicionamento (16,4% - dezesseis vírgula quatro por cento). Os que se declararam de centro (1,3% - um vírgula três por cento) são o indicador mais baixo. No **Gráfico 1** encontramos 23,3% (vinte e três vírgula três por cento) dos sujeitos da pesquisa que declararam mudança de posicionamento político/ideológico.

O jornal Datafolha (2022), em pesquisa realizada entre 25 e 26 de maio ouvindo 2556 (duas mil quinhentos e cinquenta e seis) pessoas acima dos 16 (dezesseis) anos em 181 (cento e oitenta e uma) cidades de todo o país, encontrou os seguintes resultados sobre o posicionamento político/ideológico dos brasileiros. Houve também uma comparação com dados de 2013. Os dados estão distribuídos no **Gráfico 2** abaixo.

Gráfico 2 - Distribuição do posicionamento político/ideológico de brasileiros segundo o Datafolha (2022/2013) em %



Os dados encontrados pelo Datafolha demonstram uma volatilidade no posicionamento político/ideológico dos brasileiros no decorrer dos anos, o que vai ao encontro do dado encontrado nesse estudo sobre a mudança de posicionamento no decorrer do tempo. Os dados da pesquisa Datafolha²¹ também encontram uma expressiva adesão aos posicionamentos à esquerda (49% [quarenta e nove por cento] entre esquerda e centro esquerda) contra 34% de posicionamentos à direita (34% - trinta e quatro por cento) o que vai ao encontro dos posicionamentos dos sujeitos da pesquisa.

A escolaridade dos sujeitos da pesquisa está descrita na próxima tabela, a **Tabela 9**.

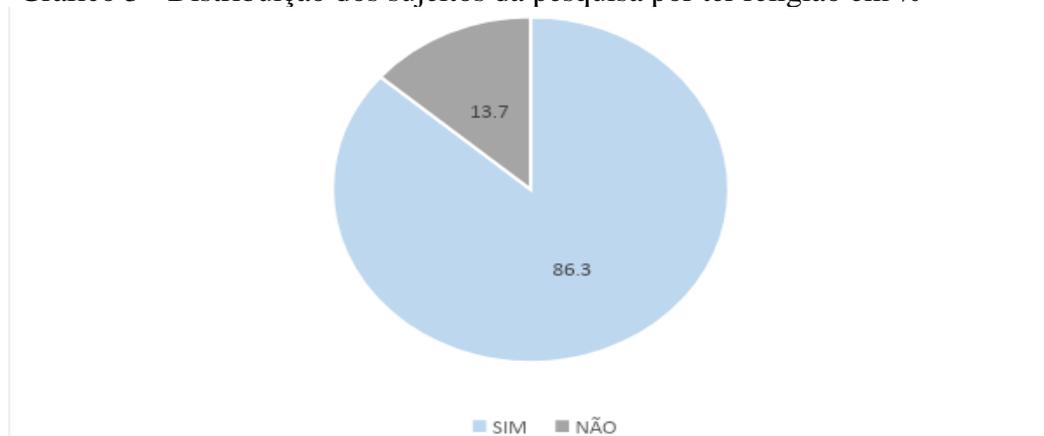
Tabela 9 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa por escolaridade (n - %)

| ESCOLARIDADE | N | % |
|--------------------|----|--------|
| Ensino Fundamental | 2 | 1,8% |
| Ensino Médio | 16 | 21,6% |
| Ensino Superior | 37 | 50% |
| Pós-graduação | 19 | 25,7% |
| TOTAL | 74 | 100,0% |

A escolaridade dos sujeitos da amostra demonstra que a Embratel, por ter sido uma empresa de base tecnológica, a contratação de profissionais de ensino superior na contratação ou que adquiriram essa condição já como empregados (75,7% - setenta e cinco vírgula sete por cento) prevalece – era grande a contratação de profissionais de nível superior e nível médio com formação técnica. Os contratados, em expressão, ao longo do exercício profissional na empresa conquistaram a formação de nível superior. Havia também uma diretriz organizacional na empresa de estímulo ao aprimoramento educacional.

Os sujeitos da pesquisa quando perguntados sobre se tinham ou não religião responderam em sua maioria que sim, n= 63 (sessenta e três) pessoas, e não tendo religião, n= 10 (dez) pessoas, 1 (uma) pessoa não respondeu.

Gráfico 3 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa por ter religião em %



²¹ Esta pesquisa está disponível e pode ser acessada em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/datafolha-identificacao-com-a-esquerda-cresce-e-vai-a-49-da-populacao-direita-recua.shtml>

A próxima, **Tabela 10** estabelece a data de saída da Embratel

Tabela 10 - Período de saída da Embratel (n - %)

| PERÍODO | N | % |
|----------------------|----------|----------|
| 1987-1990 | 1 | 1,3% |
| 1991-1995 | 4 | 5,4% |
| 1996-2000 | 21 | 30,4% |
| 2001-2005 | 21 | 30,4% |
| 2006-2010 | 5 | 6,7% |
| 2011-2015 | 9 | 13,0% |
| Continuam na empresa | 8 | 11,6% |
| Não responderam | 5 | 6,7% |
| Total | 74 | 100,0 |

A maioria dos entrevistados (60,8% - sessenta vírgula oito por cento) ficou ainda na Embratel no intervalo entre nove e dezoito anos após a greve da VICOM. A Embratel foi privatizada em 1998, o que também confere sentido à saída dos entrevistados da empresa, pelos programas de incentivo à demissão voluntária e pela própria mudança na estrutura e na cultura organizacional após a privatização. O que vai ficar mais explícito na tabela seguinte (**Tabela 11**) que distribui os motivos da saída da empresa.

Tabela 11 - Distribuição dos motivos de saída da empresa (n - %)

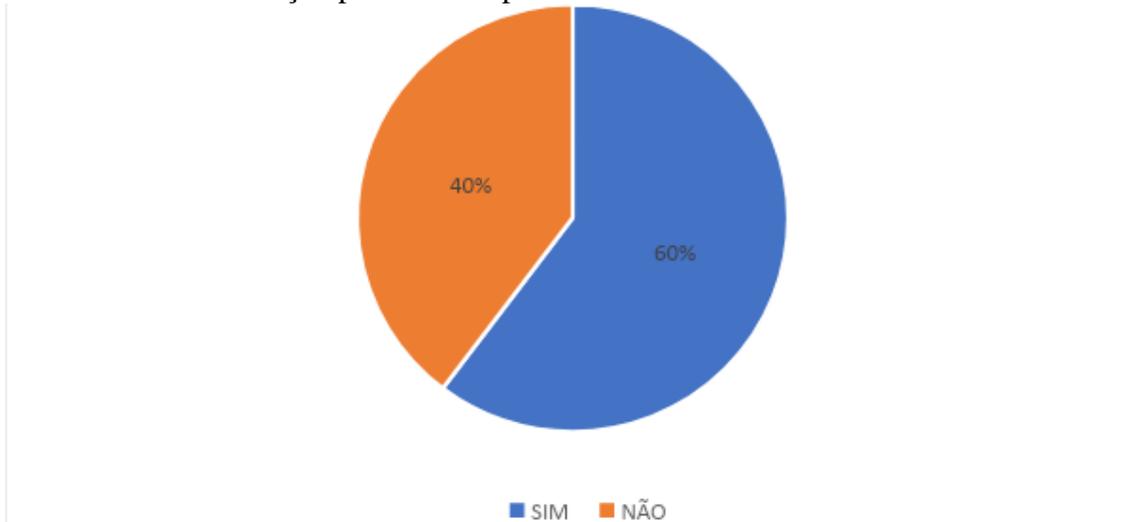
| MOTIVO | N | % |
|--------------------------------------|----------|----------|
| Aposentadoria | 29 | 44,6% |
| Pedido de demissão | 7 | 10,8% |
| Demissão involuntária | 25 | 38,5% |
| PDV- Programa de demissão voluntária | 4 | 5,4% |
| Não responderam | 1 | 1,3% |
| Continuam na empresa | 8 | 11,6% |
| Total | 74 | 100,0 |

O motivo de saída com maior índice (44,65% - quarenta e quatro vírgula sessenta e cinco por cento) foi por aposentadoria, o que estava associado à condição de empresa estatal. 38,5% (trinta e oito vírgula cinco por cento) foram demitidos involuntariamente pelo processo de privatização da empresa que associados ao PDV (Programa de Demissão Voluntária [5,4% - cinco vírgula quatro por cento) totalizam 43,9% (quarenta e três vírgula nove por cento) dos servidores da Embratel estatal que ou foram demitidos ou estimulados a saírem da empresa. Em todos os processos de privatização de estatais que ocorreram no Brasil essa foi uma constante e significou uma mudança significativa no corpus de servidores: de mais qualificados para menos qualificados; de maiores salários para menores salários.

A pequena permanência de servidores da Embratel na empresa privatizada é um duplo sinal: por um lado estimulado por esses processos de demissão; por outro, pelas aposentadorias e outras opções que os servidores da Embratel estatal fizeram.

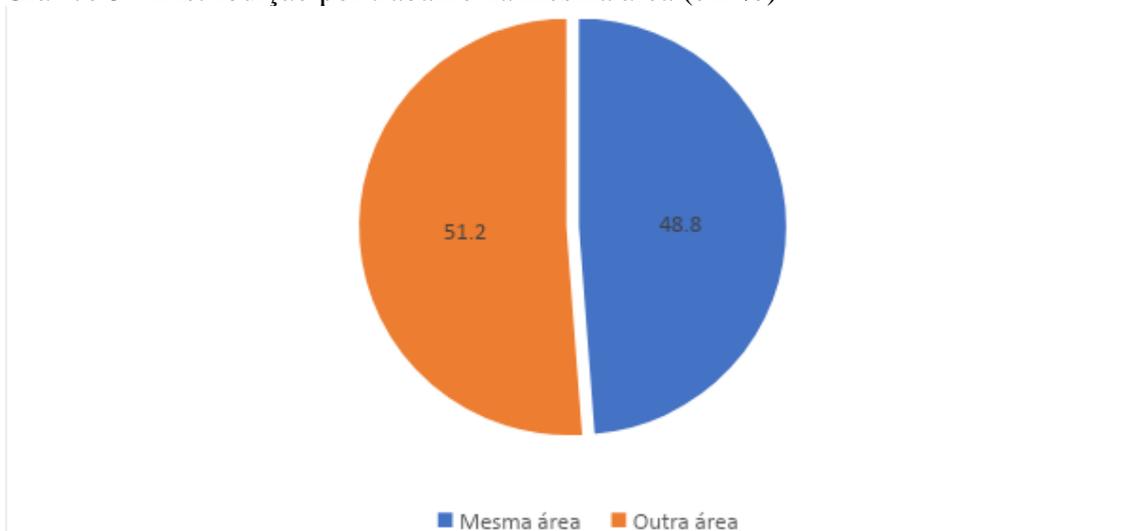
O gráfico abaixo (**Gráfico 4**) distribui os sujeitos da pesquisa em relação às atividades laborais após a saída da Embratel.

Gráfico 4 - Distribuição por trabalho pós Embratel em %



A maior parte (60,3%) se re-inseriram no mercado de trabalho, o que vai ao encontro da qualificação dos servidores da Embratel. 6 (seis) sujeitos não responderam porque permaneceram na empresa, 2 (dois) foram recontratados e o consideraram como se fosse um novo emprego. Quando perguntados se trabalhavam na mesma área houve uma redução significativa no número de respostas mesmo excluindo aqueles que permaneceram na empresa. O total de respostas foi de 43 (quarenta e três) sujeitos.

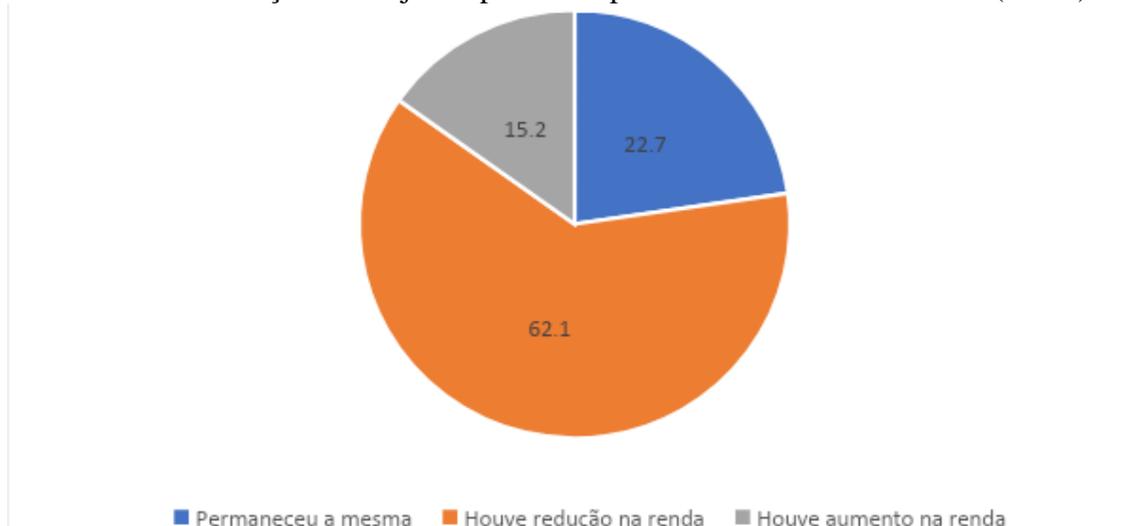
Gráfico 5 - Distribuição por trabalho na mesma área (em %)



A distribuição foi aproximadamente de metade permanecendo na mesma área, o que identifica a permanência no setor de telecomunicações, depois de 1998 não mais estatal.

Entretanto, quando perguntados sobre a sua renda (salário) depois da saída da Embratel, significativa maioria (62,1% - sessenta e dois vírgula um) declararam que houve uma diminuição.

Gráfico 6 - Distribuição dos sujeitos por renda posterior a saída da Embratel (em %)



Foram 66 (sessenta e seis) sujeitos que responderam, excluindo da amostra os 8 (oito) sujeitos que permaneceram na Embratel. A redução de renda está relacionada à disparidade de salários entre as empresas públicas/estatais e as empresas privadas, mesmo considerando áreas equivalentes. Essa característica vai fortalecer o vínculo de pertencimento e de identificação com a Embratel.

Sobre a aposentadoria dos sujeitos a quase totalidade 94,6% (noventa e quatro vírgula seis por cento) se declararam aposentados e 5,4% (cinco vírgula quatro) não. Os 4 (quatro) não aposentados permaneceram na empresa e outros 4 (quatro) sujeitos foram recontratados pela empresa depois da aposentadoria.

3.2 Dos modos de entrevista

Foi aplicado um questionário (*surveys*) com perguntas fechadas e abertas, construído com base nos objetivos da pesquisa, considerando os fatos mais significativos que ocorreram por ocasião da greve da VICOM.

Neitzel e Welzer (2014) em *Soldados: sobre lutar, matar e morrer* estabeleceram, a partir da psicologia social, o conceito de marcos referenciais. Para esses autores os marcos referenciais são matrizes ordenadas de modelos interpretativos

Poder interpretar e tomar decisões pressupõe alguma orientação e saber em que se está envolvido e quais consequências cada decisão traz. Essa orientação fornece uma matriz ordenada de modelos interpretativos: o marco referencial (NEITZEL & WELZER, 2014, p. 22)

Para esses autores os marcos referenciais tem a finalidade de:

Marcos referenciais garantem economia de ação: o que ocorre com mais frequência pode ser enquadrado em alguma matriz conhecida. Funciona como um alívio. Nenhum agente precisa começar sempre do zero respondendo continuamente à mesma pergunta: o que está realmente acontecendo agora? As respostas a essa pergunta já estão, em sua grande maioria, pré-programadas e são reproduzíveis _ armazenadas em um acervo cultural de orientação e conhecimento que dissolve rotinas costumes e certezas boa parte dos encargos da vida e poupa os indivíduos de forma colossal (NEITZEL & WELZER, 2014, p. 22)

Os acontecimentos vividos, e aqui, os marcos referenciais dialogam com os estudos de memória social, são reconstruídos. Nesse caso as interpretações prevalecem sobre a descrição objetiva.

(...) isso significa que, para explicar a ação das pessoas, é necessário reconstruir o marco referencial em que elas agiram: o que ordenou suas percepções e indicou suas conclusões. Nessa reconstrução, as análises de condições objetivas deixam muito a desejar. (...) empregamos o método de análise dos marcos referenciais, um instrumento de reconstrução das percepções e interpretações de pessoas em determinadas situações históricas (...). O método de análise de marcos referenciais se baseia na ideia de que as interpretações e ações das pessoas não podem ser compreendidas caso não seja reconstruído o que elas 'viram' _ conhecendo os modelos interpretativos, representações e associações dentro dos quais elas perceberam as situações e como elas interpretaram essas situações (NEITZEL & WELZER, 2014, p. 22-23)

Neitzel & Welzer (2014) também estabeleceram uma classificação dos marcos referenciais em quatro ordens:

Primeira ordem:

São o que Alfred Schütz chamou de *assumptive world*, aquilo que é aceito como modo de ser inquestionado de um mundo determinado, o que nele é tido como 'bom' e 'mau', como 'verdadeiro' ou 'falso', o que nós consideramos comível, que distância corporal devemos manter nas conversações, o código de etiqueta etc (NEITZEL & WELZER, 2014, p. 23)

Segunda ordem:

abrangem um espaço histórico-social que pode ser delimitado das mais diversas perspectivas pela duração de um regime de dominação, por exemplo, pelo período de vigência de uma constituição ou pela época de uma formação histórica, como o Terceiro Reich (NEITZEL & WELZER, 2014, p. 24)

Terceira ordem: “tratam de uma cadeia concreta de acontecimentos histórico culturais, na qual pessoas determinadas atuam, como uma guerra, em que elas combatem como soldados” (NEITZEL & WELZER, 2014, p. 24).

Quarta ordem: “Neste nível, trata-se de psicologia, de disposições pessoais e da questão do processo individual de tomada de decisões” (NEITZEL & WELZER, 2014, p. 24). Em dois esquemas desenvolvidos por Castro (2018), os marcos referenciais são expostos no primeiro esquema referente às suas correlações com o contexto e as prevalências sociais ou psicológicas.



No segundo esquema, a possibilidade de aplicação metodológica dos marcos referenciais reforça a sua condição interpretativa, estabelecidas a partir dos contextos identificados a partir dos marcos de 2º e 3º ordem, onde as identificações e interpretações das condições e modelos sociais e psicológicos ocorrem. Para esses autores os marcos referenciais são uma interface entre história, psicologia e sociologia.



O que vai ao encontro da análise que deverá ser feita sobre a greve da VICOM. Os estudos de memória são imperativamente estudos com interfaces e diálogos entre as ciências humanas e sociais.

A metodologia utilizada para classificar e analisar as entrevistas realizadas com funcionários da Embratel que estavam na empresa por ocasião da greve da VICOM (1987) foi a análise de conteúdo, especialmente como foi descrita por Bardin (2016).

Para Bardin (2016) “tudo que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (BARDIN, 2016, p. 38, grifo nosso). O autor reconhece a importância de Lasswell para o desenvolvimento de técnicas de análise de conteúdo que realizou uma análise de textos da Primeira Guerra²².

Já Berelson, segundo Bardin (2016), definiu a análise de conteúdo, em um conceito que ainda é atual. “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BERELSON, *apud* BARDIN, 2016, p. 24).

A análise de conteúdo realizada foi de ordem temática, utilizando de dois processos: o de construção de categorias classificatórias temáticas, que reorganizaram as manifestações dos sujeitos da pesquisa, tanto no *surveys* com as questões abertas, como nas entrevistas com roteiro aplicadas. A partir dessa classificação temática, o novo texto foi analisado utilizando categorias conceituais, especialmente derivadas dos estudos de memória social e outros relacionados ao pensamento social.

As perguntas fechadas foram categorizadas em modelo estático com frequência, o que segundo Bardin: “Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características” (BARDIN, 2016, p. 26, grifo nosso).

Bardin ainda considera que: “(...) a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também, e principalmente, desviar o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da primeira” (BARDIN, 2016, p. 44, grifos nossos). A análise de conteúdo promove um diálogo ímpar com as teorias de interpretação, especialmente apresentadas por Paul Ricoeur (2016). O que se busca em uma análise de conteúdo são as atribuições de sentido e de referência. Para Ricoeur:

Esta dialética subjectiva-objectiva não esgota o significado e, por conseguinte, não exaure a estrutura do discurso. O lado ‘objectivo’ do discurso pode tomar-se de dois modos diferentes. Podemos significar o ‘quê’ do discurso ou o ‘acerca de quê’ do

²² Lasswell publicou o resultado de suas análises em 1927 com as Técnicas de Propaganda na Guerra Mundial (*apud* BARDIN, p. 21). Em *Análise do Conteúdo* (2016, p.21), Bardin informa que Lasswell publicou *Propaganda Technique in the World War*, onde faz análises de imprensa e propaganda desde 1915.

discurso. O ‘quê’ do discurso é o seu ‘sentido’, o ‘acerca de quê’ é a sua referência. (...) Só o nível da frase nos permite distinguir o que é dito e aquilo acerca do que se diz (...) com a frase, porém, a linguagem dirige-se para além dela. Enquanto o sentido é imanente ao discurso, e objetivo no sentido ideal, a referência exprime o movimento em que a linguagem transcende a si mesma. Por outras palavras, o sentido correlaciona a função de identificação e a função predicativa no interior da frase, e a referência relaciona a linguagem ao mundo (RICOEUR, 2016, pg. 34-35)

Utilizamos as confluências entre Bardin (2016), pois, “a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo [...] toma-se consciência de que o seu objetivo é a inferência” (BARDIN, 2016, p. 27, grifo nosso), e Ricoeur (2016), que afirmou a frase como unidade de significação capaz tanto de estabelecer os sentidos do que os sujeitos da pesquisa dissertam como o relacionamento “com o mundo” para o estabelecimento das categorias necessárias para constituir a análise dos resultados.

É importante destacar que para Bardin (2016) a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48)

O que a caracteriza como um modo dinâmico e complexo de classificação e análise de discursos emitidos pelos sujeitos da pesquisa, o que observamos a seguir na análise dos resultados.

3.3 Embratel: pouca tradição na luta sindical

Na **Tabela 12**, a maioria dos sujeitos da pesquisa afirmou que era sindicalizado por ocasião da greve da VICOM e que o sindicato a que pertenciam era o SINTTEL.

Tabela 12 - Distribuição dos sujeitos por sindicalização e por sindicatos (n / %)

| | SIM (N) | NÃO (N) | SIM (%) | NÃO (%) | NÃO LEMBRA NÃO RESPONDEU | |
|----------------------|-----------|----------|-------------|-------------|-----------------------------|------------|
| | | | | | N | % |
| SINDICALIZADO | 60 | 9 | 81,1 | 12,2 | 5 | 6,7 |
| SINTTEL | 59 | | 95,2 | | | |
| OUTRO | 3 | | 4,8 | | | |

Dois sujeitos que haviam respondido que não se lembravam de ser sindicalizados no período da greve da VICOM quando inquiridos se pertenciam a algum sindicato declararam que **sim** na modalidade **outro**.

Os sujeitos da pesquisa possuíam vinculação sindical, mas isso não significava que os empregados da Embratel tinham ações sindicais de conflito e/ou enfrentamento com direção da empresa e do governo, embora a pesquisa tenha apontado essa ocorrência nos anos seguintes a 1987.

3.3.1 Compartilhando dados

A próxima tabela (**Tabela 13**) demonstra que os sujeitos da pesquisa mantêm contato atualmente, o que significa determinar as condições de compartilhamento.

Tabela 13 - Distribuição dos sujeitos por manutenção de contato pessoal – (n -%)

| Contato pessoal com os ex empregados da Embratel | N | % |
|---|----------|----------|
| Contato semanal | 59 | 79,7 |
| Contato mensal | 6 | 8,1 |
| Contato anual | 6 | 8,1 |
| Não mantenho contato | 2 | 2,7 |
| Não respondeu | 1 | 1,3 |

O contato entre os sujeitos da pesquisa é constante e próximo. Grande parte dos entrevistados (79,7% - setenta e nove vírgula sete por cento) se encontram semanalmente.

A tabela seguinte (**Tabela 14**) demonstra os resultados da forma como os entrevistados se comunicam. O advento da internet e das redes sociais modificou radicalmente os modos de compartilhamento, assim como afirma Castro & Costa (2018).

Tabela 14 - Distribuição dos sujeitos por modos de contato interpessoal (n -%)

| Modos de contato | N | % |
|------------------------------------|----------|----------|
| Pessoalmente | 4 | 5,4 |
| Pelas redes sociais | 33 | 44,6 |
| Pessoalmente e pelas redes sociais | 35 | 47 |
| Não respondeu | 3 | 4 |

Halbwachs (2003) afirma a importância da permanência do grupo para a manutenção das lembranças, o que vai ao encontro do estado do relacionamento entre os sujeitos da pesquisa.

É exatamente assim em todos os casos em que outros reconstruem para nós eventos que vivemos com eles, sem que pudéssemos recriar em nós a sensação de *déjà vu*. Entre esses fatos, o que neles estavam envolvidos, em nós há uma descontinuidade, não apenas porque o grupo no seio do qual nós os percebíamos materialmente já não existe, mas porque não pensamos mais nele e não temos nenhum meio de reconstruir sua imagem. Cada um dos membros daquela sociedade era definido para nós por seu lugar no conjunto dos outros e não por suas relações com outros ambientes, que

ignorávamos. Todas as lembranças que poderiam ter origem dentro da turma se apoiavam uma na outra e não em recordações exteriores. Assim, por força das circunstâncias, a duração de uma memória desse tipo estava limitada à duração do grupo (HALBWACHS, 2003, p. 34-35)

Um exemplo desse compartilhamento está registrado em meus arquivos pessoais. Ocorreu no dia 5 de dezembro de 2019, em uma quinta-feira no Clube da Light, localizado no bairro do Grajaú, no Rio de Janeiro. Cerca de 120 (cento e vinte) antigos trabalhadores e trabalhadoras da Embratel reuniram-se para uma confraternização. O evento, iniciado por volta de meio-dia, estendeu-se até à noite para dar a chance de quem ainda estivesse trabalhando pudesse participar. Seria comum, se não fosse o fato dessa confraternização, coordenada pelo engenheiro Ayrton Albuquerque – por décadas, chefe da área de telefonia no Rio –, não estivesse ocorrendo pelo trigésimo ano consecutivo. Essa série de três décadas só foi interrompida no ano seguinte, por conta da pandemia de COVID-19. Como se isso não fosse suficientemente impressionante, os registros mostram que essa cultura de encontros já estava presente desde os anos 1970.

Figura 7- Almoço de confraternização da Embratel em 2019

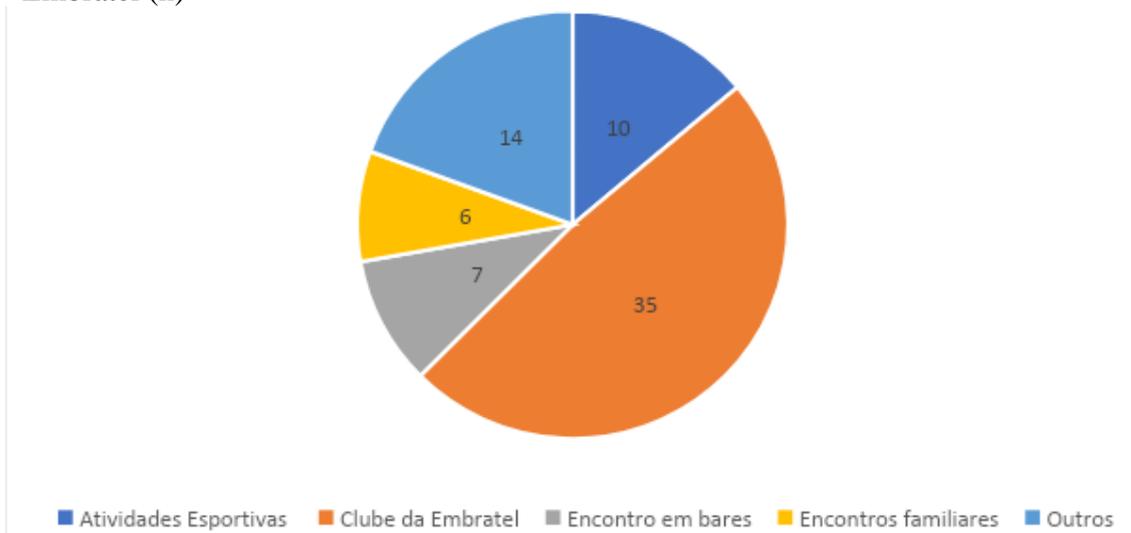


Fonte: acervo pessoal.

Esse compartilhamento de décadas é feito por meio dos laços e relacionamentos que existiam na Embratel e que foi decisivo para a deflagração e o sucesso da greve da VICOM (1987)

O **Gráfico 7** abaixo é derivado da distribuição da convivência social definida pelos entrevistados na Embratel.

Gráfico 7 - Distribuição por atividades e locais de convívio social dos servidores da Embratel (n)



Dentre todos, apenas 2 (dois) entrevistados não responderam.

O clube da Embratel era o local de maior confraternização e encontro dos servidores daquele período respondendo por 48,6% (quarenta e oito vírgula seis por cento) dos espaços de compartilhamento social. Esse clube, localizado na Barra da Tijuca (Rio de Janeiro), ao lado das colônias de férias dos SINTTELS, em Miguel Pereira e Barra de São João, citados nas lembranças como espaços de convivência entre empregados de áreas diversas e seus familiares.

A convivência social gerava laços afetivos e familiares de fato estimulando e gerando a representação de que as relações na empresa eram de ordem familiar.

Tinha um barzinho que era na Mackenzie, o nome era Perigoso. E tinha um relacionamento familiar porque a gente foi crescendo ali dentro. Ali um foi casando, tendo filho, um era padrinho do filho do outro (*sic.*) (4M)

O “perigoso” era um bar perto do prédio da empresa frequentado pelos funcionários da Embratel.

A Embratel concentrava bastantes funcionários, o que facilitava o relacionamento fora do trabalho, com pessoas de várias áreas, inclusive. Nós tínhamos um ponto de encontro, que era um pé sujo, bar chamado Perigoso. Frequentado por pessoal de vários andares, eram 17 andares (*sic.*) (8H)

Esse bar “perigoso” estabelecia, pela frequência, vínculos que atravessavam as imposições hierárquicas, como dita o entrevistado 11H:

Ali decidia tudo: o futuro presidente da Embratel, do Sinttel... (risos). E o trabalho também. A gerência média frequentava o bar também (*sic.*) (11H)

As atividades esportivas permitiam também a construção de lugares de compartilhamento social e eram inclusivas, como diz o entrevistado 9H:

Mais de uma vez fui jogar no time de futebol do quarto andar, da ARM 201-4. Na minha juventude, por minha estatura, joguei basquete no time do ITA. Não era muito bom de futebol, mas tinha muita disposição física: me colocaram para jogar de lateral, indo e voltando (*sic.*) (9H)

A entrevistada **1M** confirma que atividades sociais entre servidores da Embratel eram constantes e promovidas.

A gente tinha relação fora da empresa também. A gente tinha passeios, inclusive para a colônia, lá em Miguel Pereira. A gente tomava chope no Paladino (*sic.*) (1M)

O que os entrevistados afirmam é que essa convivência estabelecia uma sinergia cooperativa e corporativa que assemelhava a aproximação com a convivência familiar. O que vem a ser uma representação significativa que envolve pertencimento e proximidade, condições que foram centrais para a deflagração e sucesso da greve da VICOM em 1987.

Um grupo muito grande. Organizava futebol, churrasco, futebol de salão. Era uma amizade muito intensa, favorecia um sentimento quase de família. A família Embratel (*sic.*) (8H)

3.4 As representações sobre a Embratel

O conceito de representação que utilizamos é o mesmo que foi formulado por Moscovici (2003) em sua pesquisa sobre as representações sociais dos franceses sobre a psicanálise. Conhecimento do senso comum, construído de maneira compartilhada e que tem por objetivo transformar em familiar o que é não familiar. O autor afirma:

Deverei expor, sem querer causar mais problemas, uma intuição e um fato que eu creio que sejam verdadeiros, isto é, que a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade. O que eu quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz a tradição (MOSCOVICI, 2003, p. 54)

Em uma das relações que Moscovici (2003) estabelece entre representações sociais e memória é observada nas referências entre familiar e não-familiar:

Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a 'realidade'. Aceitar e compreender o que é familiar, crescer acostumado a isso e construir um hábito a partir disso, é uma coisa; mas é outra coisa completamente diferente preferir isso como um padrão de referência e medir tudo o que acontece e tudo o que é percebido, em relação a isso (MOSCOVICI, 2003, p. 55)

Jodelet (2001) produz uma definição que Sá (2015) denominou de “mais sintética e definitiva” (SÁ, 2015 p. 59). Nessa definição, Jodelet (2001) assinala que “uma representação social é uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22).

Os estudos contemporâneos de memória social relacionam esse conceito com o de representações sociais ao estabelecer possibilidades de interfaces baseadas especialmente em alguns pressupostos teóricos:

O primeiro, ambos os conceitos se situam em uma condição paradigmática do compartilhamento social e de que são construídos a partir da dinâmica das relações interpessoais.

O segundo é que ambos conceitos transcenderam da condição epistemológica da definição para o campo dos fenômenos, e, de maneira singular, sem alterar sua condição de conceito. Um conceito-objeto.

E terceiro, ambos estão situados em um intervalo de tempo em que o presente, o cotidiano não “apaga” o passado, que reinterpretado se manifesta e corrobora determinadas formas de pensar.

Castro (2005) afirma que há nas lembranças e esquecimentos muitas representações sociais que ajudam a familiarizar também as leituras de passado para o estabelecimento de valores e juízos sobre o presente.

Essa dissertação, quando considera as representações sociais está baseada nesses pressupostos²³. As representações dos sujeitos da pesquisa, que foram funcionários da Embratel no período da greve da VICOM em 1987, tendem a considerar a empresa, pública e estatal, de maneira muito positiva.

Quando solicitados para dizerem em uma palavra o que significava a Embratel naquele período (até a greve da VICOM em 1987) os entrevistados escolheram somente palavras com caráter positivo. Uma série de palavras destacam a qualidade da empresa, o que será apresentado na tabela abaixo (**Tabela 15**).

²³ É importante ressaltar que esse estudo é em memória social e não em representações sociais, mesmo considerando que há interfaces entre esses conceitos-objetos, eles não se fundem

Tabela 15 - Distribuição das palavras destacando a qualidade da empresa

| PALAVRAS | N |
|------------------|----------|
| Estratégica | 7 |
| Excelência | 6 |
| Eficiência | 4 |
| Benchmarking | 3 |
| Excelente | 3 |
| Modelo | 2 |
| Ótima | |
| Referência | |
| Top | ‘ |
| Melhor do Brasil | |
| Visionária | |
| Talento | |
| Qualidade | |
| Profissionalismo | |
| Muito Boa | |
| Quinta do mundo | |
| Maravilhosa | |
| Moderna | |
| Grande Empresa | |
| Internacional | |
| Organizada | |
| Diferenciada | |
| Gigante | |
| Inovadora | |
| De ponta | |
| Importante | |
| Credibilidade | |
| Respeitada | |
| Respeitável | |

Obs. Só apresentamos o N daquelas palavras que tiveram mais de uma resposta.

As palavras destacando a qualidade da empresa foram as mais citadas pelos entrevistados, o que aumenta o valor de pertencimento ao corpus organizacional e as referências comparativas com outros postos de trabalho existentes.

A próxima tabela (**Tabela 16**) destaca as palavras que foram utilizadas para a qualificação da Embratel conferindo o valor de ser uma empresa de caráter nacional.

Tabela 16 - Distribuição das palavras destacando o caráter nacional da Embratel

| PALAVRAS | N |
|------------------------|----------|
| Nacional | |
| Soberana | |
| Propriedade Tecnologia | |

Obs. Só apresentamos o N daquelas palavras que tiveram mais de uma resposta.

As representações da Embratel associadas ao seu caráter nacional foram bem menores do que as que destacaram a qualidade da empresa. Diversos autores estabeleceram o caráter autoritário do Estado brasileiro (QUADRAT & ROLLEMBERG, 2010; SCHWARCZ & STARLING, 2015), o que vai ao encontro de que as condições de cidadania não se estabelecem no vínculo com o Estado. É preciso destacar ainda o que Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (2016) definiu como cultura patrimonialista do Estado Brasileiro, que se estrutura em laços de afinidade e bem longe da burocracia weberiana.

Um outro conjunto de palavras podem ser classificadas como expressões afetivas e serão expostas na **Tabela 17** abaixo.

Tabela 17 - Distribuição de palavras classificadas como expressões afetivas para qualificar a Embratel

| PALAVRAS | N |
|---------------------------------|----------|
| Mãe | 6 |
| Integradora | 3 |
| Segura | |
| Paternalista | |
| Motivação | |
| Família | |
| Respeito | |
| Orgulho | |
| Obrigado por ser “Embrateliano” | |
| Onde todos querem trabalhar | |

Obs. Só apresentamos o N daquelas palavras que tiveram mais de uma resposta

É muito significativo que a palavra **Mãe** tenha sido a de maior número de citações entre os sujeitos entrevistados. A representação da Embratel como uma empresa “acolhedora”, que permitia o desenvolvimento de qualificações pessoais, bons salários, estabilidade funcional e respeitabilidade social faziam com que essa representação de proteção (Mãe) fosse forte e salientada. Essa representação, em geral, era estendida às outras empresas estatais e foi um dos argumentos utilizados durante processos de privatização por aqueles que consideravam as empresas estatais ineficientes. A outra possibilidade de sentido para a palavra Mãe diz respeito, em modo comparativo com as empresas privadas, de que as estatais estabeleciam uma relação mais corporativa com seus empregados, muito em função da estabilidade funcional.

A nuvem abaixo ilustra as respostas dadas sobre a significação da Embratel.

A **Tabela 18** demonstrará a prevalência da qualidade da convivência na Embratel. As respostas foram quase totalmente direcionadas aos relacionamentos interpessoais como os principais destaques do ambiente organizacional da empresa.

Tabela 18 - Distribuição de palavras para caracterização do ambiente organizacional da empresa considerando relacionamentos interpessoais

| PALAVRAS | N |
|---------------------|----------|
| Família | 12 |
| Familiar | 6 |
| União | 5 |
| Amigável | 5 |
| Companheirismo | 4 |
| Colaboração | 3 |
| Amizades | 2 |
| Maravilhoso | 2 |
| Bom | 2 |
| Harmonia | 2 |
| Muito Bom | 2 |
| Fraternal | |
| Respeitoso/amigável | |
| Camaradagem | |
| Bons Colegas | |
| Uma grande família | |
| Ótimo | |

Obs. Só apresentamos o N daquelas palavras que tiveram mais de uma resposta

A representação do ambiente como família é destacada nas respostas dos entrevistados. As outras palavras relacionadas também demonstram uma representação que caracteriza o ambiente da Embratel em aspectos afetivos.

3.5 Que família era essa?

Essa família é muito unida
 E também muito ouriçada
 Brigam por qualquer razão
 Mas acabam pedindo perdão

Tom e Dito O entrevistado **6H** reafirma essa representação de que a Embratel era uma família.

Olha, eu entendo isso como, não posso generalizar, mas a Embratel pra mim, em termos de Brasil, nós éramos uma família. Eu ia em alguns lugares no Nordeste, no centro oeste que eu não ficava em hotel porque as pessoas não deixavam, tinha que ficar na casa de colegas e tal. Pra você o grau da união dessas pessoas, nós éramos um

grupo de irmãos. Nós vivíamos todas as dificuldades em trabalho, em lutas, então eu acho que poucas empresas, não sei, eu conheci essa como uma família. Eu agradeço a tudo que eu conheci na empresa, tudo o que eu aprendi, aprendi até a reivindicar né, porque foram várias vezes que fui prejudicado e aí aprendi a procurar o movimento social, movimento sindical. E nesses movimentos na empresa a gente cresceu muito, fizemos muitas amizades e eu diria que até hoje meus amigos são frutos dos meus 43 anos na Embratel. Você tá aqui na minha casa e se você olhar pro lado você vê aí o que significa. Eu tenho guardado meu diploma de 10 anos com aquele brochinho que enferrujou todo da empresa, então realmente a Embratel pra mim e diria que pra todos, não é à toa que nos uníamos nas lutas, na luta da privatização, na Vicom, foi uma demonstração do que nós tínhamos como nosso. A empresa nossa pra fazer o bem a sociedade, nós queríamos fazer e prestar o melhor serviço. E os clientes quando chegavam eram bem recebidos (*sic.*) (6H)

E de maneira bem precisa estabelece que essa condição familiar e de laços de afeto próximos foram as condições para as “lutas” e para a prestação do “melhor serviço”.

A entrevistada (4M) reafirma essa condição “familiar” da Embratel, tendo inclusive detalhado que os laços de parentesco (afetivos e de vínculos formais) foram fato entre os servidores da empresa. A representação da Embratel como um ambiente de família é o que melhor define o que os entrevistados pensam sobre os seus diferentes posicionamentos e relacionamentos na organização.

Olha, vocês já devem ter notado que eu sou extremamente extrovertida, então é difícil eu ter uma relação só dentro da empresa. Desde a época da área técnica, tinha um barzinho que era na Mackenzie, o nome era Perigoso. Lá era o ponto de encontro do pessoal da Mackenzie. Então vira e mexe a gente estava com os colegas lá. E tinha um relacionamento familiar, porque a gente foi crescendo ali dentro. Aí um foi casando, tendo filho aí um era padrinho do filho do outro, a gente tinha o clube da Embratel na Barra. A gente se encontrava muito lá final de semana, a gente tinha um relacionamento legal. Aí depois que eu fui pra Varginha, quase conheci um ET (risos), Volta Redonda idem, e Guaratiba a gente fez até horta (*sic.*) (4M)

Duas representações aparecem com destaque nas palavras dos veteranos da Embratel: enxergar sua vida na empresa como extensão da vida familiar e considerar a si mesmos como responsáveis e portadores da missão de levar todos os serviços de telecomunicações aos vários e muitos recantos do país.

A análise das falas dos participantes da pesquisa permite diversas conclusões, entre as quais, os já mencionados fortes sentimentos de pertencimento e de sentimento familiar, como a ideia de que eram portadores de uma missão profissional de caráter nacional e estratégico.

A Embratel era nossa segunda casa. Por ela, fazíamos o máximo. Nossos técnicos eram os melhores. O crescimento tecnológico e social deixou frutos e saudades (*sic.*) (8M)

A representação de família, corroborada por outras palavras que indicam para esse conceito, inclusive a atribuição de Mãe para a Embratel, estabelece, na realidade, para além do texto patrimonialista um sentimento de pertencimento, de cumplicidade (as quais só famílias

possuem) e que foi o efeito agregador que permitiu a bem sucedida greve da VICOM em 1987. Além da ameaça de destruição de uma empresa estratégica, também com significância nas citações estabelecidas, a privatização era a destruição de uma família.

De maneira menos frequente, outras palavras foram utilizadas para representar o ambiente da Embratel relacionando com atividades organizacionais. Nesta condição apareceram críticas ao ambiente da Embratel, mesmo que muito minoritárias (três respostas em setenta e uma).

Tabela 19 - Distribuição de palavras por caracterização do ambiente da Embratel por atividades organizacionais

| PALAVRAS | N |
|-----------------------------|----------|
| Excelente | 3 |
| Profissionalismo | 2 |
| Competitivo | |
| Encorajador | |
| Amizade/Competência técnica | |
| Parceria | |
| Cooperativo | |
| Autonomia no Trabalho | |
| Profissional | |
| Saudável | |
| Confortável | |
| Sonho Pessoal | |
| Bom de Trabalhar | |
| Técnico | |
| Cooperação | |
| Neutro | |
| Positivo só até anos 80 | |
| Autoritário | |
| Manda quem pode | |

Obs. Só apresentamos o N daquelas palavras que tiveram mais de uma resposta

Foram 71 (setenta e um) respostas; 3 (três) não responderam. Duas representações sobressaem nas palavras listadas pelos entrevistados: competência técnica e profissionalismo, o que vai ao encontro das representações sobre as empresas estatais até os primeiros processos de privatização.

No gráfico em nuvem abaixo com as respostas sobre o ambiente da Embratel até a greve da VICOM pode-se observar claramente a prevalência da palavra família sobre todas as outras.

Gráfico 9 - Respostas sobre o ambiente da Embratel até a greve da VICOM de 1987

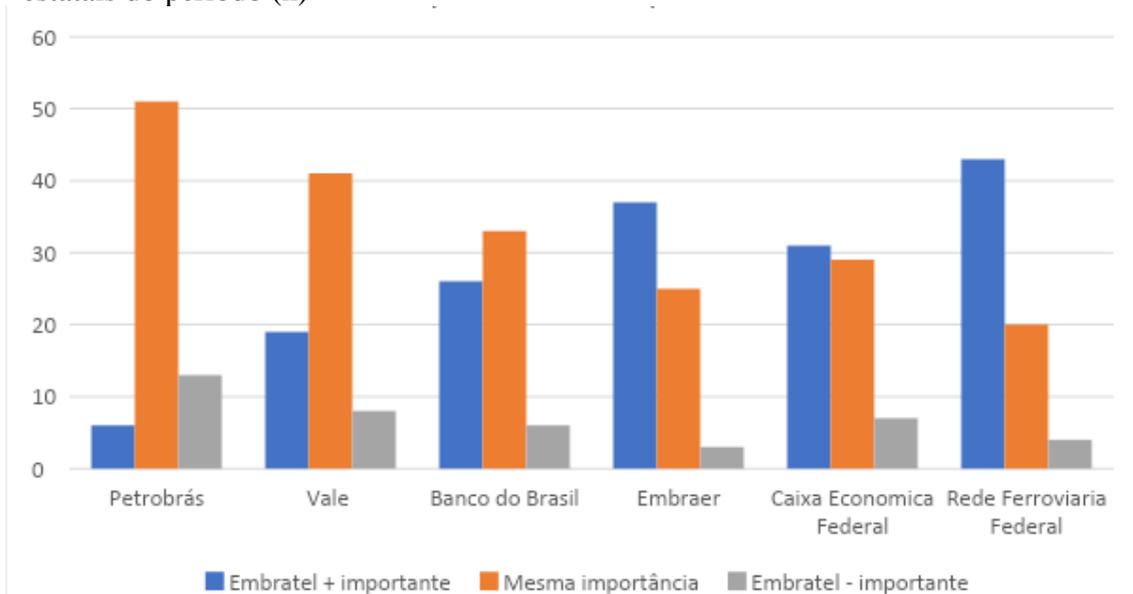


Gráfico em nuvem desenvolvido pelo software WordClouds.com

Quando os entrevistados foram solicitados para realizarem comparações com outras empresas de reconhecimento social que eram estatais no período, a Embratel manteve-se como a mais importante em todas as comparações.

O gráfico 10 abaixo demonstra essa distribuição.

Gráfico 10 - Distribuição da importância comparada entre Embratel e empresas estatais do período (n)



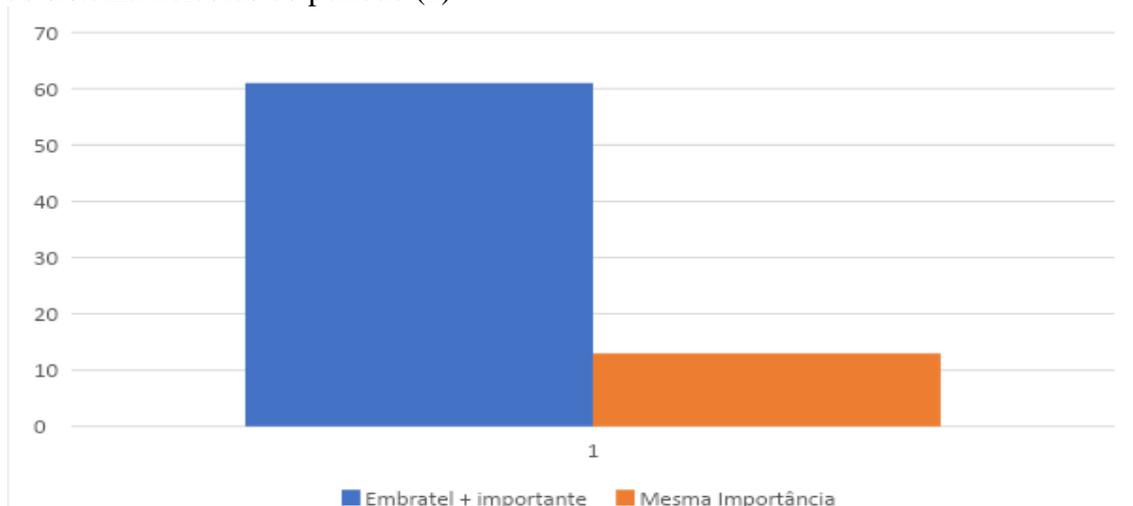
5 (cinco) sujeitos não responderam. Na análise do **Gráfico 10** pode-se perceber as representações de importância com que a Embratel foi designada. Na comparação com as estatais de reconhecimento social no período, a Embratel se situa entre as mais importantes do Brasil.

Quando a comparação é feita com a maior empresa estatal brasileira do período, e que se mantém assim ainda hoje, a Petrobrás, a performance de importância da Embratel é considerada em igualdade com a Petrobrás. Essa igualdade, ainda que majoritária, é menor na comparação com a ex-empresa estatal, hoje privada, Vale do Rio Doce, que era a maior extrativista de minério do Brasil, e diminui, na importância com o Banco do Brasil, onde cresce a importância da Embratel.

Na comparação com as outras três empresas estatais a Embratel é considerada a mais importante: quando comparada com a Embraer, empresa de alta tecnologia, hoje privada; com outra grande empresa do sistema financeiro e com fortes obrigações sociais que é a Caixa Econômica Federal e, com outra empresa que possuía importância no sistema viário nacional, a Rede Ferroviária Nacional.

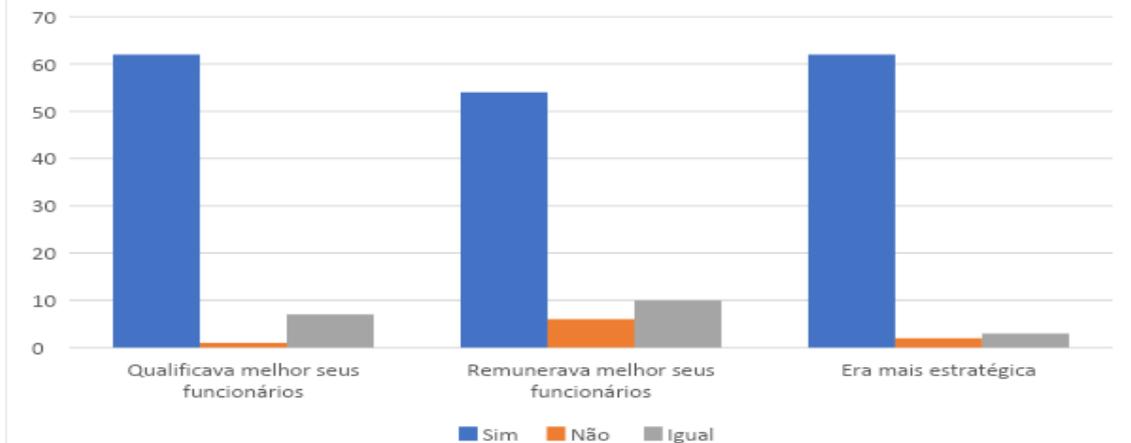
Quando a Embratel foi comparada com outras empresas do sistema Telebrás daquele período, a importância da Embratel é significativamente maior na consideração feita pelos entrevistados.

Gráfico 11 - Distribuição da importância comparada entre Embratel e demais empresas do sistema Telebrás do período (n)



Foram 74 (setenta e quatro) respostas. As razões principais para a performance de importância da Embratel em relação ao sistema Telebrás estão distribuídas no **Gráfico 12** abaixo apresentado.

Gráfico 12 - Distribuição dos sujeitos por razões da melhor performance da Embratel em importância no sistema Telebrás (n)

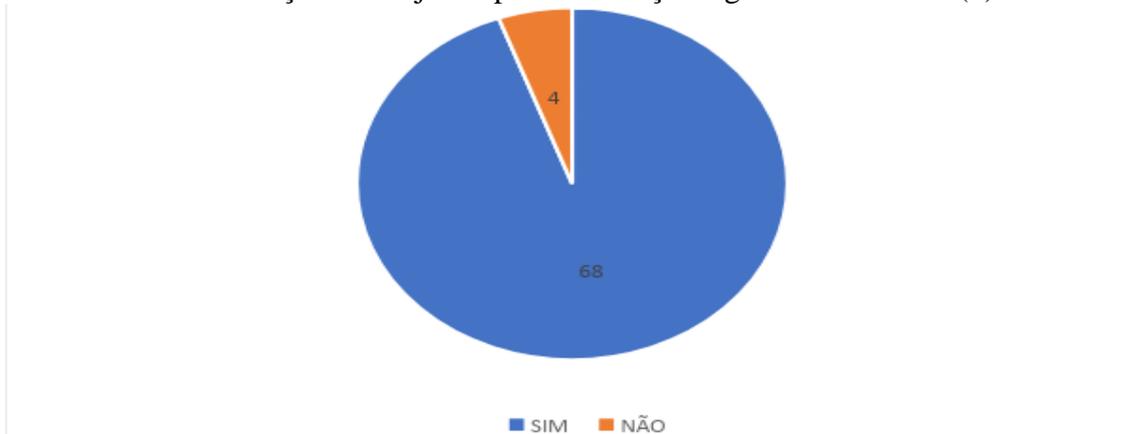


As respostas apresentadas pelos entrevistados estabeleciam que a Embratel era considerada a mais importante empresa do sistema Telebrás que era toda estatal na época. Nesta perspectiva as representações da Embratel para os entrevistados consolidam o conceito de que era bom e desejável pertencer a empresa.

3.5.1 Das lembranças da greve da VICOM

As lembranças da greve da VICOM são muito intensas entre o grupo de entrevistados. O **Gráfico 11** abaixo indica que aproximadamente 94% (noventa e quatro por cento) dos sujeitos da pesquisa lembram da greve de 1987 – A greve da VICOM. Somente 6% (seis por cento) disseram não se lembrar, entretanto, em outras respostas do inquérito apresentado responderam sobre a greve, o que nos fez mantê-los ativos para a consideração dos dados. Esses sujeitos que disseram não lembrar da greve da VICOM e que responderam outras questões apresentadas provavelmente não associaram o termo Greve da VICOM com o movimento contra a privatização da empresa realizado em 1987.

Gráfico 13 - Distribuição dos sujeitos por lembrança da greve da VICOM (n)



1(um) sujeito não respondeu.

3.5.2 Dos processos de deflagração da greve da VICOM

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), funcionando desde 1955, mantém um cadastro com registro das greves do país desde 1978. O Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) registrou em 2022, a greve dos trabalhadores da Embratel, de outubro de 1987. Está lá: “Protesto contra a assinatura de um contrato entre a Embratel e as Empresas VICOM Ltda e MODATA, que dá a elas o direito de comercializar o serviço de difusão de dados”. E, complementa:

Os funcionários encerraram a greve depois que a Embratel decidiu não efetivar o contrato com as outras duas empresas. A conquista dos grevistas incluiu o compromisso da estatal de formular novos contratos com base nos estudos apresentados por uma comissão de funcionários, que têm acompanhamento de três representantes sindicais (DIEESE, 2021, s/p)

Ocorre que, na atualidade, registros como esse do DIEESE foram abolidos, mesmo em importantes e prestigiadas instituições de pesquisa focadas na história contemporânea e na história das telecomunicações e das empresas do setor. O que terá ocorrido para que um evento tão marcante tenha quase que desaparecido dos registros históricos?

Essa “indução ao esquecimento” pode ser vista no comportamento da grande mídia durante a cobertura da greve. Um exemplo é a revista *Veja*, que dedica espaço à greve em três de suas edições. Na primeira (edição nº 999), classificou a greve como “insólita”. Na terceira, edição nº 1002, sem esconder suas contradições com os grevistas, refere-se ao então ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, vaticinando: “se depender do ministro Antônio Carlos o soviete que surgiu dentro da empresa tem seus dias contados” (SANTOS, 2012, v.d).

Menos de dois meses após a greve da VICOM, durante a greve da campanha salarial dos telefônicos, o ministro demitiu milhares de trabalhadores. A Greve da VICOM assustou e chocou a grande mídia e os setores mais conservadores. Choque tão forte que o governo não hesitou em adotar o comportamento histórico das elites diante de manifestações populares mais intensas: a repressão. E, ainda assim, não considerou suficiente. Nos anos seguintes sua postura foi de clara indução ao esquecimento.

A esse respeito, Ecléa Bosi, em *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*, nos cobra e orienta: "Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento" (BOSI, 2003, p. 18). Isso significa ir às raízes dos motivadores e animadores da greve.

3.5.3 Primeiro semestre: luta na Constituinte e o embrião da Greve

É certo que a cultura grevista iniciada no ABC paulista em 1978, as greves gerais comandadas pela CUT e demais centrais como a CGT e a pauta da defesa das estatais “a presença no Rio de enorme contingente de trabalhadores de estatais, que se mobilizaram e ensaiavam novas formas organizativas, criaram uma cultura que deu suporte à greve da VICOM. Assim como a então recente e forte mobilização por reivindicações específicas e salariais feita pelo SINTTEL-MRJ, SINTTEL-ERJ, Fittel e sindicatos filiados, e a AEBT, com destaque para a greve dos Correios, em 1985; dos instaladores-reparadores e a dos telefônicos em 1986”

O Brasil vivia, desde fevereiro de 1987, o processo de elaboração da nova Constituição. Se não era uma Constituinte exclusiva, pois deputados e senadores ocupavam-se simultaneamente da Constituição e da legislação ordinária, o processo motivou grande participação popular, mormente nos segmentos mais articulados da sociedade, assim como descrito no primeiro capítulo.

Desde o primeiro semestre daquele ano de 1987 os trabalhadores de telecomunicações estavam envolvidos nos debates e na coleta de assinaturas para apresentar a Emenda Popular propondo que o monopólio estatal fosse consagrado na nova Constituição. O contrato privatizante significou uma colisão com esse trabalho. O que vai ao encontro do que afirma o entrevistado **7H**:

Plano Bresser, acho que recuperamos depois. Também com relação ao FGTS. O pior, para mim, foi o Plano Collor: inflação de 300%. Ia com minha mulher ao supermercado: tinha que ir somando, até parar de comprar (*sic.*) (**7H**)²⁴

Os boletins do SINTTEL-MRJ, já no primeiro semestre de 1987, defendem o monopólio estatal, se posicionando contra o discurso e medidas com conteúdo privatizante de diretores da Embratel e do Ministério das Comunicações.

A revolta causada por declarações do vice-presidente da Embratel Cleofas Uchôa, defendendo a privatização gerou atos, manifestações e denúncias. Em retaliação, em abril daquele ano, a Embratel puniu com suspensão de 15 (quinze) dias os cinco diretores da AEBT-RJ, como mostra o Boletim do SINTTEL-MRJ de 18 de maio de 1987.

²⁴ As fontes utilizadas, além dos depoimentos orais e escritos e dos depoimentos no vídeo A Greve da VICOM, são os Boletins do acervo do Sinttel-RJ, sob responsabilidade direta da historiadora Maria Claudia Pereira da Silva e do dirigente sindical Francisco Izidoro. Boletins exclusivos do Sinttel e boletins conjuntos Sinttel-AEBT.

Também no Boletim do SINTTEL-MRJ, nº 44, de 2 de maio de 1987, com o título “Telecomunicações são patrimônio da Nação: telefônicos protestam contra o entreguismo”, registra sobre um dos atos: “Os companheiros presentes, unidos a lideranças de outras categorias, fizeram um protesto contra a punição sofrida pelos diretores da associação”.

Figura 8 - Assembleia da Greve Da VICOM



Fonte: acervo SINTTEL-RJ Assembleia da Greve.

Na mesma edição, o Sindicato anuncia para o dia 13 de maio, o início da coleta de assinaturas para a Emenda Popular a Constituinte preservando o monopólio estatal das telecomunicações. Na edição da semana seguinte, com a manchete “Telefônico: seja constituinte”, o boletim comemora o Abraço em torno da sede da Embratel, que circundou as quatro ruas do quarteirão. No mesmo texto informa que “a campanha já ganhou caráter nacional, pelas movimentações da Fittel.”

Vale ainda registrar, que no início do segundo semestre (Boletim de 06.07.1987), com a manchete “Povo organizado volta às ruas”, combina as lutas econômicas com a luta na Constituinte. Uma das chamadas diz: “Caminhada popular dia 17: Greve Geral”. E denuncia: “Estamos cansados de nossos salários caminharem em sentido inverso ao da inflação”.

O entrevistado **9H** resume esse movimento estabelecendo três condições para o acontecimento da greve: a mudança da direção sindical (em sua declaração ele se refere ao autor

desta dissertação que foi dirigente sindical naquele período), os grandes movimentos políticos no Brasil de então e por fim, o espírito corporativo da empresa, destacado nas análises anteriores como “decisivo”:

Tivemos todo um acúmulo de mobilização e organização popular e sindical, particularmente quando vocês venceram as eleições dos telefônicos. Tivemos a Marcha das Estatais, a Campanha das Diretas (*sic*) (9H)

(...). A decisão de favorecer essa empresa – junção da Victori com a Globo – pegou todos de surpresa. Decisão tomada em Brasília. O grande impulso, o fator surpresa de uma decisão sigilosa, clandestina, não passando pelo crivo técnico. A Embratel tinha gerentes conservadores, mas o espírito de corpo era forte, com orgulho da Embratel. O espírito de corpo foi decisivo. Esse conjunto de fatores fez o povo ir para a rua (*sic*) (9H)

O entrevistado 7H, em diferentes trechos de sua entrevista faz um inventário do movimento, destacando a cultura repressiva da estatal em associação com a significativa presença militar nas atividades de direção da empresa:

Havia uma barreira para quem era da segurança do trabalho, ligado à área militar: restrição à participação em greves. Me senti mais em liberdade quando fui para Guaratiba, gerência civil (*sic*) (7H)

Na crítica a não participação do movimento paredista e no apoio informal das chefias:

Havia os privilegiados: não participavam da greve, na hora dos benefícios, se beneficiavam (*sic*) (7H)

Muita gente não participava das greves, mas torcia a favor, até chefes (*sic*) (7H)

Na greve da VICOM estava em Guaratiba, um pouco isolado da cidade. Havia o ônibus que nos levava. O gerente nos deixou à vontade (*sic*) (7H)

Lembro do movimento Diretas Já, emenda Dante de Oliveira derrotada..., da bomba do Riocentro..., na OAB., nas bancas. A direita fazendo tudo para endurecer (*sic*) (7H)

3.6 Explode a Greve

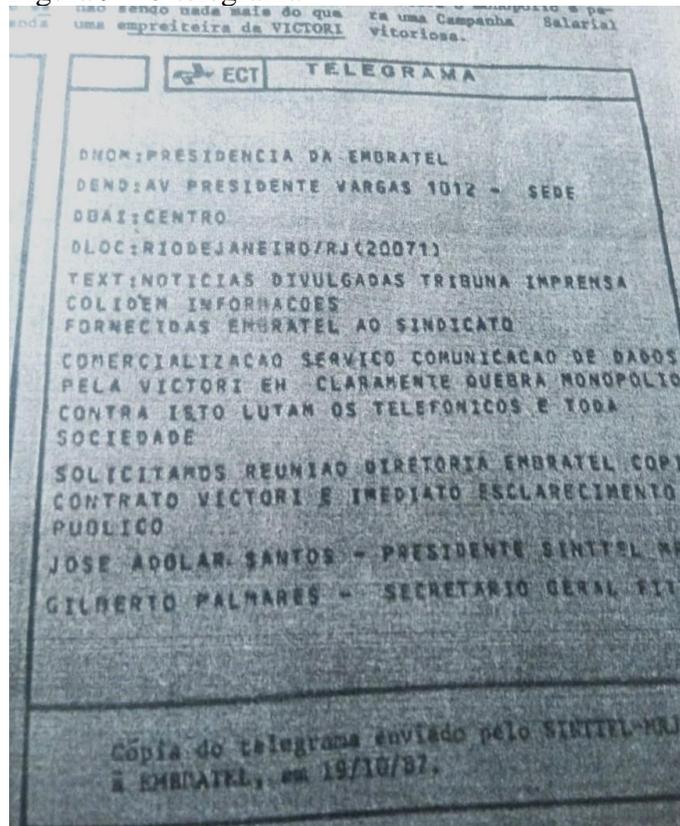
A greve da VICOM foi proposta e deliberada na própria semana da sua realização ocorrida nos dias 22 e 23 de outubro de 1987. No fim de semana anterior à greve havia ocorrido o I Congresso de Trabalhadores em Telecomunicações (Conttel), organizado pela Fittel, federação criada no ano anterior. O primeiro Conttel aconteceu entre os dias 16 e 18 de outubro, em Barra de São João, Rio. Os congressistas, vindos dos vários estados, hospedaram-se na Colônia de Férias do então SINTTEL-ERJ. Os debates ocorreram nas dependências do Iate Clube local. No curso do evento, dirigentes sindicais e delegados tomaram conhecimento da assinatura do contrato, causando revolta, como registra o atual presidente do SINTTEL-RJ,

participante do congresso no vídeo *VICOM FINAL* (Youtube, 2017). Mas não foi pautada a realização de greve, conforme afirmam os ex-dirigentes sindicais José Eduardo Lirio, da AEBT, e Brígido Ramos, do SINTTEL-DF. Para Brígido Ramos a “descoberta dos contratos”,

Teve uma repercussão muito grande no congresso. Nossos informativos já vinham denunciando os contratos com VICOM e MODATA. Não havia articulação para fazer a greve. A greve da Embratel foi espontânea e os sindicatos assumiram imediatamente o movimento (VICOM FINAL, 2017)

O Sindicato (SINTTEL) e a Associação de Empregados da Embratel (AEBT) atuavam intensamente desde o primeiro semestre, inclusive com pequenas paralisações em atos em frente à empresa. O fato, registrado, mostrado abaixo, é que numa segunda-feira, 19, primeiro dia útil imediatamente após o Conttel, foi enviado um telegrama à diretoria da empresa.

Figura 9 - O telegrama



Fonte: Jornal da Campanha Salarial, Boletim Sintell – MRJ, número 61/2, 1987.

O telegrama, assinado pelo presidente do SINTTEL-MRJ José Adolar, e pelo secretário/geral da Fittel, exigia imediata reunião com a direção da empresa para debater o contrato de conteúdo privatizante. No dia seguinte (20), o Boletim 61/1 do SINTTEL-MRJ, distribuído nos principais prédios, estampava a manchete: “Embratel ataca monopólio”. O

mesmo boletim divulga cópia do contrato e do telegrama enviado. Nele, já convoca ato para o horário de meio-dia, em frente ao prédio sede.

Daí em diante foi um “turbilhão”. Com velocidade, a mobilização se espalha, inclusive nacionalmente. O conhecimento do contrato é recebido com revolta e choro entre os empregados. O vídeo *VICOM FINAL*, de 2017, publicado no Youtube no canal Gilberto Palmares, traz depoimentos que confirmam esses fatos, como os do engenheiro Alexandre Avelar; o depoimento de uma das mais antigas e conhecidas funcionárias da empresa Anésia Maia de Araújo; e de gerentes como Ayrton de Moraes Albuquerque.

Para Alexandre Avelar:

Numa sexta-feira, não me lembro a data, ao entrar na Embratel, por volta de 9h, vi colegas com o jornal Tribuna da Imprensa, chorando. Dizendo que depois de ter passado vinte, vinte e poucos anos na empresa, não estavam ali para assistir aquele espetáculo melancólico de depredação do patrimônio nacional. Naquele momento eu senti que a Embratel reagiria. E reagiu, de forma unitária²⁵

Anésia Maia, no próprio dia da greve, após a assembleia afirmou: “Eu nunca vi uma coisa tão bela, como esse movimento de hoje, colegas: Eu estou emocionada”.

Ayrton Albuquerque, Chefe da Divisão de Telefonia:

Naquele dia todos, praticamente todos, os gerentes estavam presentes (...). Nós tínhamos aquilo como nosso, né? Fazíamos aquilo com amor, dedicação total, 24 horas. Depois de implantar DDD praticamente em todo o Brasil, a gente perder aquilo, seria uma coisa que eu consideraria um absurdo

O vídeo *VICOM FINAL* retrata cenas da assembleia após o início da greve com os trabalhadores cantando. A letra mostra que os adversários os trabalhadores localizam de forma direta: “Não vai privatizar. A gente vai lutar. A Embratel vocês não vão privatizar. Ô seu Marinho, ô seu Bradesco, ô seu ministro, levar assim não vai dar não. Não vai privatizar.”

O Boletim 62/2, do SINTTEL-MRJ e AEBT, distribuído dia 21, véspera da greve, retrata os atos do dia anterior com a manchete: “Quatro horas de luta em defesa do monopólio”. No ato, que se tornou assembleia, foi estabelecido uma comissão de sindicalistas para ir ao presidente interino da Embratel exigir a revogação do contrato. Por duas vezes a avenida Presidente Vargas, uma das mais importantes do Rio, foi paralisada. A resposta da empresa foi propor uma comissão de análise, não reconhecendo a agressão ao monopólio. É exatamente aí que aparece a proposta da greve.

A assembleia deu prazo até as 12h de quinta do dia 22 para o cancelamento do contrato ou seria deflagrada a greve. No dia 22, a greve explodiu, em assembleia com mais de 3000 (três

²⁵ Brígido Ramos, em depoimento pessoal gravado.

mil) trabalhadores e trabalhadoras. O Boletim 62/4, conjunto SINTTEL-MRJ e AEBT, publica a manchete: “Trabalhadores da Embratel em greve: em defesa do monopólio estatal das telecomunicações”. A assembleia que decidiu a greve exigia documento expresso da empresa suspendendo o contrato, a divulgação pública dos componentes da comissão para reanálise e o acompanhamento por uma comissão de três representantes sindicais, eleitos em assembleia.

O vigor do movimento foi tão intenso que já no primeiro dia a greve alcançou os demais estados. No Rio de Janeiro, como as estações terrenas de satélite (Tanguá e Guaratiba) ficavam muito distantes do Centro, era disponibilizado ônibus para levar os técnicos e os demais empregados ao local de trabalho. Naquele dia, mudaram o percurso e retornaram ao centro do Rio de Janeiro.

Diante do caráter massivo da greve e de sua repercussão social, a direção da Embratel e do Ministério das Comunicações cederam às reivindicações grevistas, anunciando a suspensão do contrato e a formação de uma comissão técnico-gerencial para reavaliá-lo. E também admitir o acompanhamento pelos três representantes sindicais: dois engenheiros e um técnico sênior, todos funcionários da Embratel.

O Boletim SINTTEL-MRJ/ AEBT, no 63, do dia 29 de outubro de 1987, com várias charges, comemora: “Por que é que vamos parar a greve? Porque a Empresa atendeu todas as reivindicações dos trabalhadores”. Mas, alerta: “Se for preciso, a Embratel inteira para de novo”.

As elites e o ministério da Nova República não perderam tempo em retaliar. Todos os diretores da Embratel, à exceção de um, foram demitidos pela “fraqueza diante” da greve. Menos de dois meses depois, na greve da campanha salarial, o ministro demitiu milhares de trabalhadores da Embratel, dos Correios e de várias Teles (as operadoras locais), entre elas a Telerj e a Telebrásília (SANTOS, 2017, v.d.)

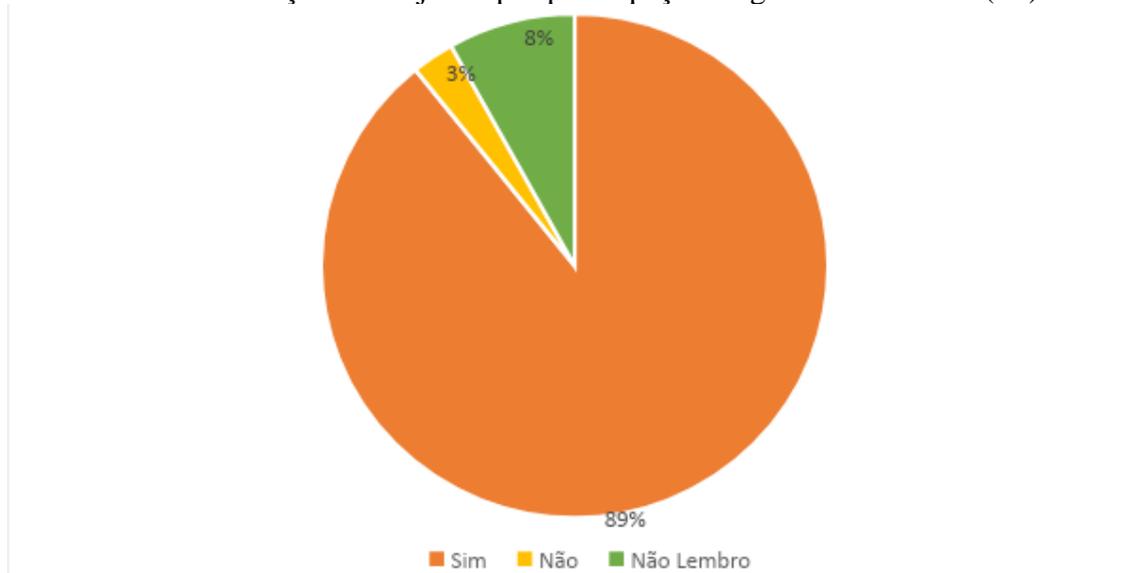
Os sentimentos e a energia aflorada na greve permanecem, gerando as seguintes ocorrências²⁶. No ano seguinte, uma grande vitória: o movimento conseguiu aprovar item na Constituição que anistiava os grevistas e, principalmente, incluir no texto, da nova Constituição (Capítulo II, Artigo 21, inciso 11) o monopólio estatal das telecomunicações. A Embratel permaneceu como empresa estatal até 29 de julho de 1998.

O gráfico 12 descreve a participação na greve da VICOM pelos entrevistados. É importante ressaltar que as participações indiretas, como no caso da gerência de Guaratiba, que

²⁶ É preciso com esta frase reconhecer a implicação do autor com o movimento. O texto acadêmico pode, e creio que deve permitir em determinadas situações as demonstrações de implicação do autor sob o pressuposto de que o leitor saberá considerá-las em contexto.

não obstaculizam a presença dos servidores no movimento da greve, não foram consideradas como participação efetiva, por critérios exclusivamente de ordem metodológica.

Gráfico 14 - Distribuição dos sujeitos por participação na greve da VICOM (%)



Foram 74 respostas.

O entrevistado **8H** disserta sobre a adesão dos servidores e da intensidade afetiva de suas lembranças:

A lembrança, lembranças: vínhamos acompanhando o cenário nacional, que o ministro das Comunicações era reserva da TV Globo. O ministro Antônio Carlos Magalhães era indicação da Globo, não tenho dúvida (*sic.*) (**8H**)

A greve da VICOM, lembro duas coisas relevantes: uma que a participação dos funcionários foi contra a quebra do monopólio. Outra, o engajamento da média e até da alta gerência. Na Presidente Vargas, alguém no carro de som gritou: a diretoria comercial acaba de aderir à greve (*sic.*) (**8H**)

Todos os diretores da empresa foram demitidos. O único que ficou foi o Cláudio Chagas Freitas, que era indicação do Antônio Carlos Magalhães (*sic.*) (**8H**)

Os entrevistados em significativa maioria (84,7% - oitenta e quatro vírgula sete por cento) lembravam do motivo que proporcionou a greve (com n=61) em 72 respostas.

A Tabela seguinte (**Tabela 20**) descreve os motivos apresentados pelos entrevistados para a deflagração do movimento de greve da VICOM.

Tabela 20 - Distribuição dos sujeitos por motivos apresentados para deflagração da greve da VICOM (n)

| MOTIVOS | N |
|--|----|
| Defesa contra a privatização | 19 |
| Contra contrato para exploração satélite | 13 |
| Não efetivar venda da Embratel | 7 |
| Contra quebra do monopólio | 6 |
| Entrega do satélite para VICOM | 2 |

Tabela 20 - Distribuição dos sujeitos por motivos apresentados para deflagração da greve da VICOM (n)

| MOTIVOS | N |
|-------------------------------------|----------|
| Defender a empresa | 2 |
| Entrega para a Globo | 2 |
| Golpe contra Embratel | 1 |
| Defender soberania telecomunicações | 1 |
| Interferência da Globo | 1 |
| Falcatrua da VICOM | 1 |
| Terceirização | 1 |
| Outros | 4 |

60 sujeitos apresentaram os motivos

Na categoria outros, foram consideradas respostas diversas não relacionadas à greve da VICOM. Pode-se observar, que na descrição dos motivos, as lembranças da greve da VICOM pelos entrevistados são ainda muito intensas, o que vai ao encontro das definições de Halbwachs (2003) sobre as relações entre permanência de grupo e lembranças.

Quando os sujeitos da pesquisa foram inquiridos sobre as lembranças da Greve da VICOM e qual o significado que atribuíam a elas o maior n de respostas foi que “todos estavam mobilizados”, o que indica o conceito de unidade para um determinado fim, que seria, nesse caso, impedir a privatização da Embratel. A **Tabela 21** descreve as relações que os entrevistados estabeleceram entre as lembranças da greve e as suas significâncias.

Tabela 21 - Distribuição dos sujeitos por relação entre lembranças e significância (n)

| RELAÇÃO ENTRE LEMBRANÇA E SIGNIFICÂNCIA | N |
|---|----------|
| Todos mobilizados | 14 |
| Até gerentes nas Assembleias | 4 |
| Lutas por ideais | 3 |
| Mobilização na porta da empresa | 3 |
| Fechou Rua Presidente Vargas | 3 |
| Impediu privatização (que foi para longo prazo) | 2 |
| Marco na história sindical | 2 |
| Movimento emocionante | 2 |
| Nunca se viu Embratel tão unida | 2 |
| Maior mobilização | 1 |
| Luta para colega aderir a greve | 1 |
| Demissão de grevistas | 1 |
| Empresa eficiente | 1 |
| Encontros diários | 1 |
| Preocupação com empresa | 1 |
| Positivo para categoria | 1 |
| Fortificou movimento | 1 |
| Eu era Pesve, contratado em 1987 | 1 |
| Contra a Globo | 1 |
| Fui página de jornal | 1 |

Tabela 21 - Distribuição dos sujeitos por relação entre lembranças e significância (n)

| RELAÇÃO ENTRE LEMBRANÇA E SIGNIFICÂNCIA | N |
|--|----------|
| Manter empresa sob controle do Estado | 1 |
| Emprego | 1 |
| Greve em Guaratiba | 1 |
| Greve demorada, perdeu força | 1 |
| Pressão Chefias | 1 |
| Abraço em volta da empresa | 1 |
| Maturidade política | 1 |
| Orgulho | 1 |
| Defesa empresa | 1 |
| Movimento mais importante minha vida | 1 |
| Única presença em greve | 1 |
| Respeito direito empresa/empregado | 1 |
| Maior consciência política | 1 |
| Passeata até Cinelândia | 1 |
| Não lembro | 1 |

62 sujeitos responderam

12 não responderam.

Destaca-se que somente 1 (um) entrevistado definiu a greve negativamente - “greve demorada, perdeu força” - o que demonstra que os entrevistados estabeleceram em sua quase totalidade uma significância positiva, relacionada ao conceito de mobilização e unidade.

O entrevistado **10H** afirma sobre a participação dos gerentes, fato que representava o conceito de unidade e mobilização do movimento:

Diretores da empresa aderiram à greve. No distrito do Livramento, fizemos um piquete. O chefe do distrito disse: ‘se vocês quiserem fazer uma refeição, podem entrar no refeitório’ (*sic.*) (**10H**)

A entrevistada **5M** ressalta a força do movimento.

Tenho lembrança da manifestação na Presidente Vargas, onde quase fui atropelada pelo ônibus 232, mas foi estimulante, era como se nós estivéssemos derrotando um dragão (*sic.*) (**5M**)

As lembranças ativas que permanecem nesse grupo de entrevistados que participaram da Greve da VICOM foram descritas pelos sujeitos da pesquisa quando perguntados sobre fatos ou acontecimentos durante aquele movimento. A **Tabela 22** apresenta um quadro desses fatos descritos.

Tabela 22 - Distribuição dos fatos e acontecimentos atribuídos pelos sujeitos na lembrança da greve da VICOM (n)

| FATOS E ACONTECIMENTOS | N |
|-------------------------------|----------|
| Abraço em torno prédio sede | 10 |
| Fechou a Av. Pres. Vargas | 7 |
| Adesão Maciça | 4 |

| | |
|--|---|
| Todos os níveis/gerentes participaram | 4 |
| Vitoriosa/sucesso | 3 |
| Gerente linha dura obrigado a apoiar | 3 |
| Demissões / Greve dissídio | 2 |
| Dificuldade em esvaziar os prédios | 1 |
| Frase de Plínio Senra: “Não tenho preço, tenho apreço”. | 1 |
| Um tiro vindo de um carro | 1 |
| Esforço de alguns, ideal de todos | 1 |
| Cancelamento de contrato | 1 |
| Carro de som do sindicato | 1 |
| Chefes ameaçados de demissão | 1 |
| Contratados- Pesves ameaçados | 1 |
| Empregados valorizando empresa | 1 |
| Pessoal de plantão dobrou | 1 |
| Sindicato reverte demissões | 1 |
| Atos públicos | 1 |
| Paralisações menores | 1 |
| Assembleia ao lado da CTB | 1 |
| Colega enganando, batendo cartão de ponto | 1 |
| Diretoria empresa demitida | 1 |
| Aumento consciência soberania nacional | 1 |
| União | 1 |
| Apoio jornal Tribuna da Imprensa | 1 |
| Ruim: racha no sindicato | 1 |
| Meneguelli, presidente da Cut disse: “primeira greve que vejo defendendo uma empresa | 1 |
| Não lembro | 4 |

58 sujeitos responderam

16 não responderam.

Como revela a entrevistada **5M** a greve da VICOM foi diferente:

Mas a greve da VICOM foi diferente. Não foi de reivindicação de salário ou benefícios. Era a defesa do que a gente entendeu que não devia ser mexido (*sic.*) (**5M**)

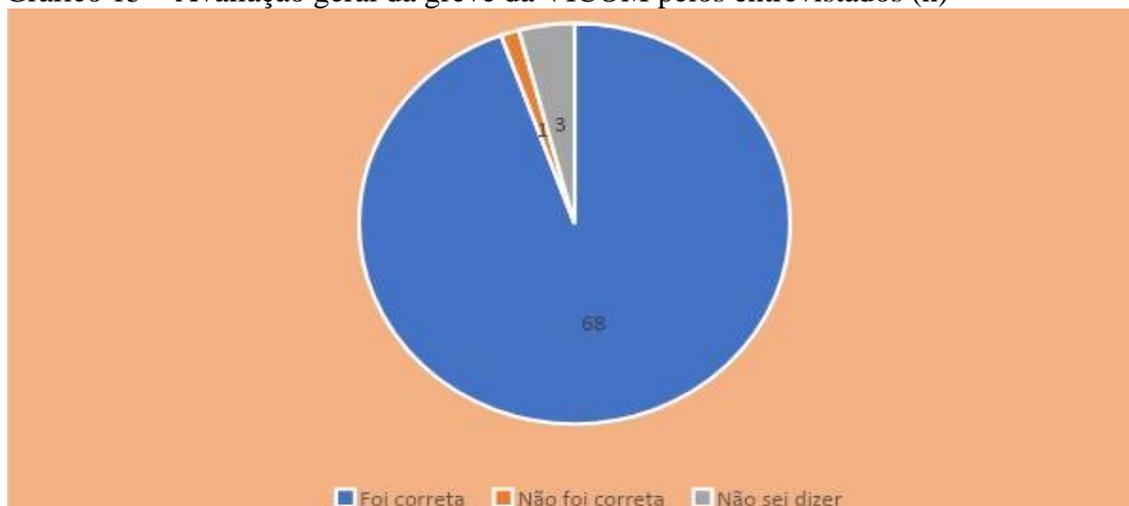
A mobilização da greve provocou atos com dimensões estéticas e plásticas que são importantes para que as lembranças permaneçam o abraço em torno do prédio sede e a interrupção da Av. Presidente Vargas (via central da cidade do Rio de Janeiro). Esses eventos que fixavam uma relação entre a dimensão representacional física, de expressão estética e plástica, tiveram por efeito significar o "apreço" pela Embratel manifesto no abraço ao prédio e a força do movimento na interrupção de uma das principais avenidas do centro do Rio de Janeiro. Como diz o entrevistado **10H**:

Essa luta foi simbólica. Foi a principal greve política da história do Brasil. Não era uma resposta econômica; ela representou uma resposta política (*sic.*) (**10H**)

3.6.1 Da avaliação da greve e suas consequências

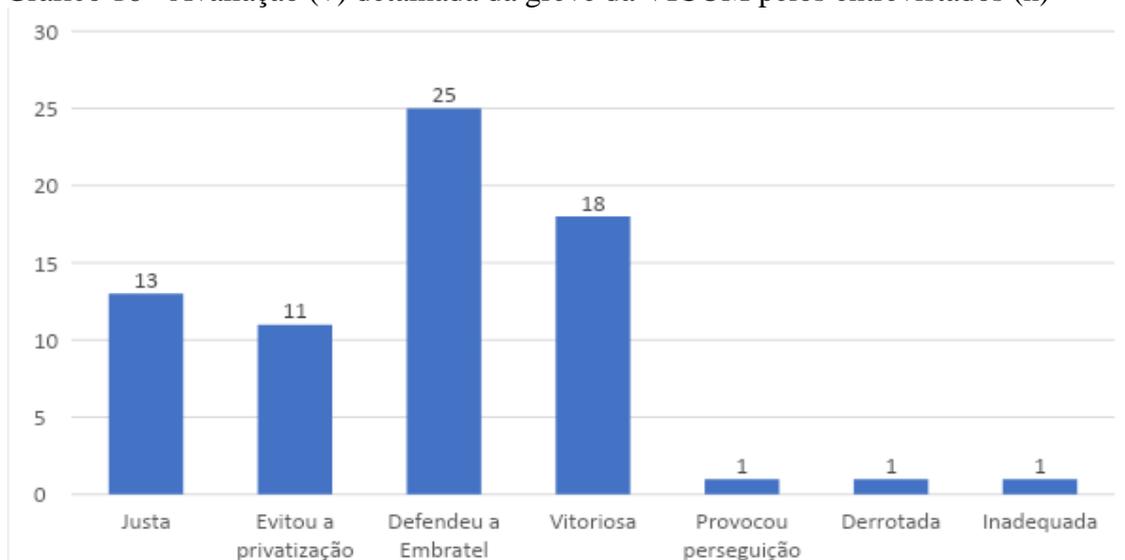
O **Gráfico 13** descreve a avaliação geral da greve pelos entrevistados. O indicador de aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) de avaliação da correção da greve estabelece um quadro incontestável do valor atribuído ao movimento paredista.

Gráfico 15 – Avaliação geral da greve da VICOM pelos entrevistados (n)



No próximo gráfico (**Gráfico 14**) a avaliação da Greve da VICOM é detalhada pelos entrevistados:

Gráfico 16 - Avaliação (+) detalhada da greve da VICOM pelos entrevistados (n)



70 responderam.

Somente 4% (quatro por cento) dos entrevistados fizeram uma avaliação negativa do movimento de greve. Dois sujeitos sobre o mérito da greve e um sujeito sobre sua consequência negativa de demissão.

O entrevistado **6H** também comenta sobre a mudança no Telos a partir da privatização e o corte de benefícios para os trabalhadores:

Sofri muito com a privatização em 98. Nós tivemos uma perseguição forte, principalmente de mudança de plano, que eles propuseram acabar com a ajuda médica. Fui muito pressionado, fui chamado várias vezes com ameaça de ser demitido (*sic.*) (**6H**)

A entrevistada **2M**, de maneira intensa, descreve as consequências da privatização para os servidores da Embratel:

Empregados muito pressionados para aderir à privatização. Alguns aderiram ao PDV, por medo de demissão depois. Tinham previdência privada, direito à complementação e plano de saúde na aposentadoria. Resisti bravamente: por 5 anos, estava na lista de demissões. Peguei um projeto de trabalho difícil, já tinha direito à aposentadoria proporcional. Antes (1976), tinha muito concurso: Embratel, Serpro, Vale. Hoje, não. Tristeza. Trabalho em vão? Não, sempre fica alguma coisa (*sic.*) (**2M**)

A entrevistada **1M** diz que até hoje, especialmente pelo plano de saúde, as consequências da privatização são sentidas:

O pior momento para mim foi o momento que a gente teve que assinar que abria mão do plano de saúde. A gente recebeu pressão enorme para assinar, depois a gente foi sofrendo pressão de ver nossos colegas sendo demitidos”. Ainda me preocupa alguns fatos que dizem respeito à Embratel, à Telos, à Asastel, aos empregados, né? A gente fica numa fase difícil de pandemia (*sic.*) (**1M**)

O entrevistado **7H** também vai ao encontro dos outros entrevistados. O entrevistado **10H** ressalva que a privatização findou com muitos dos direitos dos trabalhadores.

Quando os americanos assumiram, tivemos que vender nosso plano de saúde, a única coisa que tínhamos, do PBD para o PCD. A Telos andou promovendo compra de imóveis. No Méier não consegui, não tinha renda. Depois, Tomás Coelho também. Mas peguei financiamento, comprei minha casa em Bento Ribeiro. Quase não consegui: Morais Rego, diretor de seguridade, ajudou quando mostrei que com reajuste salarial a prestação ficava em 25% da renda (*sic.*) (**7H**)

Duas lutas muito importantes: o ataque ao plano de contribuição definida (PBD), até antes da privatização. Se você não aceitar, talvez não permaneça. A outra: o plano de saúde, a venda da assistência médica. Eu não aceitei. A Embratel deveria recolher 400 milhões a Telos. Quando veio a privatização, isso desapareceu (*sic.*) (**10H**)

A avaliação dos entrevistados é que o processo de privatização não somente gerou perdas nacionais para uma empresa que consideravam estratégica e de alta tecnologia, conforme os dados e análises apresentados anteriormente, mas que também gerou perdas significativas de direitos dos trabalhadores, especialmente em relação ao plano de saúde (valor considerável em um sistema de saúde desigual).

3.6.3 Uma greve justa, vitoriosa, que evitou a privatização e defendeu a Embratel

As avaliações mais destacadas dos sujeitos da pesquisa sobre a greve da VICOM são referências das lembranças dos entrevistados. As lembranças e os esquecimentos de fatos e acontecimentos, estão, segundo Halbwachs (2003), associados a proximidade do evento com os grupos e sujeitos que lembram e que também, e, principalmente, estabelecem valores e juízos sobre esses mesmos fatos e acontecimentos.

A greve da VICOM, que teve como principal motivo deflagrador a privatização do uso dos satélites da Embratel por um conglomerado empresarial potente do Brasil, destruía a “família”, representação mais efetiva dos servidores da empresa. Configurada nos diferentes atos corporativos desde “perigoso” ao conceito de pertencimento a uma empresa estatal da elite nacional até os laços de parentesco que foram estabelecidos entre os diferentes agentes da empresa.

Foi uma greve política, como disse o Menengueli da CUT. Uma greve em defesa a uma empresa reconhecida pelos seus servidores com uma importante missão nacional na área de telecomunicações. Foi também uma greve de defesa de um lócus (aqui pensado como um lugar simbólico) que se constituía como a “casa de uma família”. Essa conjunção de atributos de valores racionais, seu papel estratégico e sua competência técnica empresarial, somados aos valores afetivos e emocionais, o pertencimento a uma família e o valor atribuído ao fato de ser servidor da Embratel, geraram um “caldo” organizacional que permitiu a eclosão de um movimento paredista de ampla adesão, bem sucedido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Em 1938, o escritor Orígenes Lessa escreveu o romance *O Feijão e o Sonho*. Nele, um dos personagens centrais é Campos Lara, um poeta utópico e sonhador. Campos Lara, com essas características “vive em choque” com a mulher Maria Rosa. Ela, ao contrário dele, é “pé no chão”, pragmática, focada na busca do sustento material da família. O feijão e o sonho são metáforas utilizadas para, a partir da escuta qualificada de veteranos da Embratel, contribuir para entender e explicar os reais disparadores da originalíssima Greve da VICOM, de 1987.

No primeiro capítulo desta dissertação vimos que de 1978 a 1987, o Brasil experimentava um movimento de greves que passaram a estar presentes no cotidiano das pessoas, mesmo que intensamente reprimidas. A grande maioria lutando objetivamente pelo “feijão”, ou seja, por reposições salariais e condições melhores de trabalho e vida. Esse contexto exercia influência sobre os trabalhadores da Embratel, também atingidos por políticas sucessivas que comprimiam salários e cortavam direitos.

As greves, localizadas ou gerais, geram sinergia entre trabalhadores de vários níveis e vinculações. Mesmo com a “baixa tradição sindical” na Embratel, esses movimentos aumentavam a possibilidade de que também seus empregados poderiam se inserir nos movimentos daquele tempo.

Na Greve da VICOM a contradição entre “feijão” e “sonho” deve ser observada dialeticamente. Essas contradições devem ser consideradas como significações importantes sobre o movimento e amplitude da greve. Havia mobilização por mais direitos e mais salário, o que não se pode negar. Mas, na Greve da VICOM, promovida pelos servidores da Embratel, pública e estatal, houve o sentimento, a emoção e o “sonho” que foram compartilhados e resultaram em um movimento vitorioso.

Os servidores da Embratel tinham uma representação de si mesmos como possuidores de alto nível de qualificação profissional e especialização. Orgulhos no pertencimento a empresa e que se atribuíam uma missão pública de interligar todo o Brasil e também este com o mundo, através das telecomunicações.

O sentimento de pertencimento com a empresa fazia com que a ameaça às prerrogativas monopolísticas da Embratel, fosse enxergada como extensiva aos empregados, ou seja, a todos. Sentimento de pertencimento e de missão que perpassou todos os segmentos da empresa, mesmo aqueles que em outras situações ficavam em posições diferentes. Isso surpreendeu as elites naquele momento.

Enquanto a maioria das manifestações sindicais e paralisações de caráter reivindicatório estivessem mais presentes nos setores técnicos e operacionais, elas encontravam na alta gerência medidas de constrangimento, repressão e/ou diligências punitivas; na Greve da VICOM, de maneira distinta, houve apoio e presença mesmo de integrantes da alta gerência. A família Embratel, assim como os entrevistados que mais qualificaram o ambiente na empresa reagiram à destruição de seu lócus.

A Greve revelou, em pleno processo constituinte, a existência de diversos setores econômicos, antes cúmplices da ditadura, e, naquele momento inseridos no governo da Nova República (1985-1989), interessados na privatização de empresas estatais. Estes eram grandes oligopólios nacionais e internacionais que se organizaram para as privatizações naqueles momentos da greve da VICOM e que alcançaram sucesso no governo Fernando Henrique (1995-2003).

As representações de família compartilhadas foram importantes e decisivas para o enfrentamento da privatização do uso dos satélites da Embratel contra os fortes oligopólios econômicos, Bradesco e a Rede Globo, apoiados pelo governo da época. A greve vitoriosa fez parte de uma luta ampla, que antes de 1987 e também nesse ano, tinha alcançado mais de 112000 (cento e doze mil) assinaturas na Emenda Popular e Constituinte, propondo o monopólio estatal das telecomunicações. A greve foi vitoriosa e em 1987 cancelaram o contrato privatizante com a VICOM. Já em 1988 os grevistas conseguiram consagrar na Constituição o monopólio estatal e a anistia aos trabalhadores e trabalhadoras que foram perseguidos por aderirem e organizado a Greve.

As lembranças apresentadas pelos entrevistados sobre a Greve da VICOM e a Embratel dos anos de 1980 são intercaladas e misturadas com depoimentos de anos muito posteriores, e até mesmo atuais. Não houve continuidade sobre a permanência memorial da greve, na troca e no processamento de informações formais e de relatos. Ao contrário, existe um esquecimento social sobre a Greve da VICOM.

Os veteranos e veteranas que eram empregados naquele momento, aposentados em maioria atualmente, permanecem tendo como elemento forte de identificação pessoal a condição de “embratelinos”, termo utilizado por eles próprios. Os ex-trabalhadores fizeram parte de um movimento vitorioso que defendeu a Embratel e que impediu que a empresa fosse destituída de suas funções. Os “embratelinos” destacaram em suas lembranças a representação de família, onde os vínculos entre os colegas transcendem as obrigações contratuais. Esse destaque foi decisivo para a constituição da unidade entre todos os níveis organizacionais para a defesa do lócus da competência e da afetividade.

A defesa da empresa pública contra a privatização, que foi vitoriosa na greve da VICOM de 1987 e na Constituição de 1988, foi derrotada na ocasião da venda da Embratel e demais Teles ao setor privado em 1998. Entretanto, o debate entre empresas públicas *versus* privatização permanece atual em 2022, dividindo a sociedade e colocando em conflito projetos distintos de país. Se a Embratel e as demais Teles foram privatizadas, no mesmo Ministério das Comunicações, permanecem ainda como públicas a Empresa de Correios e Telégrafos. Elas continuam vivas mesmo em meio ao assédio privatizante de empresas públicas de setores como o energético.

Nesse sentido, a reconstrução das lembranças sobre a Embratel dos anos de 1980 e a Greve da VICOM, permanecem como exemplo de que trabalhadores, motivados por forte identificação profissional, podem ser atores importantes nesse embate. Principalmente nos relatos e nas análises realizadas sobre as lembranças desses servidores da Embratel estatal e pública, não houveram conflitos entre razão e afeto, entre comportamentos de militância e agregamentos afetivos. E isso foi a força e vitalidade daquele movimento.

Essa dissertação reconhece a relevância da Psicologia Social considerada em sua versão sociológica e europeia, que traz o compartilhamento social para o eixo central das atribuições de sentido e de significações de fenômenos psicossociais. A graduação do autor em História permitiu a compreensão dos imperativos de produção de uma psicologia social que considera o diálogo com as ciências humanas e sociais, e, principalmente, que formaliza os campos de saber interrelacionados. O conceito de memória social nos permite esse exercício.

No Brasil de 2022, onde o obscurantismo e o negacionismo atacam a inteligência e tentam sufocar a academia, especialmente as Ciências Sociais, essa pesquisa homenageia lembranças que não se perderam nos veteranos e nas veteranas, empregados da Embratel. Esta pesquisa homenageia também a ciência e espera que ela seja possível mesmo em tempos menos sombrios.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, D. **Ditadura Militar, Esquerda e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- ALMEIDA, M. **Crise Econômica E Interesses Organizados**. São Paulo: Edusp, 1996.
- ARAÚJO, R.; BRONDI, P. Embratel. *In*: Dicionário CPDOC - FGV. Acesso em 21 de fevereiro de 2022. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/embratel>
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOBBIO, N. **O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BOMFIM, M. **América latina: males de origem** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 291 p. ISBN: 978-85-99662-78-6. Available from SciELO Books
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. **O Tempo Vivo Da Memória: Ensaio De Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**, *In*: Schwarcz, L & Monteiro, P. **Raízes do Brasil: 80 anos (1936-2016)**, São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
- BLOCH, M. **Apologia de Histórias: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOLETIM DO CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 31 de julho de 2013, versão digital <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/30-anos-da-greve-geral-de-1983>
- BRASIL Leis, decretos etc. Coleção das leis. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, s.d. BRIZOLA, L. **Tijolaços**. Rio de Janeiro: Galpão de Ideias Leonel Brizola, 2017. CASTELLS, M. **Ruptura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CASTRO, R. V. Esquemas apresentados em aula do programa de pós-graduação em psicologia social da UERJ em 2018, apontamentos do professor.
- CASTRO, R. V. **O esquecimento social: ensaios sobre a contemporaneidade**. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro - RJ, v. 17.1, p. 111-122, 2005.
- CASTRO, R. V.; COSTA, M. H. **Cotidiano e psicologia social: sobre os desafios contemporâneos da pesquisa e da teoria em psicologia social**. *In*: Alfredo Cesar Antunes; Constantino Ribeiro de Oliveira Junior; Eliane de Fátima Rauski. (Org.). *Ciências sociais aplicadas: cotidiano e representações*. 1ed. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2018, v. 1, p. 11-30.

CHAIA, M. **Intelectuais e Sindicais: A Experiência do DIEESE (1955 – 1990)**. São Paulo: Humanidade, 1992.

DIAS, L. et. al. **Santo Dias: Quando o Passado se Transforma em História**. São Paulo: Cortez, 2004.

DIEESE. Balanço das greves de 2020. **Estudos e pesquisas**, 99, 10 mai. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2021/estPesq99greves2021.html>. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

DINIZ, E. **A Transição Política no Brasil: Perspectivas para a Democracia**. GT - Elites Políticas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; 10 encontro anual. Campos do Jordão, SP, 1986.

DURKHEIM, E. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

EULÁLIA, L. História Empresarial. *In*: Cardoso, C. et. al. (Org.) **Domínios Da História: Ensaio De Teoria E Metodologia** (p. 217-239). Rio De Janeiro: Campus, 1997.

EXAME. Fábio Faria sobre os Correios: não dá mais estatal inchada com greve todo ano. São Paulo: novembro, 2021.

GASPARI, E. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENOVA, L. **Memória: a ciência da lembrança e a arte do esquecimento**. Rio de Janeiro, Harper Collins, 2021.

HABERMAS, J. **Fé e Saber**. São Paulo: UNESP, 2013. HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JODELET, D. (org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2000.

KELLEY, M. Memories for the present. *In*: Bal, M., Crewe, J. Spitzer L. (orgs) **Acts of Memory**. Hanover, University Press of New England, 1999.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2005.

LE GOFF, J. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: UNESP, 2015.

KONDER, L. **Marx: Vida e Obra**. São Paulo: Cromosete, 1998.

MIGUEL, L. F. **O Colapso da Democracia: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo. Fundação Rosa Luxemburgo: 2019.

MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**, *In*: Lua Nova: revista de cultura e política, CEDEC, nº55-56, 2002. Na homepage <https://www.scielo.br/j/ln/a/5Gcb9c7zydHkDNxNHsR8mPF/?format=pdf&lang=pt>

NEITZEL, S.; WELZER, H. **Soldados sobre lutar, matar e morrer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NOBRE, M. **Imobilismo Em Movimento: Da Abertura Democrática ao Governo Dilma**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2013.

NUNES, C. A. (org). **Ciências Sociais Aplicadas: Cotidiano e Representações**. Ponta Grossa: Texto & Contexto, 2018.

OLIVEIRA, C. **Greves No Brasil De 1978 A 2018: Grandes Ciclos, Configurações**. Trabalho apresentado no 16º Encontro Da Associação Brasileira De Estudos Do Trabalho, Salvador, 2019.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Penguin, 2020.

QUEIROZ, N. M. C. **Praxiologia e representação social sobre formação de professores nas licenciaturas da UFPI**, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em educação da UFRN, 2011 <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14382>

RAINHO, L.; BARGAS, O. **As Lutas Operárias e Sindicais em São Bernardo**. Vol. I (1977-1979). São Bernardo: FG, 1983.

RAUSKI, R. D. **Representações Sociais da aula de música por alunos concluintes do ensino fundamental**. In: Anais do Educere – XII Congresso nacional de educação: formação de professores, complexidade e trabalho docente, Curitiba, 2015 - https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22217_10743.pdf

RICOUER, P. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 2016.

RODRIGUES, A. et. al. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

RODRIGUES, J. **Sindicalismo e Política: A Trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta 1997.

ROLLEMBERG, D. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974) In: Rollemberg, D. & Quadrat, S. V. (orgs) **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

ROTerdã, E. **Elogio Da Loucura**. Petrópolis. Vozes, 2015.

SÁ, C. **Estudo Da Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2015.

SANTOS, J. **Greve da Vicom – 25 anos**. Uma data para ser celebrada. Acesso em 21 de fevereiro de 2022. <http://blogdojorsan.blogspot.com/2012/>

SCHAFF, A. **História E Verdade**. Lisboa: Estampa, 1994.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019

SCHWARCZ, L. M. (org). Crise colonial e independência: 1808-1830. *In: Coleção história do Brasil Nação*. São Paulo, Objetiva, 2011.

SOUZA, J. **Elite Do Atraso**. Rio De Janeiro: Leya, 2017.

TELERJ. **Perspectivas Para O Setor De Telecomunicações**. Rio de Janeiro: Texto & Arte, 1993.

VIANNA, G. **Privatização das Telecomunicações**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

WAINWRIGHT, H. **Uma Resposta ao Neoliberalismo: Argumentos Para Uma Nova Esquerda**. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Você está convidado(a) a participar como voluntário de entrevista da pesquisa denominada: **O Soviete da Embratel: A Greve Que Derrotou a Globo**. Trata-se de pesquisa para dissertação de Mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Tem como objetivo levantar memórias de trabalhadores(as) da Embratel e do setor de Telecomunicações sobre a greve nacional na Embratel ocorrida em outubro de 1987, conhecida então como **Greve da VICOM**. Sua participação é absolutamente voluntária, podendo desistir ou retirar seu consentimento a qualquer momento. As informações serão divulgadas de forma consolidada, sem identificar os participantes. A entrevista terá duração próxima de 60 (sessenta) minutos, gravada em áudio. A responsabilidade da pesquisa é de **Gilberto Silva Palmares**, orientado pelo **Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro**.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: ____

Nome do(a) pesquisador: :_____

Assinatura: ____

ANEXO B – Cópia do Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TCLE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PREZADO(A)

Você está convidado(a) a participar como voluntário de entrevista da pesquisa denominada: **O Soviete da Embratel: A Greve Que Derrotou a Globo.**

Trata-se de pesquisa para dissertação de Mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj.

Tem como objetivo levantar memórias de trabalhadores(as) da Embratel e do setor de telecomunicações sobre a greve nacional na Embratel ocorrida em outubro de 1987, conhecida então com **Greve da Vicom.**

Sua participação é absolutamente voluntária, podendo desistir ou retirar seu consentimento a qualquer momento.

As informações serão divulgadas de forma consolidada, sem identificar os participantes.

A entrevista terá duração aproximada de 60 minutos, gravada em áudio.

A responsabilidade da pesquisa é de **Gilberto Silva Palmares**, orientado pelo **Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro.**

Rio de Janeiro, ____ / ____ / ____

GILBERTO SILVA PALMARES

Participante, ciente e de acordo:

ASSINATURA_____
NOME LEGÍVEL